

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Fernanda Márcia Carlos de Oliveira

**ESTADO E REVOLUÇÃO: dilemas da transição e as possibilidades para a  
formação e transformação do ser social**

Belo Horizonte  
2020

Fernanda Márcia Carlos de Oliveira

**ESTADO E REVOLUÇÃO: dilemas da transição e as possibilidades para a  
formação e transformação do ser social**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior.

Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana.

Belo Horizonte

2020

O48e  
T

Oliveira, Fernanda Márcia Carlos de, 1980-

Estado e revolução [manuscrito] : dilemas da transição e as possibilidades para a formação e transformação do ser social / Fernanda Márcia Carlos de Oliveira. -- Belo Horizonte, 2020.  
176 p. : enc., il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Hormindo Pereira de Souza Junior.

Bibliografia: f. 170-176.

1. Marx, Karl, -- 1818-1883 -- Crítica e interpretação -- Teses. 2. Marx, Karl, -- 1818-1883 -- O Estado e a revolução -- a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução -- Crítica e interpretação -- Teses. 3. Educação -- Teses. 4. Socialismo -- Filosofia -- Aspectos educacionais -- Teses. 5. Sociologia educacional -- Teses. 6. Sociologia política -- Teses. 7. Emancipação -- Teses. 8. Revoluções e socialismo -- Teses. 9. Estado comunista -- Teses. 10. Estado -- Teses. 11. Ditadura do proletariado -- Teses. 12. Proletariado -- Emancipação -- Teses. 13. Educação e Estado -- Filosofia -- Teses.

I. Título. II. Souza Junior, Hormindo Pereira de, 1962-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.1

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

### FOLHA DE APROVAÇÃO

**ESTADO E REVOLUÇÃO: dilemas da transição e as possibilidades para a formação e transformação do ser social**

**FERNANDA MÁRCIA CARLOS DE OLIVEIRA**

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Aprovada em 26 de novembro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Hormindo Pereira de Souza Junior - Orientador

UFMG

Prof(a). Ronaldo Vielme Fortes

UFJF

Prof(a). Antonio Julio de Menezes Neto

UFMG

Prof(a). Sabina Maura da Silva

CEFET-MG

Prof(a). Savana Diniz Gomes Melo

UFMG

Belo Horizonte, 09 de janeiro de 2026.

Prof(a). Sandro Vinicius Sales dos Santos  
Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação  
em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Vinicius Sales dos Santos, Subcoordenador(a)**, em 10/01/2026, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4872299** e o código CRC **45C5EE83**.

Fernanda Márcia Carlos de Oliveira  
**ESTADO E REVOLUÇÃO: dilemas da transição e as possibilidades  
para a formação e transformação do ser social**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, na Linha de Pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana.

Orientador: Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior

Composição da Banca de Avaliação:

---

**Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior**

Orientador – UFMG/FaE

---

**Prof. Dr. Antonio Julio de Menezes Neto**

Examinador interno - UFMG/FaE

---

**Profa. Dra. Savana Diniz Gomes Melo**

Examinadora interna – UFMG/FaE

---

**Prof. Dr. Ronaldo Vielmi Fortes**

Examinador externo – UFJF

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Sabina Maura Silva**

Examinadora externa – CEFET/MG

---

**Prof. Dr. Antônio José Lopes Alves**

Suplente – UFMG/FAE

---

**Prof. Dr. Rodrigo Moreno Marques**

Suplente – UFMG/ECI

*À memória dos meus queridos pais  
João Herculano e Maria Izabel*

## **AGRADECIMENTOS**

Os estudos, apresentados nesta pesquisa, são resultados do aprofundamento teórico e histórico realizado, principalmente, nos últimos quatro anos. Nesse período, vivenciei mudanças profundas que incidiram diretamente sobre minha vida pessoal, política e acadêmica. Para concretizar essa etapa, obtive o apoio da Universidade, da família e dos(as) amigos(as). Desse modo, meus agradecimentos destinam-se para essas pessoas que de alguma forma acompanharam, colaboraram e incentivaram essa trajetória.

Ao meu companheiro Caê e a meu filho Vicente, amores da minha vida, agradeço por tornarem meus dias mais alegres e agitados.

À minha família: Fabrícia Oliveira, Cícero Brandão, Lucas Brandão, Vitail Brandão, Luiza Marilac, Ana França e Tiago França por tornarem meus finais de semana e feriados mais leves e divertidos.

Às minhas mães, Regina Ribeiro e Marilene Santos pelos cuidados diários.

Às minhas amigas Michele Gonçalves, Amarílis Nascimento, Emanuela Ruiz, Juliana Gama, Carolina Miranda, Amanda Marcatti, Luciana Praxedes, Carine Martins, Raquel Prado, Renata Frederico, Gabriela Guerra, Fernanda Loyola, Flávia Oliveira, Grazielle Meire e Lília Milhomem por sempre compartilharem comigo alegrias e tristezas. Amo vocês!

Aos amigos Lucimar Pacheco, Augusto Nagasawa, Rodrigo Lemos, Frederico Gonçalves e Henrique Dumont por fazerem a diferença em minha vida. Adoro a companhia de vocês!

À Flávia Melo pela revisão e correção ortográfica.

Aos(às) amigos(as) do Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação pelas investigações marxistas.

Aos(as) professores(as) da banca Sabina Maura, Antonio Julio, Savana Diniz, Ronaldo Vielmi, Antônio Lopes e Rodrigo Marques por aceitarem o convite e contribuírem com a minha formação acadêmica.

Ao companheiro Felipe Raslan, por indicar as primeiras leituras antes de partir.

Aos companheiros Gustavo Machado, Nazareno Godeiro e Francesco Ricci pelas conversas e indicações das leituras das obras de Lênin.

Ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados e à Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional, por contribuírem diretamente com minha formação política.

## **AGRADECIMENTO ESPECIAL**

Meu agradecimento especial é dedicado ao meu orientador, Professor Doutor Hormindo Pereira de Souza Junior. Entre mestrado e doutorado, foram sete anos de aprendizados não apenas no aprofundamento teórico das obras de Marx, mas também da educação. Agradeço pelo seu rigor no tratamento da teoria e da prática do pensamento marxiano, que me fez crescer como estudante e militante. Inspiro-me em você ao pensar meu futuro como educadora. Agradeço também pela sua sensibilidade em compreender minhas mudanças pessoais que, de certa forma, interferiram nessa trajetória. Muito obrigada, Professor!

*Todas as instituições de ensino foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo purificadas de toda interferência da Igreja e do Estado. Assim, não somente a educação se tornava acessível a todos, mas a própria ciência se libertava dos grilhões criados pelo preconceito de classe e pelo poder governamental.*

Karl Marx em *A guerra civil na França*, 1871.

## RESUMO

Em 1917, no clímax da sua vida intelectual e política, Lênin redigiu um clássico da teoria marxista, *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. A problemática envolvendo a transição ao comunismo e o papel do proletariado na revolução configurou-se em um dos grandes debates apresentados pelo autor. Publicado pela primeira vez em 1918, *O Estado e a revolução* foi escrito entre agosto e setembro de 1917, em meio às perseguições políticas do governo provisório comandado por Aleksandr Kerénski. A partir de obras clássicas de Karl Marx e Friedrich Engels como *A guerra civil na França* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Lênin apresentou para o proletariado russo elementos para a compreensão do funcionamento do Estado e as condições necessárias para superá-lo. Apesar dessa obra ser uma referência para as organizações políticas da esquerda em todo o mundo, as experiências históricas que objetivaram transformar radicalmente as estruturas da sociedade capitalista demonstraram limites, fragilidades, adaptações ao regime vigente e confirmaram a necessidade da discussão sobre a tomada do poder através do Estado. Nesta perspectiva e, considerando a organização dos operários e camponeses em partidos políticos, movimentos sindicais e sociais que, constantemente, levam milhares de trabalhadores às ruas reivindicando melhores condições de vida e as canalizações dessas insatisfações para as eleições parlamentares, questionamos: qual concepção de organização e supressão do poder identificamos no pensamento leniniano em *O Estado e a revolução*? Quais foram os ensinamentos obtidos com as experiências históricas? Como a transição do capitalismo para o comunismo encontra-se exposta em sua obra, considerando a supressão do Estado burguês e a instauração e definhamento do Estado proletário? O objetivo geral desta pesquisa foi explicitar como Lênin apresenta, em *O Estado e a revolução*, a sua concepção de organização e supressão do poder, considerando a centralidade da categoria Estado. Por meio da leitura e análise imanente, identificou-se, entre várias interpretações, os motivos que levaram Lênin a dedicar-se aos escritos sobre o Estado em pleno processo revolucionário russo. Para além das intenções da esquerda mundial, procuramos identificar, com rigor, a concepção de Estado presente no arcabouço teórico de Lênin. Por fim, demonstramos que seus escritos apresentam diferenças essenciais entre o projeto de supressão do Estado dos projetos que buscavam uma conciliação entre as classes. Considerando a luta como ato educativo, evidenciamos que a formação e a transformação do ser social se realizam em todos os espaços onde há enfrentamento ao sistema capitalista.

**Palavras-Chaves:** Estado, revolução, transição, formação e emancipação humana.

## ABSTRACT

In 1917, at the climax of his intellectual and political life, Lenin wrote a classic of the Marxist theory, *The State and Revolution: the Marxism doctrine on the State and the proletariat duties during the revolution*. The uncertainty involving the transition to communism and the role of the proletariat in the revolution took shape in one of the great debates presented by the author. Published for the first time in 1918, *The State and Revolution* was written between August and September, 1917 during the political persecution of the interim government led by Aleksandr Keriński. Based on Karl Marx's and Friedrich Engels' classic works such as *The Civil War in France* and *The Origin of the Family, Private Property and the State*, Lenin, presented the Russian proletariat with elements for comprehending the functioning of the State and the necessary conditions to overcome it. While this work was a reference for left-wing political organizations worldwide, the historical attempts that aimed to radically transform the structures of the capitalist society showed limits, weaknesses and adaptations to the actual regime and confirmed the need for discussion about seizing power through the State. From this perspective and, considering the workers and peasants in political parties, union and social movements that constantly take thousands of workers to the streets demanding better living conditions and the channeling of that discontent into the parliamentary elections, we ask: what conception of power organization and suppression can we identify in Lenin's thoughts in *The State and Revolution*? What were the lessons learnt with past experiences? How is the transition from capitalism to communism presented in his work, considering the suppression of the Bourgeois State and the implementation and decline of the Proletariat State? The overall aim of this study was to explain how Lenin presents, in *The State and Revolution*, his conception of power organization and suppression, considering the centrality of the State category. Through immanent reading and analysis, it was identified, among several interpretations, the reasons that led Lenin to dedicate himself to write about the State in the middle of the Russian revolutionary process. In addition to the intentions of the world's left-wing, we seek to identify, accurately, the conception of State present in Lenin's theoretical framework. Finally, we showed that his writings present essential differences between the project of State suppression and projects that sought conciliation between classes. Considering fight as an educative act, we confirm that the formation and transformation of the social being take place in all spaces where there is confrontation with the capitalism system.

**Key-words:** State, revolution, transition, formation and human emancipation.

## RÉSUMÉ

En 1917, à l'apogée de sa vie intellectuelle et politique, Lénine écrit un classique de la théorie marxiste, *L'État et la révolution: la doctrine du marxisme sur l'État et les tâches du prolétariat dans la révolution*. Le problème de la transition vers le communisme et du rôle du prolétariat dans la révolution est devenu l'un des grands débats présentés par l'auteur. Publié pour la première fois en 1918, *L'État et la révolution* a été écrit entre août et septembre 1917, au milieu des persécutions politiques du gouvernement provisoire dirigé par Aleksandr Kériénski. Sur la base d'ouvrages classiques de Karl Marx et Friedrich Engels tels que *La guerre civile en France* et *L'Origine de la famille, de la propriété privée et de l'État*, Lénine a présenté au prolétariat russe des éléments pour comprendre le fonctionnement de l'État et les conditions nécessaires pour le surmonter. Bien que cet ouvrage soit une référence pour les organisations politiques de gauche à travers le monde, les expériences historiques qui visaient à transformer radicalement les structures de la société capitaliste ont montré des limites, des faiblesses, des adaptations au régime établi et ont confirmé la nécessité d'une discussion sur la prise du pouvoir à travers l'État. Dans cette perspective et compte tenu de l'organisation des ouvriers et des paysans en partis politiques, mouvements syndicaux et sociaux qui conduisent constamment des milliers de travailleurs dans les rues pour réclamer de meilleures conditions de vie et canaliser ces mécontentements vers les élections parlementaires, nous nous interrogeons: quelle conception d'organisation et de suppression du pouvoir identifions-nous dans la pensée de Lénine dans *L'État et la Révolution*? Quelles ont été les leçons tirées des expériences historiques? Comment la transition du capitalisme au communisme est-elle exposée dans son travail, compte tenu la suppression de l'État bourgeois et l'établissement et dépérissement de l'État prolétarien? Le but de cette recherche est d'expliquer comment Lénine présente, dans *L'Etat et la Révolution*, sa conception d'organisation et de suppression du pouvoir, compte tenu la centralité de la catégorie Etat. A travers la lecture et l'analyse immanentes, il a été identifié, parmi plusieurs interprétations, les raisons qui ont conduit Lénine à se consacrer aux écrits sur l'Etat au milieu du processus révolutionnaire russe. Outre les intentions de la gauche mondiale, nous cherchons à identifier, rigoureusement, la conception d'État présente dans le cadre théorique de Lénine. Enfin, nous démontrons que ses écrits présentent des différences essentielles entre le projet de suppression de l'État et les projets qui cherchaient une conciliation entre les classes. Considérant la lutte comme un acte éducatif, nous montrons que la formation et la transformation de l'être social ont lieu dans tous les espaces où il y a de la confrontation avec le système capitaliste.

**Mots clés:** État, révolution, transition, formation et émancipation humaine.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fac-símile de parte da obra O marxismo sobre o Estado .....	62
Figura 2 - Fac-símile de parte da obra O marxismo sobre o Estado .....	63
Fotografia 1 - Lênin em seu escritório no Krêmlin – 1919 .....	32
Fotografia 2 - Família Uliánov .....	36
Fotografia 3 - Casa de Lênin em Simbirsk (1878-1887), atual Ulianovsk.....	37
Fotografia 4 - Fundos da casa de Lênin em Simbirsk .....	37
Fotografia 5 - Nadiéjda Konstantínovna Krúpskaia (1869-1939).....	40
Fotografia 6 - Museu “Celeiro” galpão cedido pelos Emeliánovs para abrigar Lênin	49
Fotografia 7 - Cabana de feno onde Lênin redigiu parte de O Estado e a revolução	51
Fotografia 8 - Réplica da cabana disponível hoje no Museu Razliv .....	51
Fotografia 9 - Monumento de granito .....	52
Fotografia 10 - Estátua de Lênin em Museu Razliv .....	52
Fotografia 11 - Folha de rosto da primeira edição de O Estado e a revolução .....	56
Fotografia 12 - Karl Kautsky .....	79
Fotografia 13 - Lênin em Moscou durante as comemorações do 1º de maio de 1919 .....	98
Fotografia 14 - Reunião dos soviets em 1917 .....	103
Fotografia 15 - Membros da delegação soviética que firmou o acordo de Brest-Litovsk, em .....	132
Fotografia 16 - Trabalhadores da fábrica de metalurgia e maquinário Putílov, .....	140
Fotografia 17 – Lênin com seu gato - 1909.....	160
Quadro 1 - Grafias identificadas do nome de Lênin nas publicações em português.	21

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC do PCUS	Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética
CVDR	Companhia Vale do Rio Doce
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DA IGC	Diretório Acadêmico do Instituto de Geociências
DCE	Diretório Central dos Estudantes
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
FAE	Faculdade de Educação
FFC	Faculdade de Filosofia e Ciências
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GEPMTE	Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação
ILAESE	Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos
IME	Instituto Marx Engels
IML	Instituto de Marxismo-Leninismo
LIT-QI	Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional
LOC	Liga Operária e Camponesa
MEGA	Marx Engels Gesamtausgabe
NETE	Núcleo de Estudos Trabalho & Educação
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCP	Partido Comunista Português
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PL	Partido Liberal

PMN	Partido da Mobilização Nacional
POSDR	Partido Operário Social-Democrata da Rússia
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SRs	Socialistas Revolucionários
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UP	Unidade Popular
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
Considerações sobre o objeto investigado .....	13
Apontamentos que nortearam a pesquisa .....	18
1. O AUTOR E SUA OBRA .....	31
1.1 Vladímir Ilitch Uliánov .....	34
1.2 Lênin e os anos que antecederam a Revolução Russa de 1917 .....	42
1.3 Pão, Paz e Terra: Lênin em 1917 .....	46
1.4 O Estado e a revolução .....	48
2. O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA PRODUÇÃO DA OBRA <i>O ESTADO E A REVOLUÇÃO</i> .....	57
2.1 Caderno azul: O marxismo sobre o Estado .....	61
2.2 Marx e Engels: um retorno necessário .....	69
2.3 Confrontos políticos e ideológicos: sobre os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários .....	71
2.4 A Comuna de Paris como resultado das contradições da luta de classes .....	81
3. O PROLETARIADO ORGANIZADO COMO CLASSE DOMINANTE .....	94
3.1 Sobre o método democrático: uma polêmica com Kautsky .....	98
3.2 Ditadura do proletariado: primeiros escritos .....	113
3.3 A ditadura do proletariado em <i>O Estado e a revolução</i> .....	122
4. TRANSIÇÃO: ABOLIR O ESTADO BURGUÊS E DEFINHAR O ESTADO PROLETÁRIO .....	131
4.1 As tarefas do proletariado na revolução .....	134
4.2 Abolir o Estado burguês: as marcas da velha sociedade .....	141
4.3 Definhar o Estado proletário: a fase superior da sociedade comunista .....	150
5. CONCLUSÃO .....	161
REFERÊNCIAS .....	170

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o objetivo de elucidar como Lênin expôs em *O Estado e a revolução* sua concepção de organização e supressão do poder, apresentando como centralidade a categoria Estado. Considerando as experiências históricas que objetivaram suprimir as classes sociais e os seus resultados, questionamos: qual concepção de organização e supressão do poder identificamos no pensamento leniniano em *O Estado e a revolução*? Quais foram os ensinamentos obtidos com as experiências históricas, em especial a Comuna de Paris? Como a transição do capitalismo para o comunismo está exposta em sua obra, considerando nessa passagem a supressão do Estado burguês, a instauração e definhamento do Estado proletário? Analisando esses pressupostos, apresentaremos nesta introdução algumas considerações sobre o objeto investigado, destacando nesse primeiro momento o surgimento do interesse por essa temática. Posteriormente apresentaremos alguns apontamentos que nortearam a pesquisa, ressaltando nessa construção a organização da presente tese de doutorado.

### Considerações sobre o objeto investigado

Conheci Lênin aos 18 anos, quando me associei ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). A minha militância, como a de tantos outros jovens da década de 1990, se iniciou no movimento estudantil, com a participação em passeatas, manifestações, reuniões em grêmios e congressos de entidades de estudantes secundaristas. Posso afirmar que, até então, o contato que tive com o marxismo era superficial e imaturo, a partir de leituras limitadas aos breves parágrafos dos livros didáticos.

Ao entrar para o PSTU, em 1999, percebi a necessidade de aprofundar meus estudos sobre o socialismo. Em um sebo antigo da cidade, adquiri a biografia do Lênin, escrita por um coletivo de autores vinculados ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (CC do PCUS) e publicada em 1984 pelas Edições Avante!. Na década de 1990, praticamente todas as organizações marxistas eram leninistas e também se filiavam a concepções stalinistas, trotskistas, maoístas ou

castristas<sup>1</sup>. Naquela época, algumas obras de Karl Marx ainda não haviam sido traduzidas integralmente para o português e diversos textos marxistas chegavam ao Brasil traduzidos, principalmente, pela editora portuguesa Avante! em parceria com a editora russa Progresso.

Após 20 anos, a minha compreensão da biografia do Lênin é completamente diferente dos anos iniciais da militância. A partir da identificação de romantismos, deturpações históricas e culto à personalidade, a leitura e a análise imanente das obras de Lênin tornaram-se fundamentais para compreender por que a transição do capitalismo para o comunismo não ocorreu, apesar das importantes experiências históricas como a Comuna de Paris de 1871 e a Revolução Russa de 1917. Considerando que não houve transição do capitalismo para o comunismo, por que a compreensão do Estado, sua apropriação, seu definhamento ou abolição são grandes polêmicas no movimento operário internacional nos séculos XX e XXI?

A leitura e análise imanente exigiram o retorno às obras clássicas para a apreensão de como os teóricos socialistas como Marx, Engels e Lênin compreenderam os caminhos a serem percorridos pelo proletariado para se libertar do jugo do capital. A centralidade dos estudos leninianos se justifica pelo fato de Lênin ser o principal líder do Partido Bolchevique e um dos protagonistas dos processos revolucionários que eclodiram na Rússia na primeira metade do século XX.

O histórico das revoluções socialistas me levaram a estabelecer alguns questionamentos necessários: para além das intenções das correntes políticas que reivindicam o marxismo, como Lênin desenvolve, em suas obras, o processo de transição que resultará na construção de uma sociedade comunista? Se Lênin é considerado um dos principais teóricos e líderes revolucionários do século XX, por que a superação do Estado, isto é, a abolição do Estado burguês e o definhamento do Estado proletário, tal como ele apresenta em sua obra *O Estado e a revolução*, não está posto no ato concreto das organizações políticas que hoje reivindicam o leninismo? Certamente, essas perguntas configuram apenas o início do debate quando pensamos na organização dos trabalhadores, seja no passado, no presente ou no futuro.

---

<sup>1</sup> Como exemplos dessas organizações podemos citar a Unidade Popular (UP), antigo Partido Comunista Revolucionário (PCR), a Liga Operária e Camponesa (LOC), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), algumas correntes do Partido dos Trabalhadores (PT), como *O Trabalho*, e o próprio PSTU.

Sendo impossível dissociar ativismo e vida acadêmica, durante os anos iniciais da minha vivência como militante, conciliei as tarefas políticas com os estudos para a entrada no ensino superior. O vínculo formal com a UFMG ocorreu em 2002, quando iniciei a graduação em geografia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), formação superior que possibilitou novos e importantes olhares sobre política e educação. Minha militância, nesse período, teve sua efervescência natural impulsionada pela minha inserção no movimento estudantil universitário e por uma mudança no governo federal que seguia o mesmo programa econômico dos governos anteriores, apesar das reformas sociais.

O ano 2003 marcou o início do Governo Lula e uma das polêmicas entre as correntes políticas que reivindicavam o marxismo consistia na crítica à aliança eleitoral estabelecida entre partidos considerados de esquerda e de direita<sup>2</sup>, movimento defendido por algumas organizações políticas para justificar a necessidade de eleger o Partido dos Trabalhadores (PT) para a Presidência da República. A coligação estabelecida entre PT, PCdoB, PCB, Partido Liberal (PL) e Partido da Mobilização Nacional (PMN), em 2002, indicaria, ainda na campanha eleitoral, os rumos do novo governo. Caberia a essa nova gestão governar não somente para os trabalhadores, mas também para o empresariado nacional e estrangeiro.

Após a eleição de Lula, a educação pública passou por importantes transformações. A reforma universitária aumentou o número de vagas nas universidades públicas ao mesmo tempo em que beneficiou os grandes empresários da educação privada. Durante a graduação, participei ativamente do movimento estudantil universitário fazendo parte das gestões do Diretório Acadêmico do Instituto de Geociências (DA IGC) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Na primeira década do Governo Lula, as parcerias público-privadas fomentaram as privatizações da educação, saúde, segurança e transportes, temas pautados pelo movimento estudantil da época.

---

<sup>2</sup> Apesar de serem conceitos historicamente relativos, neste estudo, a diferença entre esquerda e direita se refere, essencialmente, aos programas das organizações políticas, seus projetos de sociedade e classes sociais que representam. No processo eleitoral de 2002 eram considerados partidos de esquerda o PT, PCdoB e PCB. No espectro político da direita estavam o PMN e o PL. No caso do PT, sabemos que, já em 2002, seu projeto político conciliava interesses de diferentes classes sociais. Apesar disso, um setor da população compreendia que sua vitória representava mudanças nas relações econômicas, políticas e sociais do país, sendo considerado, portanto, um partido de esquerda.

Acompanhando a dinâmica nacional, o Estado de Minas Gerais também passou por importantes modificações políticas e econômicas. No mesmo ano em que Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se Presidente da República, Aécio Neves elegeu-se Governador do Estado, representando o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Esse mesmo partido havia iniciado, na década de 1990, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), um programa de privatização nacional que resultou na venda de uma das principais estatais de Minas Gerais, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em Minas Gerais, o aumento da degradação ambiental e a substituição de trabalhadores próprios pelos terceirizados foram grandes marcas desse processo de privatização.

Em 2007, após 10 anos da venda da CVRD, a Editora Sundermann publicou o livro *Vale do Rio Doce: nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização*<sup>3</sup>. Organizado por Nazareno Godeiro<sup>4</sup> e escrito por sindicalistas vinculados à mineração, esse livro apresentou o faturamento da empresa desde a sua privatização até o seu status de maior empresa privada da América Latina. A leitura dessa obra e a minha aproximação com os movimentos sociais e ambientalistas despertou o meu interesse nos estudos sobre os conflitos estabelecidos entre empresa, trabalhadores e comunidades. Sendo assim, ao final do curso de geografia, realizei uma monografia sobre os impactos ambientais ocasionados pela Vale no processo de expansão da Mina de Brucutu, localizada no município de São Gonçalo do Rio Abaixo em Minas Gerais. Ao final dos estudos, motivada pela banca examinadora, prossegui com a pesquisa na pós-graduação.

Após trabalhar dois anos na indústria<sup>5</sup>, desenvolvendo programas de educação ambiental para trabalhadores e comunidades, iniciei o mestrado na Faculdade de Educação da UFMG, em 2013. Nessa época, a Vale atuava nos cinco continentes e possuía mais de duzentos mil trabalhadores, entre próprios e terceirizados. A dissertação de mestrado sobre o programa de educação ambiental da Vale foi resultado das experiências obtidas com os trabalhos desenvolvidos na

---

<sup>3</sup> GODEIRO, Nazareno (Org.). *Vale do Rio Doce: nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização*. São Paulo: Sundermann, 2007. 160 p.

<sup>4</sup> Pesquisador do ILAESE (Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos) e militante do PSTU.

<sup>5</sup> Esta pesquisadora trabalhou como analista ambiental para as empresas Vale, CSN e Cimentos Liz. Através de uma empresa terceirizada, desenvolvia programas de educação ambiental em minas de ferro localizadas em Mariana e Congonhas, além de uma indústria cimenteira localizada em Vespasiano. Os trabalhos eram desenvolvidos com as comunidades locais e, principalmente, com os trabalhadores das áreas produtivas.

empresa nos anos anteriores e com o envolvimento político com os movimentos sociais, sindicais e ambientalistas vinculados à mineração.

A realização da pós-graduação na Faculdade de Educação da UFMG possibilitou que eu acompanhasse as discussões que culminaram na criação, em 2011, do Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação (GEPMTE)<sup>6</sup>. Dedicando-se ao aprofundamento da obra teórica de Karl Marx e desenvolvendo estudos e pesquisas no campo de confluência entre trabalho e educação, o GEPMTE reúne, para estudos internos e atividades extensionistas, professores, pesquisadores, estudantes e ativistas de movimentos sociais, tornando-se uma importante referência para o aprofundamento teórico sobre política, trabalho e formação humana.

A proposta de desenvolvimento desta tese de doutorado, intitulada *Estado e revolução: dilemas da transição e as possibilidades para a formação e transformação do ser social*, surgiu como resultado das discussões realizadas pelo GEPMTE nos últimos anos. Dentre as inquietações identificadas nos encontros realizados pelo Grupo, estão as diferentes concepções dos pesquisadores e ativistas dos movimentos sociais sobre Estado, democracia e a organização dos trabalhadores na atualidade. A partir de posicionamentos divergentes sobre essas categorias, um questionamento tornou-se central para a realização desta pesquisa: qual o entendimento do papel do Estado para quem pensa a transição do capitalismo ao comunismo?

Compreendendo o Estado como construção social que possibilita, em todas as esferas da vida, a dominação de uma classe sobre a outra, o objetivo desta pesquisa é explicitar como Lênin apresenta, em *O Estado e a revolução*, sua concepção de organização e supressão do poder, destacando como centralidade a categoria Estado. A escolha do autor e sua obra justifica-se pela unidade de seu pensamento que permitiu, nas vésperas da revolução socialista, articular teoria e prática com as tendências da organização do movimento operário russo, o que influenciou partidos socialistas de vários países.

Em síntese, a obra *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*, escrito no calor dos processos revolucionários russos de 1917, tornou-se o principal objeto de análise da presente

---

<sup>6</sup> O GEPMTE está vinculado ao Núcleo de Estudos Trabalho & Educação (NETE). O NETE foi criado em junho de 1995 e é como uma instância de congregação de atividades interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Educação da UFMG.

pesquisa. A problemática envolvendo a transição ao comunismo e o papel do proletariado na revolução configura-se como um dos grandes debates apresentados pelo autor, sendo que a leitura e a análise imanente da obra caracterizam a forma de abordagem proposta para o desenvolvimento desta investigação.

### **Apontamentos que nortearam a pesquisa**

Esta pesquisa apresenta como proposta de investigação a realização da leitura e análise imanente da obra *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. Redigida por Vladímir Ilitch Uliánov, entre os meses de agosto e setembro de 1917, essa obra apresenta, em sua essência, um dos estudos mais relevantes sobre o caráter do Estado desde os escritos de Karl Marx e Friedrich Engels. Além de apresentar a importância da abolição do Estado burguês e do definhamento do Estado proletário, Lênin desenvolveu críticas profundas à política de conciliação entre as classes sociais, movimento defendido por importantes correntes socialistas da época para justificar a necessidade de estabelecer alianças entre burguesia e proletariado.

Apesar dos esforços na redação de *O Estado e a revolução*, no calor dos processos revolucionários russos, é importante elucidar que trata-se uma obra inacabada. O último capítulo, que retrataria as experiências das revoluções de 1905 e 1917, nunca foi redigido. Os processos revolucionários eclodidos na Rússia impediram que Lênin finalizasse seus escritos. Na ocasião, ele afirmou que era mais útil viver a experiência da revolução a escrever sobre ela (LÊNIN, 2017, p. 149). Não sem razão, uma de suas principais características é o domínio da teoria aliada à prática política. Em suas biografias (FISCHER, 1967; IML, 1984; MARIE, 2008; KRAUSZ, 2017), uma consigna comum é que Lênin praticou o que escreveu e escreveu o que praticou. Por isso, seu legado influenciou, e segue influenciando, grande parte dos partidos políticos que reivindicam o referencial teórico marxista.

Apesar da sua relevância histórica, que o ascende a um dos principais líderes revolucionários do século XX, sua trajetória teórica e política possui interpretações variadas. Há partidos políticos socialistas que, mesmo reivindicando uma orientação marxista, em seu ato político concreto, no modo de conceber a teoria e a prática, reproduzem a lógica burguesa e, conseqüentemente, a perpetuação do capital. Nos séculos XX e XXI, a administração do Estado, via de regra, configura-se

como a única transição alcançada, sendo que, nesses casos, o parlamentarismo resulta na interrupção concreta e definitiva da teoria revolucionária. As reformas sociais conformam, por fim, as principais vitórias conquistadas. Sobre esse fenômeno, ao tratar da democracia capitalista, Lênin elucidou em *O Estado e a revolução* que:

Marx captou de modo esplêndido esse *traço* da democracia capitalista, ao dizer em sua análise da experiência da Comuna: os oprimidos, de tantos em tantos anos, são autorizados a decidir qual, entre os membros da classe dominante, será o que, no Parlamento, os representará e esmagará! (LÊNIN, 2017, p. 114).

Quando afirmamos que Lênin apresenta em *O Estado e a revolução* um dos estudos mais relevantes sobre o caráter do Estado, desde os escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, estamos delimitando uma concepção teórica que foi abandonada ou deformada por grande parte das organizações políticas que reivindicam a construção de uma sociedade comunista. Para Lênin, não cabe ao proletariado lutar para administrar o Estado burguês e, sim, por sua extinção e imediata construção de um Estado proletário. Após essa etapa, a tarefa consistiria em definir esse Estado proletário, sendo essa a transição necessária para o perecimento das classes sociais.

Assim como ocorreu na Rússia, as revoluções socialistas, que surgiram na primeira metade do século XX, tiveram como inspiração as teorias elaboradas por Karl Marx e Friedrich Engels. A Comuna de Paris, eclodida em 1871, foi a primeira experiência histórica do proletariado organizado como classe dominante. Uma revolução contra o Estado que inspirou a classe operária mundial a romper com as estruturas sociais, econômicas e políticas até então estabelecidas. A potencialidade da ação revolucionária estava posta e, foi nesse contexto histórico, que Lênin, seguindo os ensinamentos da Comuna de Paris, inaugurou uma nova etapa da história universal ao se transformar no principal dirigente da Revolução Russa de 1917.

Apesar das influências de Marx e Engels em sua formação política, Lênin aprofundou elaborações teóricas fundamentais para os processos revolucionários russos como a importância da organização da classe operária em partidos políticos e a necessidade da ditadura do proletariado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante. Esses pressupostos geraram polêmicas que perpassam até hoje o pensamento marxista. Ao longo de sua trajetória política, Lênin escreveu centenas de

textos expressando suas concepções sobre partido e ditadura do proletariado. Nesta pesquisa, essas concepções serão abordadas para apresentar como Lênin expõe em *O Estado e a revolução* sua concepção de transição do capitalismo ao comunismo, transformações que serão realizadas em todos os aspectos da vida humana. Apesar da importância dessa discussão, a centralidade desta pesquisa está na apreensão que Lênin fez sobre o Estado, sendo esse nosso principal objeto de investigação.

Ainda sobre a construção histórica da obra, destacamos que Lênin consultou vários textos de Karl Marx e Friedrich Engels para desenvolver sua concepção sobre o Estado. Podemos citar as obras: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*; *A guerra civil na França*; *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*; *O Manifesto do Partido Comunista*; *Crítica ao Programa de Gotha*; e *O Capital*. Ao mesmo tempo, sabemos que Lênin não teve acesso a importantes obras de Marx, nas quais há o debate sobre Estado como *A ideologia alemã*, publicada pela primeira vez em 1932 e *Os Grundrisse*, publicado pela primeira vez em 1939. Apesar desses limites, impostos por seu tempo histórico, identificamos que Lênin lutou não pelo poder do Estado, mas contra o poder do Estado. Ainda em 1916, antes de redigir *O Estado e a revolução*, começou a organizar o seu pensamento no famoso *Caderno Azul*, documento com diversas anotações das passagens que considerava relevantes sobre as origens e o caráter do Estado burguês.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, todas essas obras foram consultadas, com destaque para as *Obras Completas* de Lênin, organizadas em 55 tomos e publicadas na década de 1980 pela editora russa Progresso<sup>7</sup>. Essa coletânea reúne diversos textos que expressam a apreensão teórica de Lênin sobre o Estado. Nos estudos realizados, identificamos as diferenças estabelecidas com as correntes socialistas, principalmente com os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários e os ensinamentos obtidos com as experiências históricas como a Comuna de Paris e a Revolução Russa de 1905. Identificamos também várias grafias para o nome de

---

<sup>7</sup> O acesso às obras completas de Lênin ocorreu através da biblioteca da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-CI). Publicados em espanhol e organizados em ordem cronológica, os livros reúnem mais de três mil textos. Dentre os materiais localizados, estão livros completos, artigos publicados nos jornais *Iskra*, *Proletari* e *Pravda*, além de materiais preparatórios, notas e cartas. A coleção consultada corresponde à quinta edição organizada pelo Instituto de Marxismo e Leninismo, vinculado ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. Apesar de terem sido publicados no início da década de 1980, a organização desse material se deu entre os anos 1955 a 1965.

Vladimir Ilitch Uliánov, em especial, o uso de seu pseudônimo Lênin, conforme podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1 - Grafias do nome de Lênin identificadas nas publicações em português

<b>Editora</b>	<b>Grafia</b>
Edições Avante!	V.I. Lénine
Civilização Brasileira	V.I. Lênin
Editora Alfa-Omega	V.I. Lenine
Revista Escrita/Ensaio	V.I. Lênin
Editora Aldeia Global	V.I. Lênin
Expressão Popular	V.I. Lenin
Editora Boitempo	Vladimir Ilitch Uliánov – Lênin

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A grafia utilizada nesta tese foi a mesma adotada pela Editora Boitempo (Vladimir Ilitch Uliánov – Lênin), com o objetivo de padronizar a escrita e facilitar a leitura. No entanto, nas citações e na lista de referências, mantivemos as grafias usadas originalmente, indicando, na lista de referências, o nome de Lênin entre colchetes. Com o objetivo de identificar as traduções de *O Estado e a revolução* no Brasil, realizamos uma breve pesquisa das editoras que publicam livros marxistas no país. A principal tradução utilizada nesta pesquisa foi organizada pela editora Boitempo. Dentre as especificidades dessa publicação, está a divulgação, pela primeira vez em língua portuguesa, dos planos de Lênin para *O Estado e a revolução*. Traduzido diretamente do russo, esses textos revelam diferentes momentos da elaboração teórica da obra *O Estado e a revolução*, incluindo os tópicos e a estrutura do último capítulo, nunca redigido.

Lançado em 2017, em comemoração aos 100 anos da Revolução Russa, a obra *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*, publicado pela Editora Boitempo, é uma adaptação para o português brasileiro da tradução feita diretamente do russo pelo coletivo das Edições Avante!, de Portugal. A Edições Avante! é vinculada ao Partido Comunista Português e suas principais traduções foram realizadas em parceria com a editora russa Progresso. Juntas, elas reúnem grande parte das obras marxistas disponíveis na América Latina, incluindo o Brasil.

Na Rússia, as obras de Lênin foram organizadas pelo Instituto de Marxismo-Leninismo, vinculado ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. Os estudos realizados, para esta investigação, demonstraram que o trabalho de centralização das obras de pensadores marxistas se iniciou nos primeiros anos da revolução russa. Em 1920, o revolucionário ucraniano David Riazanov assumiu a tarefa de centralizar e organizar as obras de Marx e Engels. Um dos legados de Riazanov foi a criação do Instituto Marx Engels e a Marx Engels Gesamtausgabe (MEGA). Após a morte de Lênin, esse trabalho sofreu grandes interferências do estalinismo, culminando no assassinato de David Riazanov em 1938 (CERQUEIRA, 2010). Na ocasião, o Instituto Marx Engels foi renomeado Instituto de Marxismo-Leninismo. Essa foi a entidade que centralizou a publicação de vários textos marxistas. Por meio dessa organização, a Edições Avante! publicou grande parte de suas obras.

Considerando esse contexto histórico, para desenvolver a investigação proposta, usamos como procedimento metodológico a leitura e análise imanente da obra *O Estado e a revolução*. Sendo fiel a essa forma de abordagem do objeto, apresentaremos os traçados determinativos presentes nos escritos do autor, isto é, como ele os concebeu e expressou. De acordo com José Chasin (2009, p. 29)<sup>8</sup>, esse procedimento tem como característica o respeito radical à estrutura e à lógica do texto examinado, “tem por mérito a sustentação de que antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de haver compreendido”. Ao tratar essa forma de construção do pensamento, Marx (2013), criticando o idealismo hegeliano, elucidou no Livro I de *O Capital* que:

A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real (MARX, 2013, p. 90).

Seguindo esses preceitos teóricos, os estudos realizados nesta investigação estarão assentados sobre os escritos do próprio Lênin. Isso não significa uma ausência completa de interpretação. Mas, antes de apresentarmos nossa leitura, demonstraremos, em primeiro lugar, como o autor constrói e expõe suas concepções,

---

<sup>8</sup> José Chasin foi filósofo e professor do Departamento de Filosofia da UFMG desde 1986, onde criou, no mestrado, uma linha de pesquisa orientada aos estudos do pensamento filosófico marxiano. Faleceu em 1998.

tendo como centralidade sua compreensão sobre o Estado. Superando a perspectiva idealista, propomos realizar uma abordagem que permite identificar como Lênin apresenta para o proletariado mundial, a partir das lutas revolucionárias, as possibilidades postas para a emancipação humana.

A partir das considerações apresentadas, o objetivo geral desta pesquisa é explicitar como Lênin apresenta em *O Estado e a revolução* sua concepção de organização e supressão do poder, destacando como centralidade a categoria Estado. Considerando as especificidades do objeto investigado, sistematizamos os seguintes objetivos específicos: [1] identificar em *O Estado e a revolução* qual a concepção de Lênin sobre o Estado, tendo como base o seu referencial teórico; [2] identificar as experiências históricas em *O Estado e a revolução* que apresentaram como estratégia de luta a tomada do poder através do Estado; [3] identificar em *O Estado e a revolução* os sujeitos revolucionários capazes de realizarem a mudança da sociedade capitalista para a sociedade comunista, tendo como referencial sua concepção de ditadura do proletariado; [4] identificar em *O Estado e a revolução* as possibilidades apresentadas para a transição ao comunismo.

Para alcançar tais objetivos, o procedimento de investigação é a leitura e análise imanente da obra *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. Compreendemos que, através dessa abordagem, a essência da natureza do Estado em Lênin irá transparecer. Estruturada em quatro capítulos, a tese organiza-se da seguinte forma: Capítulo 1: O autor e sua obra; Capítulo 2: O contexto histórico e político da produção da obra *O Estado e a revolução*; Capítulo 3: O proletariado organizado como classe dominante; e o Capítulo 4: Transição: abolir o Estado burguês e definir o Estado proletário.

No Capítulo 1, realizaremos uma breve apresentação do autor e de sua obra. Os estudos realizados apontam que a origem familiar de Lênin determinou sua formação escolar e política. Apesar de seus pais não serem abertamente críticos ao sistema social da época, o acesso a livros, música e lazer possibilitou uma infância tranquila que influenciou diretamente na sua formação intelectual. Na adolescência, o assassinato do seu irmão Aleksandr Ilitch Uliánov, acusado de tentar matar o czar Alexandre III, despertou seu interesse pela política revolucionária. Nesse período, Lênin se aproximou de círculos marxistas e iniciou os estudos das obras de Karl Marx e Friedrich Engels.

Dentre os principais acontecimentos históricos que marcaram sua trajetória política, estão a fundação do Partido Operário Social-Democrata da Rússia e a fundação da Terceira Internacional Comunista. Ao longo da sua vida, dedicou-se a impulsionar os processos revolucionários russos, atuando em diversas frentes. Entre suas principais obras publicadas, destacamos *O Estado e a revolução*.

Para o historiador húngaro Tamás Krausz (2017, p. 247-249), *O Estado e a revolução* talvez seja a obra mais influente, lida e valorizada de Lênin. Além de curto, o livro é de fácil leitura e sua lógica está claramente exposta. No entanto, acompanhando a tendência dos partidos socialistas de adaptação ao regime, até mesmo *O Estado e a revolução* passou por diversas distorções. Sobre essa mudança de perspectiva, Krausz elucida que:

A relevância do livro para a história mundial é ter se tornado – em mais de um sentido – a *filosofia da Revolução de Outubro*. A revolução é apresentada por intermédio de seu objetivo imediato (tomar o poder) e sua meta final (parceria voluntária de comunidades livres) e mostra a revolução política como ímpeto inicial da revolução social. Embora preceda a revolução, sua perspectiva tornou-se parte integral da teoria crítica por meio da qual se abordariam os desdobramentos políticos desta; mais tarde, foi vulgarizada à maneira utópica, especialmente pela propaganda marxista-leninista durante o período do socialismo de Estado. Décadas depois, dentro da “narrativa” ideológica dominante no mundo antiutópico da mudança de regime, essa obra de Lênin acabou sublimada sob o disfarce de sonhos vagos de fantasia doutrinária, os quais todas as tendências intelectuais “sérias” deveriam (e devem) ridicularizar (KRAUSZ, 2017, p. 249).

O Capítulo 1 também abordará o contexto histórico e político em que Vladímir Ilitch Uliánov redigiu grande parte de *O Estado e a revolução*. Fugindo das perseguições políticas do governo provisório, Lênin escondeu-se na casa de um operário em São Petersburgo, às margens do Lago Razliv. Transformada, recentemente, em um complexo histórico, essa região preserva os locais utilizados por Lênin para se esconder e escrever *O Estado e a revolução*. A descrição histórica nos ajudou a compreender como e por que Lênin resolver redigir *O Estado e a revolução* nas vésperas da revolução de outubro, sendo esse o principal aprendizado deste capítulo.

No Capítulo 2, apresentaremos o contexto histórico de *O Estado e a revolução*. Inicialmente, abordaremos a importância dos materiais preparatórios contidos no *Caderno azul*, que reúne um conjunto de guias, planos e notas que serviram de base para a construção de *O Estado e a revolução*. Nesse material, há

diversas observações de Lênin sobre artigos de Marx e Engels, demonstrando o seu procedimento investigativo e, conseqüentemente, a construção do seu pensamento. Posteriormente, elucidaremos por que Lênin iniciou sua obra afirmando que sua tarefa consistiu, antes de tudo, em restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado (LÊNIN, 2017, p. 28). Além de reunir importantes passagens de Marx e Engels sobre o Estado, Lênin demonstrou como importantes correntes socialistas de sua época deturparam as concepções elaboradas por Marx e Engels. Naquele momento, os confrontos políticos e ideológicos foram estabelecidos principalmente com os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários. As diferenças com os anarquistas também foram apresentadas por Lênin, especialmente, com relação à abolição imediata do Estado, sem a transição para o Estado proletário. Sobre essas diferenças, ele afirmou:

O proletariado só precisa do Estado durante algum tempo. Não divergimos de modo nenhum dos anarquistas na questão da abolição do Estado como objetivo. Afirmamos que, para atingir esse objetivo, é necessário utilizar temporariamente os instrumentos, os meios e os métodos do poder de Estado contra os exploradores, como, para extinguir as classes, é necessária a ditadura temporária da classe oprimida (LÊNIN, 2017, p. 85).

Apesar de dedicar parte dos escritos à apresentação das diferenças com os anarquistas, consideramos que as polêmicas estabelecidas com os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários foram fundamentais devido à inserção dessas correntes no movimento operário russo. Finalizando o capítulo, abordaremos a Comuna de Paris como resultado das contradições da luta de classes. Lênin destinou um capítulo da sua obra aos ensinamentos da Comuna de Paris. Na ocasião, retornou diversas vezes aos textos originais de Marx e Engels para ressaltar a importância da extinção do Estado burguês. Dentre os livros citados, destacaram-se *A guerra civil na França* e o *Manifesto do Partido Comunista*. Referenciando Marx, afirmou que a Comuna de Paris é a forma, enfim descoberta, pela qual se pode e se deve destruir a máquina do Estado (LÊNIN, 2017, p. 79).

No Capítulo 3, apresentaremos a concepção de Lênin sobre o proletariado organizado como classe dominante. Sabemos que Lênin iniciou a organização dos escritos sobre o Estado em 1916, redigiu *O Estado e a revolução* em 1917 e publicou sua primeira versão nos primeiros meses de 1918. Após a primeira edição, Karl Kautsky escreveu uma brochura criticando a concepção de ditadura do proletariado

defendida pelo Partido Bolchevique. Segundo Kautsky (1979), nos primeiros meses da Revolução Russa de 1917, havia dois métodos contrários em curso, sendo um democrático e o outro ditatorial. Nesses escritos, afirmou que o socialismo poderia ser alcançado por vias pacíficas, sem o uso da força ou da violência, tal como previu Marx ao analisar, em 1872, o desenvolvimento do poder político do proletariado na América e na Inglaterra (KAUTSKY, 1979, p. 8).

Após a publicação dessa brochura, Lênin respondeu a Kautsky incluindo na segunda edição de *O Estado e a revolução* a concepção de ditadura do proletariado presente no pensamento de Marx. Na ocasião, ele recorreu a uma carta que Marx escreveu a Weydemeyer<sup>9</sup>, em 1852, afirmando que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado (MARX, 2020, [s.p.]). Posteriormente, Lênin qualificou essas críticas na obra *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, publicada também em 1918. Em resumo, identificamos nas respostas de Lênin à Kautsky que uma das principais polêmicas apresentadas entre as correntes socialistas era as compreensões sobre democracia e ditadura, mais precisamente, sobre democracia burguesa e ditadura do proletariado. Por isso, abordaremos, a partir de *O Estado e a revolução*, as diferenças estabelecidas e desenvolvidas principalmente com os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários.

Os primeiros escritos de Lênin sobre a concepção de ditadura são de 1905, logo após a primeira Revolução Russa. A consigna que nessa época era “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato” passou a ser, em 1917, apenas “ditadura do proletariado”. A principal alteração, que justificou a mudança dessa consigna, foi a compreensão de que o proletariado deveria ser o protagonista dos processos revolucionários russos. Ao final desse capítulo, elucidaremos a concepção de ditadura do proletariado em *O Estado e a revolução*. Demonstraremos também que a ditadura do proletariado aparece em todos os capítulos de sua obra, resgatando tanto a teoria de Marx e Engels, quanto a luta prática do Partido Bolchevique.

No Capítulo 4, abordaremos o processo de transição exposto por Lênin em *O Estado e a revolução*. Apesar de realizar apontamentos de como seria o processo de transição entre o capitalismo e comunismo, Lênin não vivenciou a consolidação do Estado proletário. Apenas sete anos separaram a Revolução Russa de 1917 e sua

---

<sup>9</sup> Joseph Weydemeyer (1818-1866): destacada personalidade do movimento operário alemão e estadunidense, amigo de Marx e Engels, foi membro da Liga dos Comunistas (LÊNIN, 2017).

morte, em 1924. Nesse breve período, Lênin acompanhou importantes mudanças realizadas pelo Estado Soviético como a instauração de um governo formado por operários e camponeses pobres; a reforma agrária; o fim da propriedade privada; a extinção de todos os títulos de nobreza; e a desapropriação das indústrias, bancos e grandes estabelecimentos comerciais. Apesar dessas conquistas imediatas, o processo de burocratização estatal se iniciou com Lênin ainda vivo. Em seus últimos escritos, apresentou as seguintes análises:

No aparelho estatal encontra-se em estado tão penoso, para não dizer detestável, que primeiro devemos refletir profundamente sobre a maneira de lutar contra suas deficiências, e recordar que estas vem do passado; que o passado, a despeito de haver sido subvertido, não desapareceu por completo, não pertence a uma cultura antiga e superada. Coloco assim este problema porque neste plano devemos considerar como alcançado apenas o que forma parte da cultura, da vida diária e dos costumes. E pode-se dizer que entre nós o que há de bom na organização social não foi meditado a fundo, compreendido ou sentido, que foi apanhado no voo, sem comprovação ou ensaio, sem confirmação por meio da experiência, consolidação, etc. É claro que tampouco poderia ser de outro modo numa época revolucionária, e dada a rapidez vertiginosa de desenvolvimento, que em cinco anos nos levou do tzarismo ao regime soviético (LÊNIN, 1979, p. 16).

Escrito e publicado no jornal *Pravda* em seu último ano de vida, o texto intitulado *Mais Vale pouco, porém bom* apresentou as preocupações de Lênin em relação ao desenvolvimento do aparelho estatal. Sobre o desenvolvimento desse novo Estado, afirmou que dois elementos eram fundamentais. Primeiro, operários entusiasmados com a luta pelo socialismo, em seguida, educação e instrução para que esses operários conseguissem avançar na transição. Por isso afirmou:

Para renovar nosso aparelho estatal é indispensável que nos propúnhamos: primeiro, estudar; segundo, estudar; e terceiro, estudar; depois comprovar que a ciência não fica reduzida à letra morta ou a uma frase da moda (coisa que, não há por que ocultá-lo, ocorre com demasiada frequência entre nós), mas convertê-la, de fato, em nossa carne e nosso sangue, que chegue a ser plena e verdadeiramente um elemento integrante da vida diária. Numa palavra, que as exigências que se nos fazem não sejam as mesmas que se fazem à burguesia da Europa ocidental, mas as que são dignas e convenientes para um país que se propõe a desenvolver-se pela via socialista (LÊNIN, 1979, p. 17).

Em seus últimos escritos, identificamos diversas inquietações postas pela realidade. Apesar dessas críticas serem fundamentais para compreendermos o que se tornou a União Soviética, ressaltamos que não apresentaremos nesta pesquisa os resultados obtidos com a Revolução Russa de 1917. Sendo fiel à leitura e análise

imane da obra *O Estado e a revolução*, dedicaremos o último capítulo para expormos como a concepção de transição está exposta exclusivamente nessa obra.

Estabelecendo essa delimitação, inicialmente apresentaremos as tarefas postas ao proletariado em luta. Compreendendo que era importante avançar rumo ao socialismo, nenhum apoio deveria ser dado ao governo provisório estabelecido durante o processo revolucionário russo. A partir das experiências históricas, elucidadas por Marx e Engels, o proletariado deveria repudiar qualquer proposta de apoio a uma república parlamentar burguesa. Sendo o protagonista desses processos revolucionários, caberia ao proletariado russo destruir o Estado capitalista e desenvolver um Estado proletário para transição ao comunismo.

As duas etapas postas em *O Estado e a revolução* são claras: o proletariado deveria abolir o Estado burguês, tal como concebido no sistema capitalista, e definir o Estado proletário. Somente assim o comunismo seria um dia alcançado. Essa política divergia tanto dos anarquistas, que defendiam a supressão de qualquer forma de poder, quanto dos Mencheviques e dos Socialistas Revolucionários que viam na burguesia seu principal aliado político.

Ao abolir o Estado burguês, o proletariado acabaria imediatamente com os principais instrumentos de opressão e exploração do sistema capitalista como a propriedade privada, a burocracia e o exército. Apesar da imediata supressão, a utilização da máquina estatal, tal como foi concebida, ainda seria necessária, bem como a organização do proletariado em sovietes. Os sovietes de deputados e operários formariam os conselhos que organizariam operários e camponeses na cidade, nas fábricas e no campo.

Ao definir o Estado proletário, a fase superior da sociedade comunista poderia ser alcançada. Ao longo da obra, Lênin apresentou alguns apontamentos de como essa transição poderia ser realizada. Longe de ser um manual de como se chegar ao comunismo, *O Estado e a revolução* apresenta, para o proletariado mundial, os elementos fundamentais da transição do capitalismo ao comunismo. Dentre eles, a importância da formação política; o Estado como produto do caráter inconciliável das contradições de classe; e o protagonismo do proletariado na transformação econômica, política e social pela revolução.

Na conclusão, apresentaremos os resultados obtidos com a pesquisa. Aprofundaremos sobre os dilemas da transição e as possibilidades da formação humana para a transformação do ser social. Logo no primeiro capítulo de *O Estado e*

a *revolução*, Lênin ressaltou que, diante das deturpações do marxismo, sua tarefa consistia em restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado. Considerando as deturpações realizadas pelas correntes socialistas de seu tempo, buscou, por meio da análise imanente, a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. Reunindo a teoria científica e a prática política, analisou, a partir da totalidade, seu momento histórico e demonstrou para o proletariado mundial as possibilidades para a revolução.

Ao apresentar uma alternativa política para a construção de uma sociedade socialista, Lênin se contrapôs à política de conciliação de classes e ensinou ao proletariado russo o poder da organização. Os conselhos operários ou sovietes representaram um grande salto no processo de organização e formação política do proletariado. Considerando a luta como ato educativo, identificamos em *O Estado e a revolução* diversas passagens onde Lênin demonstrou como os sujeitos revolucionários devem construir uma nova forma de organização da vida social. Após a abolição do Estado burguês, no processo de transição do capitalismo para o comunismo, as bases materiais que sustentam o Estado, como a propriedade privada e os meios de produção, deveriam ser destruídos, tal como foram concebidos.

Apresentaremos ainda, as possibilidades de novas pesquisas relacionadas a essa temática, e as contradições estabelecidas entre os escritos de Lênin em *O Estado e a revolução* e o que se tornou a União Soviética após a sua morte. Ao não concluir a transição do capitalismo ao comunismo, consideramos que sua teoria sobre o Estado foi abandonada e/ou deformada pelo estalinismo<sup>10</sup>.

Ao final, demonstraremos que, em *O Estado e a revolução*, Lênin não apresentou uma teoria sobre o Estado, ao contrário, identificamos uma teoria contra o Estado, que objetiva suprimir qualquer forma de poder estatal. Apresentando, desse modo para o proletariado mundial, uma política libertária e antiestatista. Ao denunciar seus adversários políticos, demonstrou que é impossível superar a exploração do homem pelo homem e, principalmente, a luta de classes pela via da colaboração de classes. Por isso, afirmamos que, em sua essência, a obra, baseada na teoria e na *práxis* marxista, propõe a constituição de uma sociedade completamente distinta daquela imposta pelo sistema capitalista.

---

<sup>10</sup> Compreendemos por estalinismo o período no qual Josef Stálin esteve no poder (1923-1953). Apesar de personificado, esse período representou um conjunto de ações que foram adotadas pela antiga União Soviética.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa pretende contribuir tanto para a produção científica realizada pela universidade, quanto para a teoria marxista construída e debatida pelos movimentos sociais. No campo da educação não formal, aquela que ocorre fora do sistema tradicional de ensino, esta pesquisa demonstrará que a formação para a transformação do ser social se realiza em todas as etapas da luta de classes, em especial, quando se discute a construção de uma sociedade socialista.

## 1. O AUTOR E SUA OBRA

*Faz parte dos traços mais férteis e característicos de Lênin o fato de que ele jamais deixou de aprender teoricamente com a realidade e, ao mesmo tempo, esteve sempre pronto para agir.*

György Lukács em *Lênin: um estudo sobre a unidade do seu pensamento*, Budapeste, 1967.

O filósofo húngaro György Lukács (1885-1971) escreveu, em 1924, logo após a morte de Lênin, que Vladímir Ilitch Uliánov tornou-se “o maior pensador que o movimento revolucionário dos trabalhadores concebeu desde Marx” (LUKÁCS, 2012, p. 29). Contrariando importantes movimentos socialistas de sua época<sup>11</sup>, Lênin analisou as tendências da revolução proletária e combateu todas as pressões que objetivavam impedir os avanços dos processos revolucionários russos.

Dirigente do Partido Bolchevique e chefe do Estado soviético, Lênin uniu teoria e prática em toda sua trajetória política, dedicando grande parte de sua vida aos estudos marxistas. Em seu percurso teórico, abarcou temas como o desenvolvimento do sistema capitalista e a organização da classe operária. Personagem central na Revolução Russa de 1917, sua liderança inspirou a formação de partidos comunistas em todo mundo, influenciando a criação de várias organizações marxistas, principalmente na primeira metade do século XX.

Personagem controverso na história política mundial, deixou vários ensinamentos para a classe operária, dentre eles, a concepção de Estado. Inspirado em Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), Lênin afirmou que o Estado é “o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe” (LÊNIN, 2017, p.29). Citação presente na obra *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*, Lênin elucidou que o Estado, sendo uma organização especial de poder, deveria ser completamente extinto pelo proletariado organizado, a única classe revolucionária capaz de unir todos os trabalhadores e outros setores explorados na luta contra a burguesia (LÊNIN, 2017, p. 47). Apesar das suas convicções, expressas em diversos livros e artigos, as

---

<sup>11</sup> No prefácio à primeira edição de *O Estado e a revolução*, Lênin (2017, p. 23-24) destacou suas divergências com representantes de partidos socialistas de sua época, dentre eles, Gueorgui Plekhánov (1856-1918) e Karl Kautsky (1854-1938). Ao longo da obra, Lênin cunhou esses teóricos socialistas, representantes da Segunda Internacional (1889-1914), de *social-chauvinistas e oportunistas*, conceitos que serão desenvolvidos no próximo capítulo.

experiências históricas, que objetivaram transformar radicalmente as estruturas da sociedade, demonstraram limites, fragilidades, adaptações ao regime e confirmaram a necessidade da discussão que envolve a tomada do poder através do Estado.

Fotografia 1 - Lênin em seu escritório no Krêmlin – 1919



Fonte: KRAUSZ, 2017, p. 303.

Diante de tantas interpretações do marxismo, Lukács (2012, p. 78) afirmou que “Lênin foi o único que alcançou a altura teórica da concepção marxiana, a pureza do posicionamento proletário-revolucionário diante do problema do Estado”. Para o filósofo húngaro, unindo teoria e *práxis*, a exemplo da Comuna de Paris, Lênin reconheceu e demonstrou que a questão do Estado havia sido posta na ordem do dia para o proletariado em luta. Por meio de debates históricos com os interlocutores políticos da sua época, como os Socialistas Revolucionários, anarquistas, Mencheviques e membros do próprio Partido Bolchevique, Vladímir Ilítch Uliánov demonstrou que o Estado burguês, sendo uma estrutura social de dominação e opressão, deveria ser extinto pelo proletariado organizado (LÊNIN, 2017, p. 41).

Considerando a posição dessas correntes políticas e as polêmicas que envolvem a tomada do poder através do Estado, Lukács (2012, p. 78) afirmou que o oportunismo, presente em organizações que compõem principalmente a Segunda Internacional, revelou-se, com maior nitidez, quando nenhuma dessas organizações

se ocuparam com os problemas do Estado. Para ele, além da ausência dos debates, as falsas teorias que existiam sobre essa estrutura de poder não colaboravam com a distinção entre o Estado burguês e o Estado proletário.

Sobre essa distinção, Lênin (2017, p. 115) afirmou que não cabia ao proletariado administrar o Estado burguês. O proletariado deveria lutar por sua abolição, pela sua imediata transformação em Estado proletário e, posteriormente, pelo seu total definhamento, expressão que, para ele, exprimia lentidão e espontaneidade. Nessa perspectiva, apresentando as linhas fundamentais para um período de transição, no qual está posto a abolição do Estado burguês e o definhamento do Estado proletário, Lênin afirmou que:

O Estado poderá desaparecer completamente quando a sociedade tiver realizado o princípio 'de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades', isto é, quando se estiver tão habituado a observar as regras primordiais da vida social e o trabalho tiver se tornado tão produtivo que todo mundo trabalhará voluntariamente conforme sua capacidade (LÊNIN, 2017, p.121-122).

Objetivando compreender a construção desse pensamento, apresentaremos neste capítulo os elementos fundamentais que influenciaram a formação teórica de Lênin, em especial, o desenvolvimento da sua concepção sobre o Estado. Iniciaremos com sua origem familiar, destacando os principais acontecimentos históricos da sua vida política. Estudos biográficos (FISCHER, 1967; IML, 1984; MARIE, 2008; KRAUSZ, 2017) revelaram que o assassinato do seu irmão mais velho, Aleksandr Ilitch Uliánov, acusado de tentar matar o czar Alexandre III, despertou o interesse de Lênin pela política revolucionária. Os anos de exílio na Sibéria, durante a sua juventude, possibilitou o aprofundamento de seus estudos marxistas, resultando no lançamento do seu primeiro livro, em 1899, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.

Os anos que antecederam a Revolução Russa de 1917 também foram determinantes para o percurso político de Lênin. Período em que sua produção teórica se impulsionou, por meio de estudos diários sobre marxismo e as condições de vida da classe operária. Por fim, destacaremos os principais fatos que marcaram, historicamente, a construção da obra *O Estado e a revolução*, escrita no clímax da sua vida intelectual e política, às vésperas da revolução socialista de outubro.

## 1.1 Vladímir Ilitch Uliánov

Lênin é pseudônimo de Vladímir Ilitch Uliánov (1870-1924). Nas pesquisas realizadas, descobrimos que a adoção desse nome, provavelmente, se deve uma homenagem ao Rio Lena, curso d'água localizado ao sul do Planalto Central Siberiano (KRAUZ, 2017, p. 67). Considerado um dos rios mais longos do mundo, o Rio Lena também é o maior em extensão da Rússia, chegando a 4.400 km desde a nascente até a sua foz. Apesar dessas indicações, nem mesmo o historiador húngaro Tamás Krausz (2017, p. 67), soube precisar sua origem, “nem mesmo a pesquisa mais meticulosa pôde revelar de onde derivou o pseudônimo”. O que se sabe é que Lênin, como tantos outros revolucionários russos, adotavam nomes falsos para sobreviverem às perseguições políticas da época. Ao todo, Vladímir Uliánov usou mais de 150 pseudônimos, sendo que Lênin foi o único que permaneceu.

Diversas biografias de Lênin foram escritas desde a sua morte. Algumas apontadas como oficiais, organizadas pelo governo soviético, outras consideradas mais fiéis à trajetória política e intelectual do principal dirigente da Revolução Russa de 1917 (KRAUSZ, 2017, p. 14). A verdade é que existem várias intenções políticas e interpretações em torno de sua vida e de seu legado político. O jornalista norte-americano Louis Fischer (1896-1970)<sup>12</sup> constatou, por exemplo, que biografias oficiais, produzidas pela União Soviética após a morte de Lênin, ocultaram parte de sua árvore genealógica. Estudos realizados por sua irmã Anna Ilínitchna apontaram sua ancestralidade judaica, vindas de seu avô materno. No entanto, essas descobertas não foram publicizadas porque, de acordo com Fischer (1967, p. 2), o teor nacionalista do comunismo exigia que Lênin fosse visto como um russo etnicamente puro.

O silêncio do Kremlin, quando dezenas de milhares de páginas foram escritas na Rússia sobre todos os outros aspectos da vida de Lênin, pode ser explicado pelo desejo de criar uma imagem nacionalista de Lênin com russo cem por cento puro, sem a infusão de sangue estrangeiro (FISCHER, 1967, p. 6).

Esse debate aparece também em outras biografias de Lênin. O historiador húngaro Krausz (2017, p. 37) afirmou que “em 18 de dezembro de 1932, Stálin ouviu

---

<sup>12</sup> FISCHER, Louis. *A vida de Lênin*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

o relato da descoberta de Anna Ilínitchna e ordenou silêncio absoluto sobre o assunto, embora Anna não entendesse porque os comunistas precisavam ocultar tal fato”. Além de encobrir parte de sua árvore genealógica, outros revolucionários comunistas também tiveram suas histórias ocultadas ou difamadas pela União Soviética, principalmente, após a morte de Lênin, em 1924<sup>13</sup>.

Considerando as possíveis distorções, para o desenvolvimento desta pesquisa, consultamos quatro biografias. A primeira, escrita por um coletivo de autores vinculados ao Instituto de Marxismo-Leninismo (IML) (IML, 1984), anexo ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. A segunda escrita pelo historiador francês Jean-Jacques Marie (2008). A terceira escrita pelo jornalista norte-americano Louis Fischer (1967). A quarta escrita pelo historiador húngaro Tamás Krausz (2017), resultado de quatro décadas de pesquisa.

Nascido no dia 22 de abril de 1870<sup>14</sup>, em Simbirsk<sup>15</sup>, cidade russa localizada às margens do Rio Volga, Lênin tinha uma composição familiar sólida. Seu pai, Iliá Nikoláievitch Uliánov, nasceu em uma família urbana e, com o apoio financeiro de seu irmão mais velho, que não tinha filhos, formou-se em Matemática e Física pela Universidade de Kazan. Assim que concluiu o curso, trabalhou como inspetor e, posteriormente, como diretor das escolas públicas do distrito (KRAUSZ, 2017, p. 33-34). De acordo com os estudos realizados por Krausz,

Iliá Nikoláievitch dedicava-se com afinco à pedagogia. Trabalhava com obstinação, e seus esforços incansáveis eram reconhecidos pelas autoridades e altamente respeitados por seus colegas. Apesar das costumeiras ausências, preservou-se na lembrança dos filhos como pai amoroso (KRAUSZ, 2017, p. 35).

Sua mãe, Maria Aleksándrovna Blank, tornou-se noiva de Uliánov em 1863, mesmo ano em que se casou. Filha de médico, Blank perdeu a mãe ainda jovem e,

---

<sup>13</sup> Como exemplo, podemos citar o destino do revolucionário russo David Riazanov (1870-1938). Membro do Partido Bolchevique, durante os primeiros anos da Revolução Russa, com o apoio de Lênin, desempenhou a importante tarefa de tentar reunir os escritos de Marx e Engels através da *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA). Após a morte de Lênin, “Expulso do Partido e impedido de continuar à frente de seu trabalho editorial, seu nome foi apagado da história russa e condenado àquela espécie de esquecimento compartilhada por tantos outros que sofreram, como ele, o peso da repressão stalinista” (CERQUEIRA, 2010, p. 200). Preso sob a acusação de conspirar contra a União Soviética, Riazanov foi condenado à morte pelo governo estalinista e executado em 1938.

<sup>14</sup> Data referente ao calendário gregoriano, utilizado na Rússia desde 1917. A substituição do calendário juliano pelo calendário gregoriano ocorreu através de um decreto após a revolução russa de 1917. Com o objetivo de facilitar a compreensão dos fatos históricos. Em algumas passagens, serão apresentadas as duas datas.

<sup>15</sup> Atual Uliánovsk.

por isso, viajava a trabalho com o pai. Após o casamento, apesar de escolarizada, trabalhava em casa cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos. O historiador francês Jean-Jacques Marie (2008, p. 21) afirmou que Maria Aleksándrovna era uma mãe atenta, amorosa, decidida e dedicada a seu marido e seus filhos. Sua paixão por música e livros influenciou positivamente seus filhos, sendo que todos frequentaram instituições de ensino superior. Além de tocar piano, Maria Aleksándrovna falava vários idiomas e, certamente, desempenhou um papel excepcional em todas as realizações da família (KRAUSZ, 2017, p. 36-38). Sobre sua influência na vida de seus filhos, Fischer constatou que:

Embora Maria Alexandrovna nunca tenha ido à escola, passou pelos exames escritos e qualificou-se como professora. Aprendeu por si mesma o inglês e o francês e falava muito bem o alemão e o russo. Na sua escrivaninha havia um Shakespeare em inglês e a enorme história da Revolução Francesa de Louis Adolphe Thiers, em francês. Sob sua orientação, as crianças publicavam um jornalzinho semanal, manuscrito, da família, intitulado *O Sábado* (FISCHER, 1967, p. 9 -10).

Fotografia 2 - Família Uliánov



Fonte: KRAUSZ, 2017, p. 289.

Fotografia 3 - Casa de Lênin em Simbirsk (1878-1887), atual Ulianovsk



Fonte: V. LENIN'S HOUSE MUSEUM, 2018, [s.p.]

Fotografia 4 - Fundos da casa de Lênin em Simbirsk



Fonte: V. LENIN'S HOUSE MUSEUM, 2018, [s.p.]

Iliá e Maria tiveram oito filhos: Anna, nascida em 1864; Aleksandr, conhecido como Sacha, nascido em 1866; Olga, nascida morta em 1868; Lênin, apelidado de Volódia, nascido em 1870; outra Olga, nascida em 1871; Nikolai, que viveu poucos meses, nascido em 1873; Dmítri, nascido em 1874 e, por último, Maria, nascida em 1878 (MARIE, 2008, p.18). Apresentando a estrutura familiar de Lênin, Tamás Krausz afirmou que:

Os irmãos cresceram em harmonia, em um lar confortável e espaçoso (uma faxineira e uma cozinheira trabalhavam para a família e, além disso, Volódia tinha uma governanta). Os filhos mais velhos acomodavam-se em quartos próprios, e os mais jovens partilhavam um. O sentimento de solidariedade no âmbito familiar surgiu naturalmente, graças à educação recebida, e estendeu-se para além da família; as crianças tornaram-se jovens adultos prestativos, sensíveis às dificuldades dos outros (KRAUSZ, 2017, p. 35-36).

Apesar da infância tranquila, a adolescência de Lênin foi marcada por duas grandes perdas. Em 1886, seu pai faleceu, inesperadamente, de hemorragia cerebral e, em 1887, seu irmão mais velho Aleksandr Ilitch foi preso ao participar de uma tentativa de assassinato do czar Alexandre III (1845-1894). Apesar de todos os membros da família serem críticos ao sistema social e econômico da época, ninguém imaginava que Aleksandr seria integrante de um grupo terrorista. Fundado em 1879, o *Naródnaia Vólia* (Liberdade do Povo) era formado por um grupo de jovens revolucionários que considerava que na Rússia, a única opção para melhorar a condição de vida da população seria derrubar o sistema de terror medieval que não admitia nenhuma abertura democrática (MARIE, 2008, p. 22).

Apesar das súplicas da mãe, Aleksandr foi enforcado no dia 08 de maio de 1887, aos 21 anos. Sobre o impacto desse assassinato em sua história, Trotsky (1879-1940) afirmou, em um ensaio publicado em 1926, que “este foi um fato determinante na vida de Lênin” (TROTSKY, 2015, p. 126). Tamás Krausz afirmará também que na literatura menciona-se frequentemente que “a execução do irmão Aleksandr teve forte influência na formação das percepções e das visões políticas de Volódia, então com dezessete anos” (KRAUSZ, 2017, p.41).

Após essas duas tragédias, Lênin deixou sua cidade natal ao ser admitido na Faculdade de Direito da Universidade de Kazan. Ao matricular-se na universidade, assinou um juramento comprometendo-se a não participar de nenhuma atividade política. A repercussão da morte do irmão tornou a família Uliánov popular, cujos membros eram alvos de julgamento por onde passavam. No entanto, mesmo com

restrições políticas, mal havia começado os estudos na universidade, Lênin tornou-se associado da nascente campanha estudantil contra a “Lei Universitária”, que negava educação a jovens oriundos das classes sociais inferiores. Em 4 de dezembro de 1887, no mesmo ano em que seu irmão foi assassinado, Lênin foi preso por participar de um dia de mobilização. Após ser expulso da universidade, as autoridades locais exigiram que Lênin se afastasse de Kazan e passasse a residir em Kokúchkino (KRAUSZ, 2017, p. 45).

Durante o primeiro exílio de sua vida, Lênin dedicou-se aos estudos, lendo novos autores, além de famosos periódicos nacionais e internacionais. Foi nesse período também que se juntou a um círculo marxista e aprofundou seus estudos do Livro I de *O capital* (KRAUSZ, 2017, p. 46).

Maria Aleksándrovna tentou diversas vezes para que Lênin fosse readmitido na Universidade de Kazan, tendo todos os pedidos negados. Somente em 1890, ele recebeu autorização da Universidade de São Petersburgo para fazer as provas de seleção. Aprovado com sucesso, Lênin conseguiu concluir a Faculdade de Direito.

Lênin trabalhou como advogado por um breve período, mas não abandonou o estudo crítico da teoria econômica e da história do narodismo<sup>16</sup>. Em 1892, foi-lhe concedida permissão para trabalhar independentemente, sob contínua vigilância policial, no tribunal de Samara. Sua atividade jurídica estendeu-se de janeiro de 1892 a agosto de 1893. Os casos que cuidou, 24 no total, foram bem-sucedidos na maioria e, em todos, Lênin conseguiu abrandar sentenças (KRAUSZ, 2017, p. 49).

O primeiro encontro com sua companheira, Nádía, Nadiéjda Konstantínovna Krúpskaia (1869-1939), aconteceu em 1894, um ano antes da fundação da *União de Luta pela Emancipação da Classe Operária*. Eles se casaram quatro anos depois, em 1898, durante o exílio na Sibéria. Revolucionária e bolchevique, Krúpskaia começou a participar de círculos marxistas em 1890, antes de

---

<sup>16</sup> “*Narodniki*: Populistas russos, impulsionadores de um movimento socialistas agrário que atuou desde a década de 1860 até fins do século XIX. Sob a influência dos escritos de Aleksandr Ivanovitch Herzen, planejaram adaptar a doutrina socialista às circunstâncias russas; tinham em vista uma sociedade na qual a soberania estaria baseada em pequenas unidades econômicas dotadas de autogestão, à semelhança das tradicionais comunas rurais russas; uma confederação livre substituiria o Estado. Em 1874, começaram a difundir sua doutrina entre os camponeses, porém não tiveram aceitação entre eles. Em 1876, formaram uma sociedade secreta – Terra e Liberdade – para promover um levante revolucionário de massas. Expulsos do campo pela polícia, foram logo dominados pela ala terrorista do movimento – A vontade do povo, fundada em 1879 –, que cometeu vários assassinatos. Em 1881, um membro do grupo assassinou o czar Alexandre II. Em seguida, o movimento perdeu força. Em 1901, foi fundado o Partido Revolucionário Socialista, que se apresentou como herdeiro dos *Narodniki*” (Nota de Miguel Vedda in LUKÁCS, 2012).

conhecer Lênin. Após a Revolução de 1917, organizou o sistema educacional da Rússia, trabalhando no Comissariado do Povo para a Cultura.

Fotografia 5 - Nadiéjda Konstantínovna Krúpskaia (1869-1939)



Fonte: MUSEUMS\_IN\_RAZLIV, 2019, [s.p.]

Krúpskaia esteve presente com Lênin em todos os momentos de sua vida, sendo que ambos sempre foram muito atenciosos um com o outro (KRAUSZ, 2017, p. 65)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Apesar da biografia escrita pelo CC do PCUS ocultar parte dessa história, Lênin manteve um relacionamento amoroso com a revolucionária francesa Inessa Armand (1874-1920). Tamás Krausz (2017, p. 83) afirmou que “a historiografia soviética encobriu tão obstinadamente o aspecto íntimo e romântico do relacionamento entre Lênin e Armand que chegou a mutilar forma e conteúdo das cartas dele quando da publicação de suas obras completas. Os trechos em que expressavam sentimentos de ternura um pelo outro sofreram extrema censura. Armand integrou o POSDR em 1904 e desempenhou, ao lado de Lênin, diversas tarefas políticas. Por ser fluente em cinco idiomas,

Além de amor, compartilhavam uma causa e interesses duradouros, o que fortaleceu a exemplar solidariedade entre eles. Em períodos de doença, essa solidariedade recíproca é bem documentada. No início, Vladímir Ilitch raramente adoecia. Era um jovem atlético e saudável, com físico forte, baixo e robusto. Nádía era uma belíssima moça quando um problema da tireoide a levou a desenvolver doença de Graves, enfermidade autoimune que lhe afetou os olhos e persistiu ao longa da vida. Vestia-se de maneira simples e asseada, evitando qualquer ostentação (KRAUSZ, 2017, p. 65).

Após a morte de Lênin, Nadiéjda Krúpskaia tornou-se uma das responsáveis por organizar informações sobre o percurso político e pessoal de Lênin. Ao longo de sua vida, escreveu diversos livros e artigos, dentre eles, o livro *Memories of Lenin* (Memórias de Lênin), publicado pela primeira vez em 1930 – ainda sem tradução para o português. Sobre seus artigos, publicados principalmente nos jornais do partido, destacam-se *A mulher trabalhadora*, escrito em 1900, e *A mulher operária*, escrito em 1913.

Lênin permaneceu na Sibéria de 1897 a 1900. Apesar de exilado, o contato com sua família e com membros das organizações políticas ocorriam principalmente através de correspondências. Lênin ainda tinha acesso aos livros de uma biblioteca local, o que possibilitou aprofundar seus estudos marxistas (KRAUSZ, 2017, p. 60). Nesse período de confinamento, importantes fatos históricos aconteceram. Em 1898, realizou-se em Minsk, capital da Bielorrússia, o Congresso de Fundação do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR)<sup>18</sup>, principal organização política de Lênin até 1917. No ano seguinte, em 1899, houve a publicação do seu primeiro livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, e a publicação da primeira edição do jornal *Iskra* (Centelha), redigido no exterior e distribuído clandestinamente na Rússia. Já com a presença de Lênin, aconteceu em Bruxelas e Londres, em 1903, o II Congresso do POSDR, encontro onde houve a cisão histórica entre Mencheviques (minoritários) e os Bolcheviques (majoritários).

O II Congresso do Partido Social-Democrata Russo, ocorrido em Bruxelas e em Londres em julho e agosto de 1903, adotou o programa elaborado por Plekhávov e Lenin, mas terminou em uma cisão histórica do partido entre bolcheviques e mencheviques. E assim, trilhando o próprio caminho, Lenin torna-se o líder da fração bolchevique – mais tarde, Partido Bolchevique (TRÓTSKY, 2015, p. 127).

---

frequentemente acompanhava Lênin em congressos e conferências internacionais (KRAUSZ, 2017, p. 84).

<sup>18</sup> Participaram do congresso de fundação nove delegados, sendo todos quadros marxistas.

As divergências entre Bolcheviques e Mencheviques abrangiam, no início do século XIX, não somente as táticas, mas também o próprio programa do partido. Os Mencheviques buscavam manter a política do proletariado russo alinhada com a da burguesia liberal, enquanto Lênin via no campesinato o aliado mais próximo do proletariado (TRÓTSKY, 2015, p. 127-128). As diferenças de Lênin com Plekhánov e Julius Márto (1873-1923) aumentaram neste período, obrigando Lênin a abandonar a redação do *Iskra* em 1903, lançando uma carta renúncia em fevereiro de 1904. Nessa carta, Lênin afirmou que não se trata de uma questão pessoal, mas sim o direito de defender e expressar suas ideias, a luta contra o burocratismo e contra a própria forma de organização do Partido (LENIN, 1982, tomo 8, p. 103). Para Jean-Jacques Marie (2008, p. 70), as diferenças políticas entre Bolcheviques e Mencheviques, inicialmente embrionárias e ainda imperceptíveis, esboçariam divergências que se tornariam insustentáveis depois da revolução de 1905.

## **1.2 Lênin e os anos que antecederam a Revolução Russa de 1917**

A Rússia, no início do século XIX, possuía uma população majoritariamente agrária. Apesar do sistema de servidão ter sido abolido pelo czarismo em 1861, os latifundiários permaneceram com suas propriedades, mantendo a dependência do campesinato em relação aos donos das terras. Fome, frio e miséria faziam parte da realidade dos camponeses russos que, apesar de terem conquistado a liberdade civil como decidir assuntos pessoais e familiares, não possuíam liberdade política para eleger seus próprios representantes ou se auto-organizarem (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 41).

No início do século XX, Lênin publicou seu primeiro livro sobre e para o campesinato russo. Intitulado *Aos pobres do campo*, essa obra abordou as condições de vida dos camponeses, as ilusões criadas pela burguesia para transformá-los em camponeses ricos e, principalmente, o programa agrário do POSDR, em uma clara alusão à importância da aliança estabelecida entre a classe operária e o campesinato. Segundo Lênin, “para a completa libertação de todos os trabalhadores, os pobres do campo devem, em aliança com os operários da cidade, travar uma luta contra a burguesia, incluindo contra os camponeses ricos” (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 80).

Nas grandes cidades, o processo de industrialização atraía os camponeses que buscavam melhores condições de vida. Esse movimento de migração interessava

não somente aos camponeses, como também à crescente burguesia nacional que, com a expansão das fábricas e do comércio, necessitava do trabalho assalariado. Embora a busca por melhores condições de vida fosse um dos objetivos da migração, se no campo reinava a pobreza e a subserviência, nas grandes cidades a realidade não era diferente.

No início do século XX, os trabalhos nas fábricas tinham como características a insalubridade, os baixos salários, as altas jornadas de trabalho, que chegavam a ultrapassar dez horas por dia, e a diferença salarial entre homens, mulheres e crianças. Nesse período, o acirramento de interesses cresceu entre camponeses e latifundiários, proletários e donos das fábricas e, também, entre a burguesia nacional, que via no regime czarista um entrave para o desenvolvimento econômico de suas indústrias.

Com as crescentes insatisfações dos operários e camponeses com o czarismo, o Padre George Gápon (1870-1906) organizou, em São Petersburgo, uma marcha reunindo milhares de trabalhadores rumo ao Palácio de Inverno. O objetivo era entregar ao Czar Nicolau II (1868-1918) uma petição contendo uma chamada para a instauração de uma Assembleia Constituinte. A manifestação pacífica foi violentamente atacada pela guarda imperial e estima-se que milhares de trabalhadores foram assassinados, entre homens, mulheres e crianças. Conhecido mundialmente como “domingo sangrento”, as atrocidades realizadas no dia 9 de janeiro de 1905 foram o estopim para o início da primeira Revolução Russa.

Lênin estava na Suíça quando o massacre aconteceu. Um dia antes, escreveu para o jornal bolchevique *Vperiod* (Adiante), uma matéria sobre a greve dos trabalhadores da fábrica de Putílov, localizada em São Petersburgo. Mesmo com dificuldades de obter informações precisas sobre os processos revolucionários, Lênin afirmava não ter dúvidas sobre a importância desses acontecimentos históricos. Iniciada espontaneamente, a greve teve como estopim a demissão de operários, o que incentivou outros trabalhadores a pararem o processo produtivo. O movimento se fortaleceu rapidamente e incentivou outros operários de outras fábricas a paralisarem a produção também (LENIN, 1982, tomo 9, p. 178). Nos próximos dias, Lênin escreveria diversos artigos sobre os processos revolucionários iniciados na Rússia e as tarefas voltadas para a classe operária. Nessa nova etapa, as reivindicações econômicas foram substituídas por reivindicações políticas.

A greve torna-se geral, o que prefigura uma manifestação nunca vista, o prestígio do título imperial afunda-se para sempre. A insurreição estalou. A força responde à força. Combate-se nas ruas, levantam-se barricadas, os tiros crepitam, os canhões troam. Por outro lado, rios de sangue; a guerra civil pela liberdade teve início. Moscovo, o Sul, o Cáucaso e a Polônia estão prontos para se juntarem ao proletariado de Petersburgo. A palavra-de-ordem dos operários passou a ser: a morte ou a liberdade! (LENIN, 1982, tomo 9, p.182, tradução nossa)<sup>19</sup>.

Após a eclosão da Revolução de 1905, a vida de Lênin tornou-se muito atarefada, principalmente, com o trabalho organizativo do partido e na produção editorial do jornal. As perseguições políticas continuaram por dois anos, obrigando-o a deixar a Rússia definitivamente em 1907 (KRAUSZ, 2017, p. 74). Internamente, Lênin liderou uma campanha contra todas as correntes políticas que se manifestavam entre os revolucionários, dentre eles os Mencheviques. Os próximos anos seriam marcados pelo início da Primeira Guerra Mundial e o aumento dos movimentos grevistas na Rússia ocidental.

Durante 10 anos (1907-1917), Lênin viveu exilado em vários países como Suíça, França e Polônia. Apesar da distância, sua atividade política e intelectual não cessou. Durante a sua extradição, participou de reuniões, congressos, conferências, além de publicar livros e artigos sobre marxismo, capitalismo, imperialismo e a importância da organização do proletariado.

Dentre os jornais lançados no período de exílio, destaca-se o *Pravda* (Verdade). Publicado pela primeira vez em 22 de abril de 1912, o jornal continha artigos escritos por operários que descreviam suas condições de vida, as explorações e os abusos de que eram vítimas nas fábricas, além de suas aspirações para o futuro. Como apresenta o professor Dênis de Moraes (2018, [s.p.]), “a Rússia vivia um período de tensões sociais e políticas, e o *Pravda* ocupava um espaço diferenciado na divulgação de reivindicações, manifestações e greves operárias, graças ao trabalho de correspondentes espalhados pelo país”.

Foi durante o exílio, no verão de 1916, que Lênin desenvolveu outro trabalho teórico de extrema importância para o proletariado. A obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo* foi o resultado de um enorme trabalho intelectual e intensa

---

<sup>19</sup> La huelga se ha convertido en huelga general y desembocado en una manifestación de envergadura inaudita; el prestigio que envolvía el nombre del zar ha desaparecido para siempre. Ha comenzado la insurrección. Fureza contra fuerza. Hierve la lucha en las calles, se levantan barricadas, crepitan las descargas y truenan los cañones. Corren ríos de sangre, se levantan las llamas de la guerra civil por la libertad. Moscú y el Sur, el Cáucaso y Polonia se disponen a unirse al proletariado peterburgés. Libertad o muerte!

reflexão que Lênin fez sobre o desenvolvimento do capitalismo mundial. Nessa obra, ele parte do princípio que “a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista, uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das esferas de influências do capital financeiro” (LÉNINE, 1984, tomo 2, p. 293-294). Para o Instituto de Marxismo-Leninismo da União Soviética:

Apoiando-se nas leis do surgimento, desenvolvimento e declínio do capitalismo descobertas por Marx e Engels, ele fez pela primeira vez uma profunda análise científica da essência econômica e política do imperialismo, como fase particular, superior e última do capitalismo, mostrou a inevitabilidade da agilização, no imperialismo, de todas as contradições próprias da sociedade capitalista (IML, 1984, p. 225).

A dissolução da Segunda Internacional aconteceu um ano antes da Revolução de 1917, sendo Lênin um dos seus principais críticos. A Segunda Internacional cresceu em 1905 com a eclosão da revolução russa e a jovem classe operária desse país, dirigida majoritariamente pela social-democracia, mostrou ao mundo seu potencial revolucionário. Esse foi o ponto culminante da Segunda Internacional, porém, pouco tempo depois, começou seu período de decadência (SAGRA, 2005, p. 27-28).

Diferentemente da Primeira Internacional, que foi uma frente única entre organizações operárias, a Segunda Internacional reuniu uma federação de partidos social-democratas. Todos reivindicavam o marxismo. Marx já tinha falecido quando a Segunda Internacional foi fundada e sua fundação foi acompanhada, principalmente, por Engels.

Como resposta ao processo de degeneração que surgiu no interior da Segunda Internacional, um reduzido grupo de revolucionários seguiu reivindicando as bandeiras do internacionalismo proletário, dentre eles, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo (1871-1919). Antes mesmo do seu fim, Lênin apontava em seus textos os motivos que levaram à falência a Segunda Internacional e a necessidade de se fundar a Terceira Internacional.

Em 1915, no artigo intitulado *O oportunismo e a falência da Segunda Internacional*, Lênin lembrou o compromisso dos partidos marxistas com o *Manifesto da Basileia*, documento que reafirmou o caráter imperialista das guerras e a necessidade de transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária. Entretanto, parte dessas organizações, ao aderirem à defesa nacionalista durante a I

Guerra Mundial, abandonou esses princípios. Lênin, ao recordar o *Manifesto da Basileia*, afirmou que a guerra não pode ser justificada com o mínimo pretexto de interesse nacional de qualquer tipo e destacou que, para parte dos trabalhadores, seria um crime uns atirarem contra os outros (LENIN, 1982, tomo 27, p. 104-105). Para Alicia Sagra (2005, p. 33):

Ao cometer a grande traição de votar os créditos de guerra, com cada seção defendendo seu respectivo imperialismo, pisoteou a independência de classe e o internacionalismo proletário, princípios centrais do marxismo. Isso provocou sua morte como Internacional revolucionária. Passou à manutenção do sistema burguês.

Certamente, os anos que antecedem a Revolução Russa de 1917 compõem a construção do pensamento de Lênin sobre *O Estado e a revolução*. O contexto histórico apresentado, em especial a Revolução de 1905 e a falência da Segunda Internacional, demonstraram os caminhos percorridos pelas organizações socialistas e que foram determinantes nas disputas políticas dos processos revolucionários de 1917.

### 1.3 Pão, Paz e Terra: Lênin em 1917

*Pão, Paz e Terra*

Lênin em As teses de abril, 1917

Fome, frio e miséria constituíram a realidade de grande parte da população russa na primeira metade do século XX. Por causa do envolvimento da Rússia na I Guerra Mundial, os primeiros meses de 1917 foram marcados pela escassez de alimentos e combustíveis na capital. Os trabalhadores organizaram greves nas fábricas e manifestações nas ruas contra a guerra, contra a autocracia e por melhores condições de vida (KRAUSZ, 2017, p. 539). No dia 23 de fevereiro (08 de março)<sup>20</sup>, Dia Internacional da Mulher, milhares de trabalhadoras e trabalhadores saíram às ruas de Petrogrado. A marcha, organizada inicialmente pelas mulheres, desencadeou uma greve geral, marcando o início da segunda Revolução Russa.

---

<sup>20</sup> A primeira data, 23 de fevereiro, corresponde ao calendário juliano e a segunda data, 08 de março, ao calendário gregoriano.

Lênin iniciou seu retorno logo após saber dos processos revolucionários. Exilado na Suíça, ele escreveu, para serem publicadas no *Pravda*, as famosas *Cartas de Longe*, com orientações políticas ao Partido Bolchevique e mensagens de apoio à luta do proletariado. Sobre a rápida ascensão dos processos revolucionários, Lênin destacou que uma série de condições históricas levariam a monarquia czarista à desmoronar em poucos dias. Como exemplos, citou as experiências obtidas com a Revolução de 1905 e o desgaste da população russa com a participação do País na I Guerra Mundial. Para Lênin, “era objetivamente inevitável que a guerra imperialista acelerasse e agudizasse extraordinariamente a luta de classe do proletariado contra a burguesia e se transformasse numa guerra civil entre as classes inimigas” (LÊNIN, 2005, p. 27).

A última carta escrita na Suíça, no dia 26 de março (8 de abril), não foi finalizada. Nela, Lênin apresentou *As tarefas da organização proletária revolucionária do Estado*. Esses foram os primeiros escritos de Vladímir Ilitch Uliánov sobre o Estado após a eclosão da Revolução Russa de 1917. Para fazer avançar os processos revolucionários, as tarefas apresentadas por Lênin foram: transferir imediatamente o poder de Estado dos latifundiários e dos capitalistas para os operários e camponeses mais pobres; organizar-se segundo o modelo dos sovietes de deputados operários e camponeses, isto é, demolir e eliminar completamente a velha máquina do Estado, incluindo o exército, a polícia, a burocracia, substituindo essa máquina por uma organização do povo armado (LÊNIN, 2005, p. 59).

Apenas tais governos, com tal composição de classe (ditadura democrática do proletariado e do campesinato) e pelos seus órgãos de governo (milícia proletária) estão em condições de resolver com êxito a principal tarefa do momento, uma tarefa extraordinariamente difícil e absolutamente inadiável: alcançar a paz; não uma paz imperialista sobre a partilha do butim pelos capitalistas e seus governos, mas sim uma paz realmente sólida e democrática, que não pode ser alcançada sem a revolução proletária em uma série de países (LÊNIN, 2005, p. 61).

Esses seriam alguns passos que o proletariado deveria dar para alcançar o processo de transição para o socialismo. Apesar de não ter finalizado o texto, Lênin apontou suas diferenças com os oposicionistas, dentre eles Aleksandr Keriénski (1854-1938), futuro ministro-presidente do governo provisório. Considerando a construção do livro *O Estado e a revolução*, podemos considerar que esta carta contém preceitos teóricos que estarão presentes ao longo desta obra.

Após anos de exílio e perseguição política, Lênin chegou em Petrogrado no dia 04 de abril (17 de abril). Ao desembarcar na estação Finlândia, discursou para milhares de soldados e operários que o aguardavam. Imediatamente, se integrou ao controle dos processos revolucionários e lançou as *Teses de Abril*, artigo no qual delineou as possibilidades e as tarefas da revolução proletária (KRAUSZ, 2017, p. 539-540). Dentre os debates apresentados nesse pequeno documento, foram apontadas as seguintes tarefas: denunciar o caráter imperialista da I Guerra Mundial; retirar o poder das mãos da burguesia, transferindo-o para o proletariado e para as camadas pobres do campesinato; nenhum apoio ao governo provisório; explicar às massas que os soviets de deputados operários são a única forma possível de construir um governo revolucionário (LÊNIN, 2005, p. 64-65). Desse modo, os pilares das *Teses de Abril* ficaram conhecidos como: *pão* – comida para todos; *paz* – saída da Rússia da guerra; e *terra* – promover a reforma agrária. Publicado no *Pravda* e lido em reuniões realizadas com o Partido Bolchevique, Lênin apresentou essas tarefas para o partido em uma clara disputa com as pressões reformistas e oportunistas. Naquele momento, Lênin propôs também a mudança do nome da sua organização, de Partido Social-Democrata da Rússia para Partido Comunista, destacando a importância da fundação da Terceira Internacional.

O governo provisório decide permanecer na guerra imperialista, desencadeando uma série de manifestações. Em maio, o governo cai devido à política de guerra. Keriénski assumiu, mas o fracasso do seu governo incitou milhares de trabalhadores a tomarem as ruas em protesto. Após as manifestações, o governo proibiu a atuação do Partido Bolchevique, seus líderes foram presos ou declarados clandestinos. Em 7 de julho (20 de julho), um mandado de prisão foi emitido contra Lênin, dando início ao período de sua reclusão que permitiu a elaboração da obra *O Estado e a revolução*.

#### **1.4 O Estado e a revolução**

*O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução* foi escrito por Lênin, às margens do Lago Razliv, em São Petersburgo, entre agosto e setembro de 1917. Redigido na clandestinidade, durante as perseguições políticas do governo provisório, sua primeira publicação ocorreu na Rússia em 1918. Esse pequeno livro, de fácil acesso e com uma exposição clara,

pode ser considerado um dos principais legados de Lênin sobre sua concepção marxista de Estado, abrangendo as tarefas do proletariado na revolução e os processos de transição histórica que compõem as sociedades socialistas e comunistas. Referenciando o estadunidense Louis Fischer, Tamás Krausz afirmou que *O Estado e a revolução* “talvez seja a obra de Lênin mais influente, mais lida e altamente valorizada” (KRAUSZ, 2017, p. 247).

Em julho de 1917, após o governo provisório emitir um mandado de prisão contra Lênin, o Partido Bolchevique resolveu escondê-lo na casa de um operário que residia no bairro Sestroretsk, no subúrbio de São Petersburgo. De acordo com os estudos realizados pelo IML (1984, p. 266), “os Emeliánov instalaram Lênin no sótão de um barracão transformado em palheiro. Fizeram-lhe a cama no feno e colocaram uma mesa e cadeiras para ele trabalhar”.

A proposta do Partido Bolchevique era escondê-lo fora da cidade, mas em um local onde poderia receber constantemente informações sobre os processos revolucionários que ocorriam na capital. A casa de Nikolai Alexándrovitch Emeliánov (1872-1959) localizava-se próximo à estação ferroviária de Razliv, sendo o celeiro, o lugar escolhido para mantê-lo em segurança.

Fotografia 6 - Museu “Celeiro” galpão cedido pelos Emeliánovs para abrigar Lênin



Fonte: RAZLIV MUSEUM, [s.d.], [s.p.]

Apesar do bom acolhimento, a estadia no celeiro dos Emeliánov durou pouco tempo. Agentes secretos do governo provisório e funcionários das autoridades locais procuravam Lênin por toda parte, obrigando-o a refugiar-se novamente. Dessa vez, o esconderijo foi em uma cabana de feno improvisada pelos Emeliánov às margens do Lago Razliv. Como consta na biografia escrita pelo IML:

Lênin e Zinóviev, que fora enviado com ele, foram transportados num barco através do lago, disfarçados de ceifeiros finlandeses, e instalaram-nos numa cabana feita de ramos e coberta de feno. A cabana estava encostada a uma meda de feno, na qual foi feito um buraco que nas noites frias servia de quarto. Ao lado da cabana, no meio de um espesso silvado, foi depois limpo um espaço para trabalhar. Lênin chamava-lhe por graça “o meu gabinete verde”. No meio do espaço foram colocados dois cepos: um servia de mesa e o outro de banco. Perto da cabana foi arranjada a cozinha – uma marmita pendurada numa travessa sobre o lume. Os géneros e os jornais eram trazidos de barco pela mulher e pelos filhos de Emeliánov. Lênin pedia muitos jornais, todos os que então se publicavam em Petrogrado. A fim de não levantar suspeitas com a compra de muitos jornais, distribuía-se entre os filhos de Emeliánov aqueles que cada um devia comprar. Eles também faziam serviço de vigia (IML, 1984, p. 266).

A cabana construída para abrigar Lênin é atualmente mantida com o mesmo aspecto que tinha em 1917. Tamás Krausz (2017, p. 89) afirma que “a localidade se tornou famosa pelo fato de que Lênin escreveu lá a maior parte de *O Estado e a revolução*”. Com o objetivo de eternizar os acontecimentos históricos de 1917, ao lado da cabana de feno, foi construído um monumento de granito com a seguinte inscrição gravada:

Neste lugar, onde em julho e agosto de 1917, numa cabana de ramos, se escondeu das perseguições da burguesia o guia da Revolução de Outubro e onde ele escreveu o seu livro *O Estado e a revolução*, colocamos em memória do fato uma cabana de granito. Os operários da cidade de Lênin. 1927 (IML, 1984, p. 266-267)

Em 1925, a União Soviética inaugurou o museu em Razliv para a conservação dos locais por onde Lênin passou. Conhecido atualmente como “Complexo do Museu Histórico e Cultural de Razliv”, na margem direita do lago, encontra-se a casa e o celeiro da família Emeliánov e na margem esquerda, a cabana de feno, o monumento de granito e uma estátua do rosto de Vladímir Ilitch Uliánov. Nesses espaços, é possível conhecer a trajetória política e pessoal de Lênin no

período em que ele esteve escondido com os Emeliánovs, além de participar de várias atividades políticas e culturais (RAZLIV MUSEUM, [s.d.]).

Fotografia 7 - Cabana de feno onde Lênin redigiu parte de O Estado e a revolução



Fonte: MUSEUMS\_IN\_RAZLIV, 2018a, [s.p.]

Fotografia 8 - Réplica da cabana disponível hoje no Museu Razliv



Fonte: RAZLIV MUSEUM, [s.d.], [s.p.]

Fotografia 9 - Monumento de granito



Fonte: RAZLIV MUSEUM, [s.d.], [s.p.]

Fotografia 10 - Estátua de Lênin em Museu Razliv



Fonte: MUSEUMS\_IN\_RAZLIV, 2018b, [s.p.]

Os escritores Louis Fischer (1967) e Tamás Krausz (2017) dedicaram capítulos inteiros das biografias de Vladímir Ilitch Uliánov à importância da concepção de Estado em seu arcabouço teórico, destacando a construção de *O Estado e a revolução*<sup>21</sup>. Para Louis Fischer, *O Estado e a revolução* é a obra mais influente de Lênin. Redigida no calor dos processos revolucionários russos, ela tornou-se manual comunista da revolução ao tratar de dois problemas fundamentais: fazer a revolução e que tipo de Estado estabelecer depois da revolução. Para o jornalista, os comunistas compreenderam a primeira tarefa, mas mostraram o ponto fraco nas ideias sobre a natureza e a função do governo, tomando como experiência histórica o Estado soviético (FISCHER, 1967, p. 161). Já para Tamás Krausz, *O Estado e a revolução*:

É uma obra apaixonada, plenamente imersa no espírito da luta, soa tanto como chamado ao estabelecimento da revolução proletária quanto como resumo clássico das metas fundamentais da revolução. Além disso, delineia um conceito de revolução do Estado que reconstrói os escritos mais importantes de Marx e Engels, abordando a questão de maneira a mobilizar a tradição como finalidade de realizar o Estado comunal. Não por acaso, foi utilizada como “manual” pelos movimentos revolucionários (KRAUSZ, 2017, p. 249).

Apesar dos elogios, os biógrafos de Lênin apresentam seus limites teóricos e históricos. Jean-Jacques Marie (2008, p. 167), por exemplo, afirma que, ao escrever *O Estado e a revolução*, Lênin não imaginava que a guerra civil, que iria devastar a Rússia nos próximos anos, iria desintegrar a classe operária, destruir a economia, multiplicar a escassez e consolidar o aparato burocrático. Fischer (1967, p. 163) elucida que essa obra fornece várias provas de que o objetivo de Lênin era, primeiramente, diferenciar sua política da política dos social-democratas e dos anarquistas. Para Fisher (1967), essa mira nos adversários limitava a clareza teórica de Lênin.

Certamente Lênin possuía alguns objetivos ao redigir *O Estado e a revolução*. Um deles era defender a completa destruição da velha máquina do Estado, transferindo imediatamente o poder dos capitalistas e latifundiários para as mãos dos operários e camponeses pobres. Ao apresentar esse ponto de vista, Lênin entrou em choque com grandes adversários políticos de sua época. É importante destacar que

---

<sup>21</sup> *Os comunistas e o Estado*, Capítulo 6 (FISHER, 1967); *O Estado e a revolução*, Capítulo 5 (KRAUSZ, 2017).

esses diferentes posicionamentos políticos antecedem a escrita de *O Estado e a revolução*. Desde 1916, Lênin elaborou, inclusive dentro do próprio Partido Bolchevique, polêmicas sobre a natureza do Estado, trabalho que culminou nos escritos conhecidos como *O marxismo sobre o Estado*<sup>22</sup> ou *O Caderno azul*. Nesses textos, Lênin organizou inúmeras citações de Marx, Engels, Kautsky, Anton Pannekoek (1873-1960) e Eduard Bernstein (1850-1932), e fez observações e críticas que se tornariam a base de *O Estado e a revolução* (LÊNIN, 2017, p.8)<sup>23</sup>.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a principal tradução utilizada foi organizada pela editora Boitempo, que lançou a primeira edição em 2017. Em comemoração aos 100 anos da Revolução Russa, a Editora Boitempo lançou uma série intitulada *Arsenal Lênin*, sendo *O Estado e a revolução* o primeiro livro da coleção. Essa edição é uma adaptação, para o português brasileiro, da tradução feita diretamente do russo pela Edições Avante!<sup>24</sup> de Portugal<sup>25</sup>. No final do livro, encontra-se um esboço preparatório de Lênin que incluem os planos para um último capítulo, que não chegou a ser concluído (BUONICORE, 2017). Nesse capítulo, Lênin analisaria a experiência das revoluções russas de 1905 e 1917, no entanto, a redação foi suspensa justamente pelo seu envolvimento nos processos revolucionários russos. Como escreveria no posfácio da primeira edição: “é mais agradável, e mais útil viver a experiência da revolução que escrever sobre ela” (LÊNIN, 2017, p. 149).

É possível encontrar a obra *O Estado e a revolução* nas versões em inglês, francês, italiano, espanhol, alemão, dentre outros idiomas. Como explica o professor Marcos Del Roio (2017, p. 13), “até os anos 80 do século XX, Lênin foi o autor mais traduzido no mundo, graças à iniciativa de divulgação da União Soviética, por meio das Edições Progresso, e também por ser a mais importante referência do movimento comunista”. A Edições Progresso em parceria com a Edições Avante! são responsáveis por grande parte das obras marxistas traduzidas para o português brasileiro. Além dessas, dentre as editoras que lançaram *O Estado e a revolução* no

---

<sup>22</sup> Ao longo desta tese, o leitor identificará duas traduções do título desse livro. A editora Boitempo utiliza *O marxismo sobre o Estado* enquanto a Edições Progresso utiliza *O marxismo e o Estado*.

<sup>23</sup> Nota da Edição brasileira de *O Estado e a revolução* (LÊNIN, 2017).

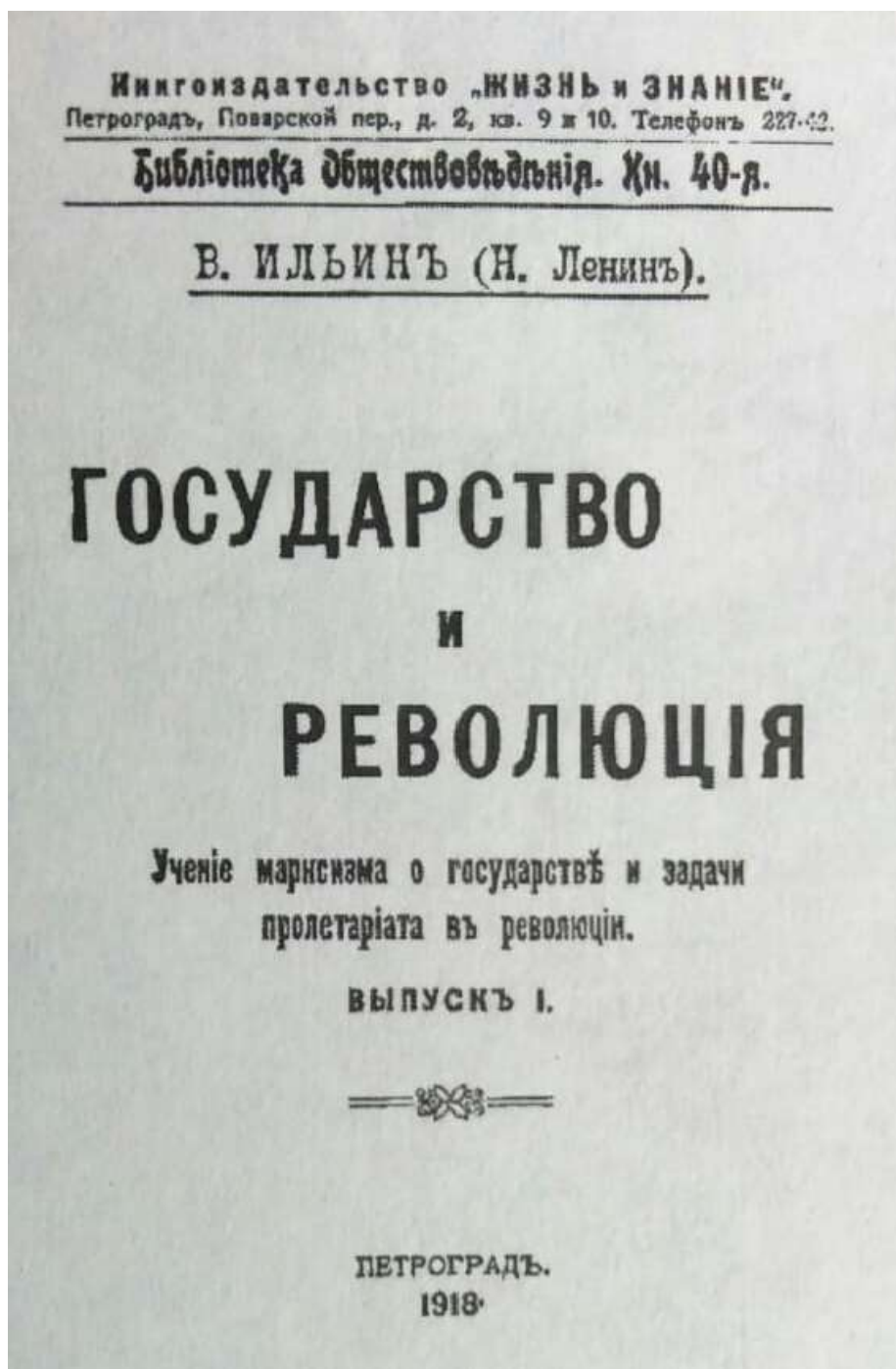
<sup>24</sup> A Edições Avante! é uma editora portuguesa que pertence ao Partido Comunista Português (PCP). Fundado em 06 de março de 1921, o PCP é uma organização que se reivindica *marxista-leninista* e que, de acordo com seu Estatuto, busca a construção do socialismo e do comunismo (PCP, 2013, p. 9).

<sup>25</sup> A quarta publicação de *O Estado e a revolução*, organizado pela Edições Avante! em 2011, serviu como base para a tradução realizada pela Editora Boitempo.

Brasil estão: Hucitec, Global, Diálogo, Vitória (vinculada ao Partido Comunista Brasileiro), Centauro, Expressão Popular e Boitempo.

Destacamos que, para o desenvolvimento desta pesquisa, foram consultadas as *Obras Completas* de Lênin, organizadas em 55 tomos. Publicada pela editora russa Progresso, ao longo da década de 1980, as obras completas reúnem mais de 3.000 documentos e foram organizadas pelo IML, vinculado ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética.

Fotografia 11 - Folha de rosto da primeira edição de O Estado e a revolução



Fonte: KRAUSZ, 2017, p. 215.

## 2. O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA PRODUÇÃO DA OBRA *O ESTADO E A REVOLUÇÃO*

*Tal interpretação (eu acho que já vi isso, mas não me recordo onde) é falsa. Na realidade, o que Marx quer dizer é o contrário: a revolução do proletariado não pode simplesmente tomar posse da máquina do Estado, a revolução deve destruir essa máquina e substituí-la por uma nova.*

Lênin em *O marxismo e o Estado*, 1916.

Como elucidado no capítulo anterior, Lênin redigiu *O Estado e a revolução* às vésperas da revolução de outubro. Apesar de ser escrito em apenas dois meses, agosto e setembro de 1917, o desenvolvimento de sua teoria sobre o Estado remonta a estudos antigos que culminaram, em 1916, na elaboração do famoso *Caderno Azul*. Redigido durante seu exílio na Suíça, os textos organizados nesse material, publicado posteriormente com o título *O marxismo sobre o Estado*, constituem uma coletânea de elaborações teóricas sobre o Estado, expressas, principalmente, nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels.

Pensando a construção histórica dessa coletânea, ao nos debruçarmos analiticamente sobre esse material, identificamos um conjunto de anotações, com citações e comentários que, certamente, configuram a espinha dorsal da apreensão teórica de Lênin sobre o Estado. No prefácio às *Obras Completas* de Lênin, por exemplo, o IML, vinculado ao Partido Comunista da União Soviética, afirma que as anotações presentes no *Caderno Azul* reúnem formulações conceituais que foram fundamentais para a elaboração teórica de Lênin sobre o Estado, estudo que alcançou seu ápice na construção da obra *O Estado e a revolução* (IML, 1986, p. 23). O italiano Francesco Ricci<sup>26</sup> corrobora com essa visão ao afirmar que os estudos organizados no *Caderno Azul* foram importantes porque compuseram os princípios teóricos e metodológicos que nortearam a elaboração e a construção da obra *O Estado e a revolução* (RICCI, [2017b], s.p.).

Na base de grande parte dos principais textos de Lênin de 1917 está o *Caderno Azul* (intitulado *O Marxismo e o Estado*), um resumo cheio de citações de Marx e Engels sobre o Estado. Esse caderno, que Lênin começa

---

<sup>26</sup> Dirigente da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI).

a compilar ainda na Suíça, é a base de sua obra mais importante: *O Estado e a revolução* (RICCI, [2017a], s.p.).

O professor Tamás Krausz (2017) afirma que, ao contrário do que muitos imaginam, o livro *O Estado e a revolução* não surgiu abruptamente “na cabeça” de Lênin, mas constitui-se como parte orgânica e consequência de sua obra teórica prévia. Para Krausz, o campo conceitual no qual despontou a elaboração da obra *O Estado e a revolução*, inclui a luta política e intelectual russa dos anos 1890 até 1917, abrangendo os processos revolucionários russos de 1905, além da I Guerra Mundial, iniciada em 1914. Por isso que, além de Marx e Engels, Lênin estudou profundamente as concepções de Estado presentes nos pensamentos de Bernstein, Plekhánov, Kautsky e Pannekoek.

Como nos explica também o professor Marcos Del Roio (2017)<sup>27</sup>, Lênin começa a organização do *Caderno Azul* em Zurique, mas interrompe suas anotações devido às eclosões dos processos revolucionários russos, em fevereiro de 1917. Para Del Roio (2017), o ressurgimento dos conselhos operários, logo no início da revolução, possibilitou que Lênin “aprofundasse seu entendimento sobre a questão do Estado, pois a própria experiência das massas indicava na teoria e na prática o caminho a ser seguido pela revolução socialista quanto à crucial questão do Estado” (DEL ROIO, 2017, p. 16).

Essa contextualização histórica localiza o movimento no qual ocorreu a formulação teórica e metodológica de Lênin sobre o Estado. Acompanhando detalhadamente essa construção histórica, nos esclarece o professor Antonio Carlos Mazzeo (2011, p. 110)<sup>28</sup> que “não serão os embates imediatos à sua reentrada na Rússia que determinarão a elaboração em primeiro das *Teses de Abril* e depois de *O Estado e a revolução*, mas sim o próprio processo histórico aberto pela crise do capitalismo e pela insurreição de 1905”.

Certamente, a I Guerra Mundial, iniciada em 1914, agravou as contradições do capitalismo, acelerando o amadurecimento dos processos revolucionários em vários países do mundo. Na Rússia, esses conflitos manifestaram-se principalmente

---

<sup>27</sup> Professor titular do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (FFC-Unesp).

<sup>28</sup> Professor Livre-Docente junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH – USP), Programa de História Econômica e junto ao Departamento de Fundamentos do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

no acirramento da luta do proletariado contra o regime czarista, que mantinha a população sob extrema pobreza. Localizando o desenvolvimento desse pensamento, no prefácio à primeira edição de *O Estado e a revolução*, por exemplo, Lênin explanou que:

A questão do Estado adquire atualmente uma importância particular tanto no aspecto teórico como no aspecto político prático. A guerra imperialista acelerou e atenuou de modo extremo o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado [...] os horrores e as calamidades da guerra que se prolonga tornam insuportável a situação das massas, aumentam sua indignação. A revolução proletária internacional amadurece visivelmente. A questão de seu relacionamento com o Estado adquire uma importância prática (LÊNIN, 2017, p. 23).

Além da realidade objetiva do proletariado russo, que era de fome, pobreza e desgaste com a guerra mundial imperialista, os anos que antecederam a Revolução de 1917 foram marcados por confrontos políticos e ideológicos que surgiram com importantes teóricos socialistas, vinculados principalmente à Segunda Internacional. Apesar das diferenças serem resultado de embates políticos estabelecidos anteriormente, destacamos que essas divergências se tornaram evidentes e inevitáveis principalmente durante a primeira etapa da Revolução Russa, em fevereiro de 1917, momento em que importantes decisões políticas precisaram ser adotadas. Como nos apresenta Del Roio (2017, p. 16):

Com a queda da autocracia tzarista, teve início um processo contraditório de democratização, que, de uma parte, idealmente indicava a rota de uma democratização liberal-burguesa e a instauração de um Estado liberal burguês que consolidaria o capitalismo. Esses eram, de fato, a perspectiva teórica e o objetivo político daquela parte do marxismo e da social-democracia russa conhecida como menchevique, além de seus aliados do socialismo revolucionário, que não tinham relação com o marxismo.

Nessa etapa dos processos revolucionários, o posicionamento das organizações políticas sobre as particularidades nacionais era fundamental como a permanência da Rússia na guerra; a realização da reforma agrária; a formação dos conselhos operários; e a abolição da propriedade privada. Para Antônio Carlos Mazzeo (2011, p. 106), “a essência dos debates travados no interior da Segunda Internacional era a *contraposição entre reforma e revolução*”. Para onde transitar, após a tomada do poder através do Estado, era a questão dos grandes debates da época e, se no interior do próprio Partido Bolchevique, as diferenças entre os

posicionamentos se revelavam, em outras organizações socialistas tornavam-se ainda mais aparentes.

Para a construção deste segundo capítulo, nos atentaremos a três debates fundamentais que compõem *O Estado e a revolução* e que colaboram para a compreensão histórica da obra no contexto da Revolução Russa de 1917. Inicialmente, retornaremos às obras de Marx e Engels, como *A guerra civil na França* (MARX, 2011) e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (ENGELS, 2012), por compreendermos que esses textos foram fundamentais para a construção da obra de Lênin. Destacamos que Lênin não teve acesso, pelas condições objetivas de sua época, a todas as obras de Marx. *A Ideologia Alemã*, por exemplo, foi publicada somente em 1932 e os manuscritos econômicos de 1857-1858, conhecidos como *Grundrisse*, vieram à luz em 1939.

Apesar das dificuldades de seu tempo histórico, é importante ressaltar que Lênin estudou profundamente os livros a que teve acesso como *O Capital*, *O manifesto do Partido Comunista*, *Miséria da filosofia* e *a Crítica do Programa de Gotha*. Como elucida György Lukács (2012, v.1, p. 301), em *Para uma ontologia do ser social*, “a obra de Lênin é, após a morte de Engels, a única tentativa de amplo alcance no sentido de restaurar o marxismo em sua totalidade, de aplicá-lo as problemas do presente e, portanto, de desenvolvê-lo”. Lukács afirma também que é com Lênin que se inicia um verdadeiro renascimento de Marx, no sentido que seus estudos apresentam os problemas centrais do pensamento marxiano, destacando que:

Se o marxismo quiser hoje voltar a ser uma força viva do desenvolvimento filosófico, deve em todas as questões retornar ao próprio Marx, sendo que tais esforços podem muito bem ser apoiados de maneira eficaz por muitos elementos das obras de Engels e de Lênin (LUKÁCS, 2012, v. 1, p. 302).

O segundo debate refere-se aos confrontos políticos e ideológicos estabelecidos com as correntes políticas que defendiam concepções divergentes de Lênin sobre **como e para onde** o proletariado deveria transitar após a tomada do poder através do Estado. Apesar de ter dedicado uma parte da obra às polêmicas com os anarquistas, foi com teóricos socialistas, localizados principalmente no interior da Segunda Internacional, que essas diferenças se manifestaram abertamente. Dentre os seus interlocutores, destaca-se o filósofo Karl Kautsky.

Por fim, o terceiro e último debate refere-se às experiências históricas que objetivaram transformar radicalmente as estruturas da sociedade. Destacaremos a

Comuna de Paris, realizada em 1871, a primeira experiência do proletariado num autogoverno dos trabalhadores. Para Mazzeo (2011), Lênin revisitará a Comuna de Paris em *O Estado e a revolução* por considerar que suas lições foram fundamentais para a organização do poder proletário. Essas afirmativas são expressas pelo próprio Lênin ao elucidar que “a Comuna é a primeira tentativa da revolução proletária de quebrar a máquina de Estado burguesa e a forma política enfim descoberta pela qual se pode e se deve substituir o que foi quebrado” (LÊNIN, 2017, p. 79). Para a professora Maria Angélica Borges<sup>29</sup>:

As experiências das lutas e revoluções – a práxis – desenvolvem e tornam robustas a visão sobre o Estado como um órgão do capital para a opressão e o controle sobre o mundo do trabalho. Será, por exemplo, com as revoluções de 1848 e com a culminação da Guerra Franco-Prussiana na Comuna de Paris que os vários temas e tarefas do cotidiano da luta de classes ganharão substância. A visão negativa da política, para além do acanhado anarquismo, coloca a destruição do Estado acima dos demais argumentos – uma eliminação necessária, mas que não ocorre da noite para o dia e deve ocorrer por meio do próprio Estado. Lênin rejeita as visões oportunistas que defendem a conciliação das classes e, portanto, a perpetuação dos órgãos de dominação (BORGES, 2017, p. 194).

Certamente, esses três debates configuram a espinha dorsal da apreensão teórica de Lênin sobre o Estado, isto é, a importância da realização de uma leitura e análise imanente dos textos de Marx e Engels para elucidar suas teorias sobre o Estado; a explanação das diferenças de perspectivas para a classe operária sobre a tomada do poder através do Estado entre as correntes socialistas; e as lições das experiências revolucionárias que objetivaram transformar radicalmente as estruturas da sociedade. Analisaremos como Lênin apresentou essas três discussões em *O Estado e a revolução*. Inicialmente, com o objetivo de contextualizarmos a construção histórica e política da obra, apresentaremos brevemente o importante material preparatório sobre o Estado conhecido popularmente como *Caderno azul*.

## 2.1 Caderno azul: O marxismo sobre o Estado

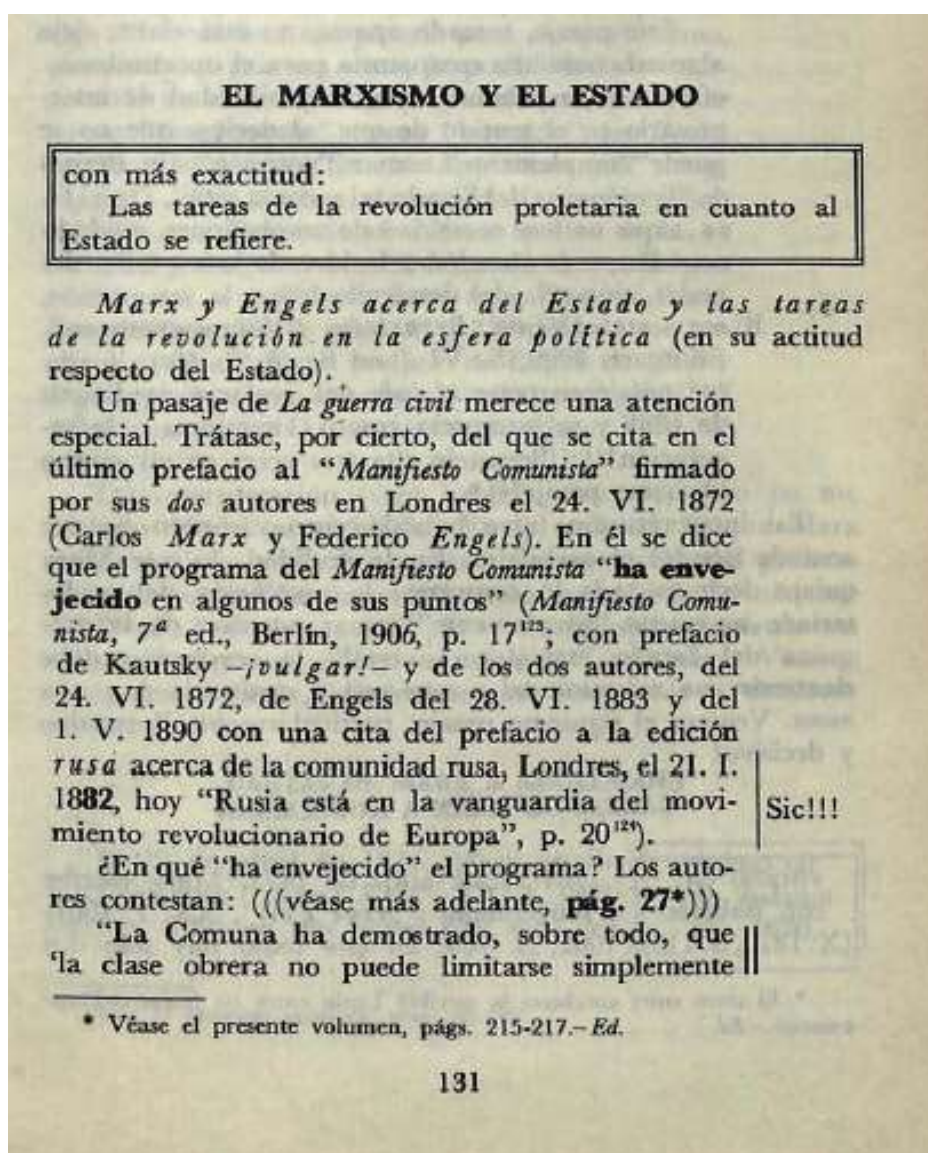
A Edições Progresso, Moscou, centralizou no tomo 33 das *Obras Completas* de Lênin (LÊNIN, 1986, tomo 33), a exposição do texto *O Estado e a*

---

<sup>29</sup> Professora Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

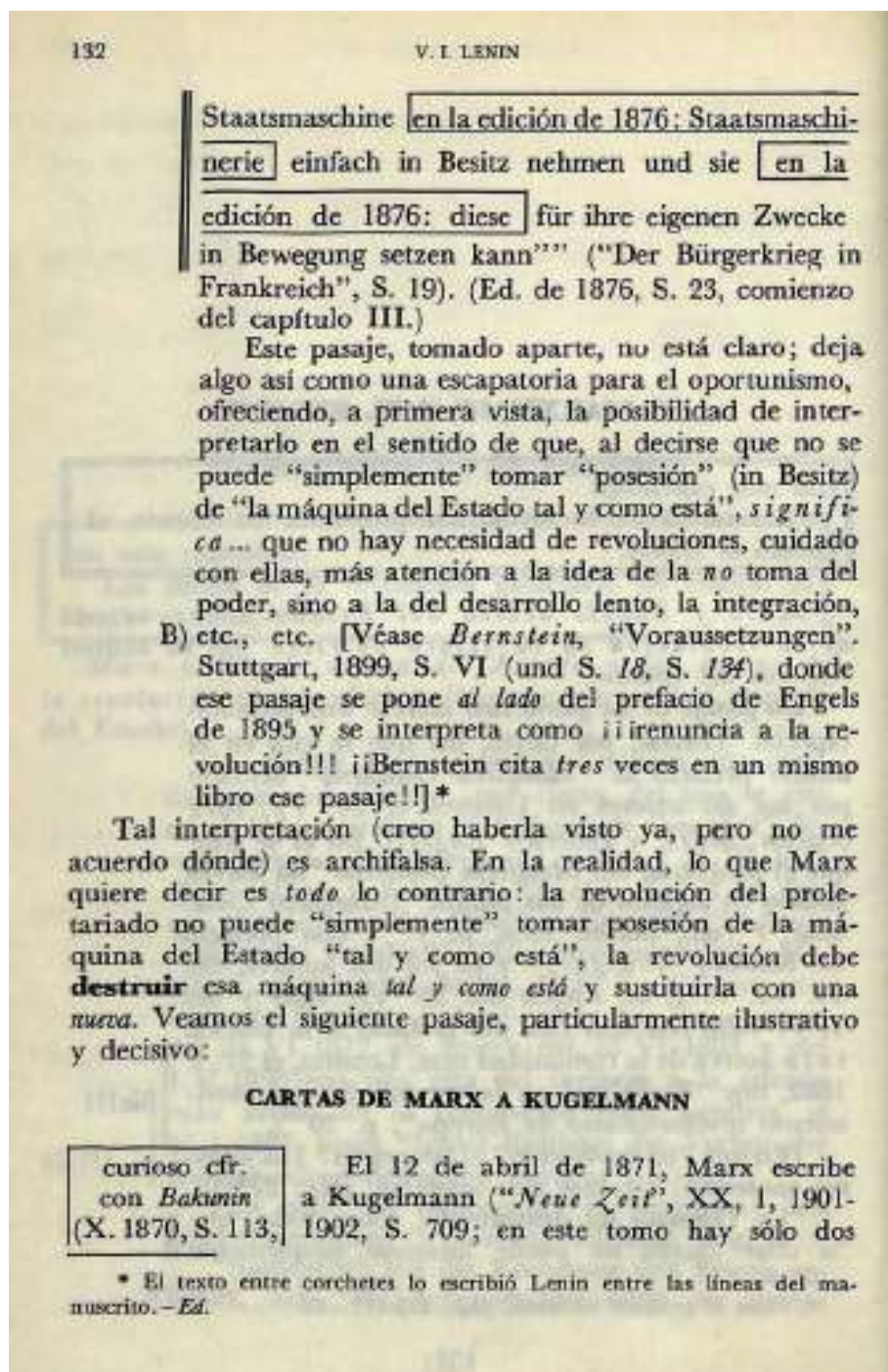
*revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução.* Além de apresentar a obra integralmente, esse tomo reúne diversos materiais preparatórios como os *Planos, guias e notas para o livro O Estado e a revolução*, além do texto *O marxismo e o Estado*, conhecido popularmente como *Caderno azul*. Organizado em 187 páginas e publicado pela primeira vez em 1930, esse material contém recortes de livros, artigos e jornais de diversos autores como Marx, Engels, Kautsky e Bernstein. Ao lado das citações, identificamos os comentários de Lênin sobre as concepções de Estado apresentados por esses autores.

Figura 1 – Fac-símile de parte da obra *O marxismo sobre o Estado*



Fonte: LENIN, 1986, tomo 33, p. 131

Figura 2 - Fac-símile de parte da obra O marxismo sobre o Estado



Fonte: LENIN, 1986, tomo 33, p. 132

Essa forma de organização pode ser identificada em outras obras de Lênin. Antes de redigir *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, por exemplo, Lênin organizou em diversos cadernos<sup>30</sup> um material preparatório que serviria como base

<sup>30</sup> Aproximadamente 20 cadernos (LENIN, 1986, tomo 28).

para essa importante obra. Os *Cadernos sobre o imperialismo* foram escritos no primeiro semestre de 1916, reunindo diversos escritos de Marx e Engels sobre o surgimento, desenvolvimento e decadência do capitalismo. Localizados no tomo 28 das *Obras Completas*, esses textos possibilitam compreender como o principal dirigente da Revolução Russa de 1917 organizava sua produção teórica e seu procedimento investigativo. Demonstrando esse rigor, no prefácio do tomo 28, identificamos a seguinte passagem:

O livro de Lenin *O imperialismo, fase superior do capitalismo* é fruto de um esforço imenso e trabalhoso, e os *Cadernos sobre o imperialismo* são uma prova confiável disso. Em seu estudo do capitalismo na nova fase histórica, Lenin investiga e generaliza uma quantidade enorme de materiais sobre os temas mais díspares da economia e da política do imperialismo, reelabora com visão crítica dados de livros, teses de doutorados, brochuras, jornais, revistas e publicações estatísticas que aparecem em diferentes países e em diferentes idiomas. Os *Cadernos sobre o imperialismo* contêm trechos de 148 livros (106 em alemão, 23 em francês, 17 em inglês e 2 traduzidos para o russo) e 232 artigos (206 em alemão, 13 em francês e 13 em inglês) de 49 jornais (34 em alemão, 7 em francês e 8 em inglês) (IML, 1986, tomo 28, p. VII-VIII, tradução nossa)<sup>31</sup>.

Podemos observar que a disciplina com os estudos se reflete diretamente na formação teórica e política de Lênin. Como afirma György Lukács, a vida de Lênin tornou-se um processo de contínuo aprendizado.

O aprendizado permanente, a constante abertura para o novo e para a realidade é um traço essencial da prioridade absoluta da práxis no modo de viver de Lênin. Esse elemento, mas em especial seu modo de aprender, criou um abismo insuperável entre ele e todos os empiristas e realistas políticos. Pois não é apenas por razões polêmico-pedagógicas que Lênin insiste na categoria de totalidade como fundamento e medida. As exigências que ele fazia a si mesmo eram muito mais rígidas do que aquelas que faziam a seus mais valiosos colaboradores. Universalidade, totalidade e singularidade concreta são determinações decisivas da realidade em que se deve e tem de agir; o grau em que elas são conhecidas fundamenta, portanto, a verdadeira eficácia de toda práxis (LUKÁCS, 2012, p. 111).

---

<sup>31</sup> El libro de Lenin *El imperialismo, fase superior del capitalismo* es el fruto de un esfuerzo inmenso y laborioso, y los *Cuadernos sobre el imperialismo* son una prueba fehaciente de ello. En su estudio del capitalismo en la nueva fase histórica, Lenin investiga y generaliza una cantidad ingente de materiales sobre los temas más dispares de la economía y la política del imperialismo, reelabora con visión crítica datos tornados de libros, tesis doctorales, folletos, periódicos, revistas y publicaciones estadísticas aparecidos en diversos países y en lenguas diversas. Los Cuadernos sobre el imperialismo contienen extractos de 148 libros (106 en alemán, 23 en francés, 17 en inglés y 2 traducidos al ruso) y de 232 artículos (206 en alemán, 13 en francés y 13 en inglés) de 49 publicaciones periódicas (34 en alemán, 7 en francés y 8 en inglés).

Ao realizarmos a construção histórica e política da obra *O Estado e a revolução*, notamos que Lênin inicia a escrita do *Caderno azul* logo após a publicação de *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Como apresentado anteriormente, será no final de 1916, em Zurique, que Lênin iniciou a organização desse material preparatório. Nota-se que os anos que antecedem a Revolução Russa de 1917 foram marcados por tempestuosos episódios políticos. A guerra imperialista acentuou o processo de transformação do capitalismo e o posicionamento das correntes socialistas sobre esses acontecimentos apenas intensificou a necessidade e a urgência de resgatar as concepções de Marx e Engels sobre o Estado.

Ao analisarmos a totalidade desse período histórico, observamos que essas duas obras, ou seja, *O imperialismo, fase superior do capitalismo* e *O Estado e a revolução*, constituem uma aproximação das apreensões teóricas de Lênin sobre as futuras tarefas do proletariado. Analisando as duas obras e seu contexto histórico, podemos afirmar que a preocupação com o Estado se desdobra do problema do imperialismo. Não sem razão, Lênin (2017, p. 23) ressaltou que a guerra imperialista acelerou e acentuou o processo de transformação do capitalismo, colocando o debate do Estado como central tanto no aspecto teórico, quanto no aspecto político prático.

Ao redigir a biografia de Lênin, o jornalista Louis Fischer retratou a existência do *Caderno azul* e o receio de Lênin de não conseguir publicar seu livro sobre o Estado por causa das perseguições políticas empreendidas pelo governo provisório:

Nas semanas tempestuosas que se seguiram à sua chegada em Petrogrado, Lênin pôs o manuscrito de lado. Depois das “Jornadas de Julho”, quando diversos líderes bolcheviques foram presos, ele passou à clandestinidade, primeiro em Petrogrado, depois na Finlândia. De seu esconderijo, escreveu a Leo Kamenev em 19 de julho de 1917 (novo calendário): “Entre nós: se acabarem comigo – ele pensava que podiam encontrá-lo e matá-lo – peço-lhe que publique meu caderno *O marxismo e o Estado* (deixei-o em Estocolmo) – no caminho da Alemanha para a Rússia. Capa azul, bem amarrado. Nele estão reunidas todas as citações de Marx e Engels, etc. Há muitos comentários e observações, formulações. Penso que o trabalho poderia ser publicado em uma semana. Acho isso importante não apenas por causa de Plekhanov, mas também Kautsky criou confusão. Condição: trata-se de algo absolutamente entre nós” (FISCHER, 1967, p. 159).

Fischer posteriormente complementou que Lênin, ao não ser morto, recuperou o caderno em Estocolmo, completou rapidamente o livro e mudou o seu título. Ao invés de *O marxismo sobre o Estado*, a obra receberia o título *O Estado e*

*revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução.* Sobre a ligação entre essas obras, Tamás Krausz (2017) também comenta sobre o *Caderno azul* em uma breve passagem da biografia de Lênin, afirmando que esse material continha as anotações que Lênin havia preparado em Zurique e que serviriam como base para a redação de *O Estado e a revolução*.

Dentre os textos de Karl Marx e Friedrich Engels, localizados no *Caderno azul*, destacamos: *A guerra civil na França*, *O Manifesto do Partido Comunista*, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, *Crítica ao programa da Gotha*, *A miséria da filosofia*, *Sobre o indiferentismo político*, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e *Sobre a autoridade*. Há também cartas escritas por Marx e Engels para Louis Kugelmann (1828-1902) e August Bebel (1840-1913), além de passagens de livros e artigos de Karl Kautsky (1854-1938), Anton Pannekoek (1873-1960) e Eduard Bernstein (1850-1932).

Cotejando o *Caderno azul* com *O Estado e a revolução*, observamos que a organização desses dois materiais estão em perfeita consonância. Como exemplo, apresentaremos a organização e a construção do Capítulo 1 – A sociedade de classes e o Estado de *O Estado e a revolução*. Os principais textos utilizados para a construção deste capítulo pertencem à Friedrich Engels: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*.

No *Caderno azul*, há várias citações em alemão. Lênin recorreu aos originais porque, segundo ele, “as traduções russas, apesar de muito numerosas, são, na maior parte, incompletas ou extremamente insatisfatórias” (LÊNIN, 2017, p. 28). A primeira citação que encontramos em destaque nas duas obras é a definição de Engels sobre as origens do Estado. Na ocasião, Lênin destaca que essa estrutura especial de poder é, antes de tudo, um produto da própria sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento no qual os interesses de classes são inconciliáveis (LÊNIN, 2017, p. 29). Após citar essa passagem de Engels, Lênin afirma que:

Encontra-se aqui expressa com toda clareza a principal ideia do marxismo sobre a questão do papel histórico do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem objetivamente ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (LÊNIN, 2017, p. 29).

Em seguida, as análises referem-se às deturpações do marxismo realizadas pela burguesia e por teóricos socialistas como Kautsky. De acordo com Lênin, os ideólogos burgueses, obrigados a reconhecerem que o Estado existe apenas enquanto existirem as contradições de classes, corrigem Marx de tal maneira que o Estado aparece como órgão de conciliação de classes. Nesses casos, a ordem é justamente a conciliação de classes, e não a opressão de uma classe sobre a outra (LÊNIN, 2017, p. 29). Já a deturpação *Kautskiana* do marxismo é muito mais sutil. Para Lênin (2017, p. 31), ela ocorre quando Kautsky omite que “a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta, mas também sem o extermínio daquele aparelho de poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada essa alienação”.

Notamos que Lênin recorreu a Engels para definir as características de um Estado burguês. Além da divisão territorial, ocorreu a instituição de uma força pública que surge para ser contramão a qualquer organização armada espontânea da população. Essa força armada surge com o apoio de outras estruturas coercitivas, como as prisões, por exemplo.

Forma-se o Estado, cria-se uma força especial, destacamentos especiais de pessoas armadas, e cada revolução, ao destruir o aparelho de Estado, mostra-nos a luta de classes nua, mostra-nos em primeira mão como a classe dominante se esforça por reconstruir os destacamentos especiais de pessoas armadas que a servem como a classe oprimida se esforça por criar uma nova organização desse gênero, capaz de servir não aos exploradores, mas aos explorados (LÊNIN, 2017, p. 33).

Além da existência de prisões, polícia e um exército permanente, outros instrumentos são necessários para a manutenção de um poder público especial. Eles são os impostos e as dívidas públicas. Nesse momento, nos chama a atenção que as citações de Engels, organizadas por Lênin, estão presentes no *Caderno azul* e na mesma ordem em *O Estado e a revolução*. Essa mesma lógica de organização continua na segunda obra de Engels analisada por Lênin: *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. Uma longa citação é apresentada com o objetivo de ressaltar a concepção de definhamento e morte do Estado.

A doutrina de Marx e de Engels sobre a inevitabilidade da revolução violenta refere-se ao Estado burguês. Este não pode ser substituído pelo Estado proletário (pela ditadura do proletariado) pela via do definhamento, mas

apenas, como regra geral, por meio da revolução violenta [...] a substituição do Estado burguês pelo proletário é impossível sem a revolução violenta. A extinção do Estado proletário, ou seja, a extinção de todo o Estado é impossível de outro modo senão por meio de seu definhamento (LÊNIN, 2017, p. 44).

Para Lênin, Marx e Engels ofereceram o desenvolvimento detalhado e concreto desses aspectos ao estudarem cada situação revolucionária específica. Como exemplo, abordou as experiências das revoluções de 1848-1851 e a Comuna de Paris de 1871. Assim como expôs em *O Estado e a revolução*, no *Caderno azul* Lênin realizou uma análise detalhada das obras de Marx e Engels: *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* e *A guerra civil na França* para aprofundar essa apreensão.

Faremos o cotejamento do *Caderno azul* com o primeiro capítulo de *O Estado e a revolução* para exemplificarmos como se deu a construção do texto. Entretanto, identificamos essa forma de organização do pensamento ao longo de toda a obra de Lênin. Esses estudos demonstraram que a preocupação de Lênin em reunir as principais elaborações teóricas sobre o Estado, em especial, aquelas concebidas por Marx e Engels. Essa preocupação justifica-se porque havia entre as correntes socialistas diferentes concepções sobre as tarefas do proletariado frente a guerra imperialista e o Estado capitalista. Sobre o posicionamento de Lênin com relação à Primeira Guerra Mundial, Tamás Krausz (2017, p. 212) afirmou que:

O próprio Lênin proporcionou a chave para o entendimento de sua atitude diante da Primeira Guerra Mundial. Ele percebia os eventos como um sistema coerente, que não poderia ser desmembrado sem prejuízo aos padrões científicos. O ponto de partida político de Lênin foi, como sempre, um exame da oportunidade para a revolução. Para ele, a guerra era a corporificação universal e simultânea de “infinitos horrores” e do colapso do sistema. Lênin considerava aquela rara conjuntura na história mundial favorável à revolução, pois estava convencido de que a guerra na Europa – especificamente na Rússia – poderia incitar de modo direto o advento da revolução e varrer a autocracia czarista.

Além da guerra imperialista, outro fato histórico importante foi a dissolução da Segunda Internacional. O acirramento entre as concepções das correntes socialistas se aprofundou, principalmente, em relação ao Estado. Os confrontos políticos entre vertentes distintas aumentaram a disputa pela direção do movimento operário. De acordo com Del Roio (2017, p. 16), “os mencheviques se identificam com as concepções de Karl Kautsky, o mais prestigioso teórico marxista do início do século XX, visto como continuador de Engels”. Por esse motivo, Lênin recorreu aos estudos

de Marx e Engels para justificar as deturpações realizadas por essas correntes socialistas. Sendo assim, o retorno aos originais tornou-se não somente urgente, como necessário.

## 2.2 Marx e Engels: um retorno necessário

*O grande mérito de Marx e Engels, de importância histórica universal, é que eles demonstraram, através de uma análise científica, o inevitável colapso do capitalismo e sua passagem para o comunismo, em que não haverá mais exploração do homem pelo homem.*

Lênin em Discurso pronunciado na inauguração do monumento a Marx e Engels, 7 de novembro de 1918<sup>32</sup>.

Em 1918, Vladímir Ilitch Uliánov acompanhou pessoalmente a inauguração do memorial construído em homenagem à Karl Marx e Friedrich Engels. Localizados na Praça Vermelha, em Moscou, os monumentos representavam para Lênin a luta dos operários e camponeses contra a exploração capitalista. Em seu discurso, Lênin afirmou que o grande mérito de Marx e Engels foi demonstrarem para o proletariado de todos os países seu papel, tarefa e missão na luta revolucionária (LENIN, 1986, p. 173, a). Sabe-se que na juventude, Lênin dedicou-se aos estudos das obras de Karl Marx e Friedrich Engels, sendo que aos 18 anos percorreu meticulosamente o Livro I de *O Capital* (KRAUSZ, 2017, p. 46). Para o historiador húngaro Tamás Krausz, apesar da perspectiva política, intelectual e moral de Lênin ter sido moldada por numerosos movimentos e tradições, como o narodismo, por exemplo, o referencial teórico presentes no pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels constituem certamente suas principais influências (KRAUSZ, 2017, p. 47).

Todas as fontes do marxismo de Lênin foram combinadas na articulação da teoria com a prática, da abordagem de classe à cultura e à política. E Lênin ainda resistiu à ideologia de classe vulgar, à percepção populista da luta de classes e ao apelo a seu contraponto negativo, a abstração teleológica da realidade. Em sua prática teórica, a questão básica é sempre a relação entre ação e teoria, as transições e o estabelecimento de pontos de contato entre ambas (KRAUSZ, 2017, p. 524).

---

<sup>32</sup> Discurso pronunciado por Lênin na inauguração do monumento em homenagem à Karl Marx e Friedrich Engels na Praça Vermelha, Moscou, em 7 de novembro de 1918 (LENIN, 1986).

Analisando ainda a construção histórica do seu pensamento, um ponto comum em todas as suas biografias é que Lênin era um leitor assíduo. De acordo com as pesquisas realizadas, Lênin dedicava longas horas para realizar seus estudos sobre capital e capitalismo. Para Lukács, diferentemente de outros socialistas da sua época, uniu teoria e prática com ninguém. A concretização do marxismo tornou-se eminentemente prático apenas com Lênin. Por isso, ele é, em sentido histórico mundial, o único teórico à altura de Marx (LUKÁCS, 2012a, p. 33). Sobre a importância da formação política para a classe operária, Lênin afirmou na obra *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento* que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário” (LENIN, 2015, p. 71), expressando que a luta teórica é uma das principais tarefas do movimento revolucionário.

Não sem razão, dedicou-se a escrever *O Estado e a revolução* durante as perseguições políticas do governo provisório e em pleno processo revolucionário russo. Nesse momento histórico, além de formar teoricamente o Partido Bolchevique, Lênin preocupou-se em se contrapor às concepções de Estado defendidas pelas correntes socialistas que, reivindicando o marxismo, provocavam diversas confusões na classe operária. Demonstrando suas intenções, no prefácio da primeira edição de *O Estado e a revolução*, Lênin (2017, p. 24) afirmou que “examinaremos, em primeiro lugar, a doutrina de Marx e Engels sobre o Estado, detendo-nos de modo pormenorizado nos aspectos dela que foram esquecidos ou submetidos a uma deturpação oportunista”.

Para apresentar essas diferenças teóricas, Lênin (2017) recorreu aos textos originais de Karl Marx e Friedrich Engels com o objetivo de elucidar essas deturpações. Dentre os textos consultados, estão *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*; *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*; e *Sobre questão da moradia* escritos por Friedrich Engels. Além de *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, *O Capital*, *Crítica do Programa de Gotha*, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, *A guerra civil na França*, *O Manifesto do Partido Comunista*. Lênin também consultou diversos artigos e cartas escritas por Marx e Engels para outros teóricos socialistas, que colaboraram para sua apreensão sobre o Estado.

Lênin retornou aos textos originais de Marx e Engels por compreender os perigos que perpassavam a política de conciliação de classes, proposta defendida por importantes correntes políticas de sua época como os Mencheviques e os Socialistas

Revolucionários. Por isso, ilustrou, por meio da análise imanente, os textos mais significativos dos fundadores da crítica do modo de produção capitalista (BORGES, 2017, p. 193).

### **2.3 Confrontos políticos e ideológicos: sobre os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários**

*Diante da prevalência sem precedentes de deturpações do marxismo, nossa tarefa consiste, antes de tudo, em restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado.*

Lênin em *O Estado e a revolução*, 1917, p. 28.

Lênin (2017, p. 28) iniciou o primeiro capítulo da obra *O Estado e a revolução* afirmando que o restabelecimento da verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado é um dos principais objetivos da sua obra. O retorno aos textos clássicos de Karl Marx e Friedrich Engels tornou-se necessário devido às pressões que o Partido Bolchevique enfrentava ao confrontar importantes correntes políticas que propunham rumos diferentes aos processos revolucionários russos de 1917. Nesse contexto, diante das diferenças políticas estabelecidas, Lênin iniciou a redação da obra *O Estado e a revolução* com a seguinte afirmação:

Com a doutrina de Marx, acontece hoje o que na história aconteceu mais de uma vez com as doutrinas dos pensadores revolucionários e dos chefes das classes oprimidas em sua luta pela libertação. As classes opressoras, durante a vida dos grandes revolucionários, retribuía-nos com incessantes perseguições, acolhiam sua doutrina com a fúria mais selvagem, com o ódio mais feroz, com as mais furibundas campanhas de mentiras e calúnias. Depois da morte deles, tentam transformá-los em ícones inofensivos, canonizá-los, por assim dizer, conceder a seu *nome* certa glória para “consolar” as classes oprimidas e para enganá-las, castrando o *conteúdo* da doutrina revolucionária, embotando seu gume revolucionário, vulgarizando-a (LÊNIN, 2017, p. 27).

Nessa passagem, a crítica é direcionada não somente à burguesia, como também para as correntes socialistas que, intervindo no interior do movimento operário, nas palavras do próprio Lênin (2017, p. 27), “esqueceram, afastaram, deturparam” a doutrina revolucionária presente no pensamento de Marx. Ao justificar o uso de longas citações de Marx e Engels para exemplificar as distorções feitas pelas correntes socialistas, Lênin elucidou que, apesar de tornar a exposição mais pesada

e menos popular, as citações seriam necessárias pois “todas as passagens – pelo menos todos os trechos decisivos – das obras de Marx e Engels sobre a questão do Estado devem necessariamente ser apresentadas do modo mais completo possível” (LÊNIN, 2017, p. 28).

Dentre os textos referenciados nesse primeiro momento, destaca-se a obra de Friedrich Engels *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, publicada pela primeira vez na Alemanha, em 1884. Ao apresentar a primeira análise histórica do Estado como uma das formas de organização da sociedade, Lênin usou uma citação direta de Engels:

É antes um produto da sociedade quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos inconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes, não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1894, p. 177-8<sup>33</sup> *apud* LÊNIN, 2017, p. 29).

De acordo com Lênin, essa passagem expressa a principal ideia do marxismo sobre o papel histórico e o significado do Estado, compreendido como estrutura social criada intencionalmente com o objetivo de manter os “limites da ordem” em prol de uma classe dominante. Para Vladímir Ilitch Uliánov é nesse ponto essencial que começa a deturpação do marxismo. Além da burguesia, que vislumbrava com a queda do czarismo maior liberdade política para o desenvolvimento das suas atividades econômicas, havia na Rússia diversas organizações políticas que defendiam que a colaboração de classes entre latifundiários, donos dos meios de produção e classe operária, conformava a melhor saída para o processo de transição do sistema político russo. Não sem razão, Lênin iniciou o primeiro capítulo afirmando, no subtítulo, que o “Estado é um produto do caráter inconciliável das contradições de classe”. Como exemplos dessas organizações políticas, Lênin destacou os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários que, em maio de 1917, dirigiam a maioria dos conselhos operários, os soviets.

---

<sup>33</sup> ENGELS, Friedrich. *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats*: im Anschluß an Lewis H. Morgans Forschungen. 6. Aufl. Stuttgart: [s.e.], 1894.

Na Revolução de 1917, quando a questão do significado e do papel do Estado foi apresentada em toda sua grandeza, na prática, como uma questão de ação imediata – e, além disso, uma ação de escalas massivas –, todos os SRs (Socialistas Revolucionários) e os mencheviques caíram imediata e inteiramente na teoria pequeno-burguesa da conciliação das classes pelo Estado (LÊNIN, 2017, p. 30).

Como já abordamos Capítulo 1, o II Congresso do POSDR, realizado em 1903, provocou a cisão do partido em duas correntes políticas: os Bolcheviques e os Mencheviques. Lênin tornou-se a principal referência política do Partido Bolchevique, enquanto Julius MártoV se destacou como um dos principais líderes do Partido Menchevique. Desde o rompimento dessas correntes, Lênin escreveu diversos textos que expressavam suas diferenças políticas. Confirmando sua incessante atividade intelectual, identificamos nas *Obras Completas* inúmeros textos, artigos e documentos elaborados com o objetivo de nortear a política do POSDR, antes, durante e após a realização do II Congresso.

Para ilustrar essas diferenças, podemos citar *A plataforma tática dos Mencheviques* (LENIN, 1983, tomo 15, p. 199), publicado em abril de 1907. Nesse artigo, Lênin polemizou com um documento escrito por MártoV e outros membros de sua organização sobre as tarefas imediatas da social-democracia. Dentre as polêmicas, destacamos as diferenças estabelecidas entre Bolcheviques e Mencheviques sobre o programa agrário do partido. Naquela época, as organizações consideradas liberais<sup>34</sup> lutavam por uma transformação que mantivesse a grande propriedade agrária nas mãos dos latifundiários. Considerando a luta no campo e a perspectiva da revolução, os liberais fizeram concessões aos camponeses, preservando a grande propriedade agrária. Nesse processo, criaram comitês agrários locais compostos por representantes de proprietários de terras e agentes do próprio governo.

Apesar das discordâncias sobre a magnitude dessas concessões, os liberais possuíam como unidade a manutenção do domínio do senhorio por meio de benefícios para os camponeses. Para Lênin (1983, tomo 15, p. 208) os Mencheviques não compreendiam essa dimensão da política liberal. Em sua opinião, o proletariado e o campesinato deveriam ser partidários da revolução, da supressão da

---

<sup>34</sup> São exemplos de liberais o Partido Democrata Constitucionalista e o estadista conservador russo Piotr Arkádievitch Stolpyn. Após a Revolução de 1905, Stolpyn introduziu reformas agrárias a fim de solucionar queixas campesinas e mitigar divergências.

predominância dos proprietários e de todas as grandes propriedades agrárias. “Podemos acabar com a revolução com poucas concessões, dizem os liberais. Queremos trazer a revolução para o primeiro plano, suprimindo a grande propriedade agrária, dizem os operários e os camponeses (LENIN, 1983, tomo 15, p. 209).

Para Lênin, negar essa correlação dos programas agrícolas é negar o próprio programa agrário do partido. Reconhecer essa correlação significa reconhecer a linha tática da social-democracia: o proletariado deve liderar o campesinato democrático e, por meio dele, lutar contra a autocracia e os liberais. Portanto, para Lênin, as vacilações dos Mencheviques, ao longo de suas táticas, não são casuais. Em suma, o ponto de vista dos Mencheviques, sobre o papel político do campesinato, contradizia as teses fundamentais do programa agrário aprovado por todo POSDR (LENIN, 1983, tomo 15, p. 215).

Ao analisarmos outros textos localizados nas *Obras Completas*<sup>35</sup>, observamos que as diferenças políticas estabelecidas entre Bolcheviques e Mencheviques se perpetuaram internamente no partido durante os anos que antecederam a primeira fase da Revolução Russa, em fevereiro de 1917. Esse é o momento em que o Partido Bolchevique passou a denominar-se Partido Comunista, reforçando uma ruptura definitiva com o POSDR e, conseqüentemente, com a social-democracia.

Dentre os artigos desse período histórico, podemos mencionar o texto *Mencheviques socialistas* (LÊNIN, 1982, tomo 13), publicado em 1906, contendo uma analogia entre os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários. Na ocasião, Lênin afirmou que as divisões da social-democracia russa entre Bolcheviques e Mencheviques, por exemplo, foram provocados por uma amarga luta entre duas tendências típicas de todo socialismo internacional, a oportunista e a revolucionária (LENIN, 1982, tomo 13, p. 424).

Os Socialistas Revolucionários, citados por Lênin, compõem uma corrente política que travou importantes disputas ideológicas com o Partido Bolchevique nos processos revolucionários russos de 1917. Era uma organização partidária que surgiu na Rússia entre os anos de 1901 e 1902. Resultado da associação de diferentes grupos e círculos políticos, junto com os Mencheviques, os Socialistas Revolucionários constituíram o principal apoio ao Governo Provisório da Rússia em

---

<sup>35</sup> Principalmente a partir do tomo 7, com escritos datados de setembro de 1902 a setembro de 1903.

fevereiro de 1917. Aleksandr Keriénski aderiu a essa organização em 1905, passando a ser um dos seus principais representantes.

Em 1902, mesmo ano de fusão e fundação dos Socialistas Revolucionários, Lênin publicou diversos artigos apresentando sérias críticas a essa organização. No artigo *Por que a social-democracia deve declarar uma guerra determinada sem quartel aos Socialistas Revolucionários?* (LENIN, 1981, tomo 6, p. 394, tradução nossa)<sup>36</sup>, publicado em julho de 1902, Lênin afirmou que os Socialistas Revolucionários “por causa de sua total falta de princípios nas questões do socialismo internacional e russo, não compreendem ou não reconhecem o único princípio verdadeiramente revolucionário da luta de classes”. No texto *A tese fundamental contra os Socialistas Revolucionários* (LENIN, 1981, tomo 7), redigido em novembro de 1902, é possível identificar também uma análise de Lênin sobre essa organização:

A tese fundamental que apresento contra os socialistas-revolucionários e a avaliação de **todos** os aspectos da atividade (e da essência) dessa tendência consiste no seguinte: **toda a tendência dos socialistas-revolucionários, e de todo o seu partido, não é além de uma tentativa da intelectualidade pequeno-burguesa de tirar nosso movimento operário e, conseqüentemente, todo o movimento socialista e revolucionário na Rússia** (LENIN, 1981, tomo 7, p. 53, grifos do autor, tradução nossa)<sup>37</sup>.

Comumente, Lênin relaciona Mencheviques e os Socialistas Revolucionários com as expressões *chauvinismo* e *oportunismo*. Segundo Krausz (2017, p. 68-69) Lênin não era capaz de usar meios-terminos em batalhas políticas e conflitos partidários. “Discutia com intensidade, quase sempre, apimentando argumentos com epítetos e metáforas que denunciavam os adversários e lhe solapavam opiniões”. Nos estudos realizados por Krausz (2017, p. 69), as palavras *estúpido*, *idiota*, *cretino* e *degenerado* ocorrem não menos de cem vezes nas *Obras Completas* de Lênin.

No prefácio à primeira edição de *O Estado e a revolução*, Lênin (2017, p.23) afirmou que “os elementos de **oportunismo** acumulados durante décadas de

<sup>36</sup> ¿Por que la socialdemocracia debe declarar una guerra resuelta y sin cuartel a los socialistas-revolucionarios?

<sup>37</sup> La tesis fundamental que presento contra los socialistas-revolucionarios y para valorar *todos* los aspectos de la actividad (y de la esencia) de esta tendencia consiste en lo siguiente: *toda la tendencia de los socialistas-revolucionarios, y todo su partido, no son otra cosa que una tentativa de la intelectualidad pequeño burguesa de escamotear nuestro movimiento obrero y, por consiguiente, todo el movimiento socialista y revolucionario en Rusia.*

desenvolvimento relativamente pacífico, criaram a corrente dominante nos partidos socialistas oficiais de todo o mundo, o **social-chauvinismo**". Para compreendermos o contexto do uso dessas expressões, retomaremos a construção genética desses dois termos a partir dos conceitos apresentados no *Dicionário Crítico de Pensamento de Direita*:

O termo chauvinismo teve sua origem na França, tendo como base a atitude nacionalista extremada manifestada por Nicolas Chauvin, um soldado dedicado e corajoso que lutou no exército no período revolucionário e napoleônico. Suas ingênuas manifestações denotavam um patriotismo fanático e uma fidelidade absoluta ao Imperador Napoleão I. Sua figura foi, posteriormente, popularizada pelas peças teatrais de A. Scribe, *Le soldat laboureur*, e dos irmãos Gogniard, *La cocard tricolore, épisode de la guerre d'Alger (1831)*. Esta última, de grande sucesso durante o reinado de Louis-Philippe, constituía uma espécie de sátira ao nacionalismo extremado dos bonapartistas e de seus sucessores. A partir de então, o termo foi incorporado pela literatura e pela ciência política como sinônimo de orgulho nacional exacerbado e cego. O patriotismo fanático denotava opiniões simplistas, ignorantes e estreitas, tanto sobre os demais povos, encarados com desconfiança e desprezo, quanto em relação aos conterrâneos, que tinham suas "virtudes" destacadas e exageradas. Em fins do século XIX, o termo chauvinismo passou a ter uma conotação explicitamente pejorativa por parte dos políticos socialistas, anarquistas e democratas, anticlericais e até liberais, como forma de denúncia de seus adversários de direita e extrema direita, bem como de certos argumentos justificadores da arrogância colonialista (VIZENTINI, 2000, p. 85).

O termo **chauvinismo** pode ser compreendido como uma postura patriótica fanática, de um nacionalismo exacerbado. Comparando com a trajetória do soldado francês Nicolas Chauvin, podemos relacionar o **chauvinismo** com o **ufanismo**, aquela atitude de quem se orgulha de alguma coisa com exagero.

O chauvinismo do século XX era identificado nos escritos de Lênin, como prática manipulatória, como ideologia de mobilização e legitimação da guerra sob o apelo da "defesa nacional". Com novas determinações, a análise de seus textos, entre 1913 a 1918, fundamenta o conceito em questão como central para compreensão de ideologias legitimadoras da corrida imperialista, dos países proeminentes na corrida armamentista e na busca de territórios para exploração (BARBOSA, 2015, p. 200)

Para Jefferson Rodrigues Barbosa (2012, p. 27)<sup>38</sup>, a expressão *chauvinismo* difundiu-se na tradição marxista devido ao seu uso por Vladimír Ilitch Uliánov, em 1914, no manifesto *A guerra e a social-democracia na Rússia* (LENIN, 1984, tomo 26). Escrito devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial, Lênin denunciou

---

<sup>38</sup> Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

a cooptação dos principais partidos da social-democracia europeia pela guerra imperialista. Para Lênin, o único sentido da guerra era:

Anexar terras e subjugar outras nações, arruinar a nação competidora, saquear suas riquezas, desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas da Rússia, Alemanha, Inglaterra e outros países, para desunir e enganar os trabalhadores com propaganda nacionalista e exterminar sua vanguarda para enfraquecer o movimento revolucionário do proletariado (LENIN, 1984, tomo 26, p. 15, tradução nossa)<sup>39</sup>.

Considerando os objetivos da guerra imperialista, caberia à social-democracia revelar para a classe operária o verdadeiro significado do conflito mundial, desmitificando as frases patrióticas difundidas pelas classes dominantes. Ressaltamos que as principais diferenças ideológicas de Lênin com a social-democracia europeia encontram-se expressas, principalmente, na seguinte passagem:

Em momentos de maior transcendência histórica do mundo, a maioria dos líderes da Internacional de hoje, da II Internacional Socialista (1889-1914), tenta substituir o socialismo pelo nacionalismo. Por causa de seu comportamento, os partidos operários desses países não se confrontaram com a conduta criminosa de seus governos, mas pediram à classe trabalhadora que unisse sua posição com a dos governos imperialistas. Os chefes da Internacional incorreram na traição ao socialismo votando créditos de guerra, repetindo os slogans chauvinistas ("patrióticos") da burguesia de "seus" países, justificando e defendendo a guerra, entrando nos ministérios burgueses dos países beligerantes, etc., etc. Os líderes socialistas mais influentes e os órgãos mais influentes da imprensa socialista da Europa contemporânea adotam um ponto de vista burguês e liberal que não tem nada a ver com o ponto de vista socialista. A responsabilidade por esta desonra do socialismo recai, em primeiro lugar, nos social-democratas alemães, cujo partido foi o mais forte e influente da Segunda Internacional. Tampouco pode justificar os socialistas franceses, que aceitam portfólios ministeriais no governo da mesma burguesia que traiu sua pátria e se aliou a Bismarck para esmagar a Comuna (LENIN, 1984, tomo 26, p. 17-18, tradução nossa)<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> Anexionar tierras e sojuzgar a otras naciones, arruinar a la nación competidora, saquear sus riquezas, desviar la atención de las masas trabajadoras de las crisis políticas internas de Rusia, Alemania, Inglaterra y demás países, desunir y embaucar a los obreiros con propaganda nacionalista y exterminar su vanguardia para debilitar el movimiento revolucionario del proletariado.

<sup>40</sup> En momentos de la mayor trascendencia histórica mundial, la mayoría de los jefes de la Internacional de hoy, de la II Internacional Socialista (1889-1914) tratan de sustituir el socialismo con el nacionalismo. Debido a su comportamiento, los partidos obreros de estos países no han hecho frente a la criminal conducta de sus gobiernos, sino que han llamado a la clase obrera a *fundir* su posición con la de los gobiernos imperialistas. Los jefes de la Internacional han incurrido en traición al socialismo al votar los créditos de guerra, al repetir las consignas chovinistas ("patrióticas") de la burguesía de "sus" países, al justificar y defender la guerra, al entrar en los ministerios burgueses de los países beligerantes, etc., etc. Los jefes socialistas más influyentes y los órganos más influyentes de la prensa socialista de la Europa contemporánea adoptan un punto de vista patrioter burgués y liberal que nada tiene que ver con el punto de vista socialista. La responsabilidad por esta deshonra del socialismo recae, ante todo, sobre los socialdemócratas alemanes, cuyo partido era el más fuerte e influyente de la II Internacional. Tampouco se puede justificar a los socialistas franceses, que

O manifesto *A guerra e a social-democracia na Rússia* foi o primeiro documento oficial do Comitê Central do POSDR que expôs a posição do Partido Bolchevique em relação à Primeira Guerra Mundial. Com ampla difusão na Rússia e no estrangeiro, foi publicado em diversos jornais europeus, chegando a ser apresentado em conferências socialistas internacionais. Apesar de mencionada em textos anteriores<sup>41</sup>, podemos afirmar que a expressão **chauvinismo** popularizou-se entre os marxistas após a ampla divulgação do manifesto do POSDR sobre a Primeira Guerra Mundial. Já na obra *O Estado e a revolução*, Lênin definirá o **chauvinismo** como:

Uma adaptação vil e lacaiesca dos *chefes do socialismo*, aos interesses não só de *sua* burguesia nacional, mas precisamente de *seu* Estado, pois a maioria das assim chamadas grandes potências exploram e escravizam há muito toda uma série de povos pequenos e fracos (LÊNIN, 2017, p. 24).

Considerando esse contexto histórico, Lênin chamou de **chauvinistas** as correntes socialistas que, frente aos interesses políticos da burguesia, sob um discurso nacionalista e patriota, defendiam a permanência da Rússia na Primeira Guerra Mundial. Para Lênin, a guerra imperialista tinha como principal objetivo a divisão e a redistribuição das terras de acordo com os interesses da burguesia. Sendo assim, “a luta pela libertação das massas trabalhadoras da influência da burguesia em geral, e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem uma luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao *Estado*” (LÊNIN, 2017, p. 24). Para Jefferson Barbosa (2015, p. 201),

No sentido de caracterização de um novo tipo de nacionalismo, como fundamento ideológico da etapa imperialista do capitalismo, as ideologias chauvinistas justificavam a corrida por territórios e a corrida armamentista no contexto da Primeira Guerra Mundial. Este apelo a exaltação patriótica influenciou setores da socialdemocracia europeia, o que colaborou para que setores da classe trabalhadora apoiassem seus respectivos governos na guerra iniciada em 1914, influenciados por líderes da Segunda Internacional, cooptados pelo reformismo e pelo nacionalismo.

Já o **oportunismo**, em uma interpretação direta, pode ser compreendido como o “comportamento de quem se aproveita das circunstâncias, que subordina seus

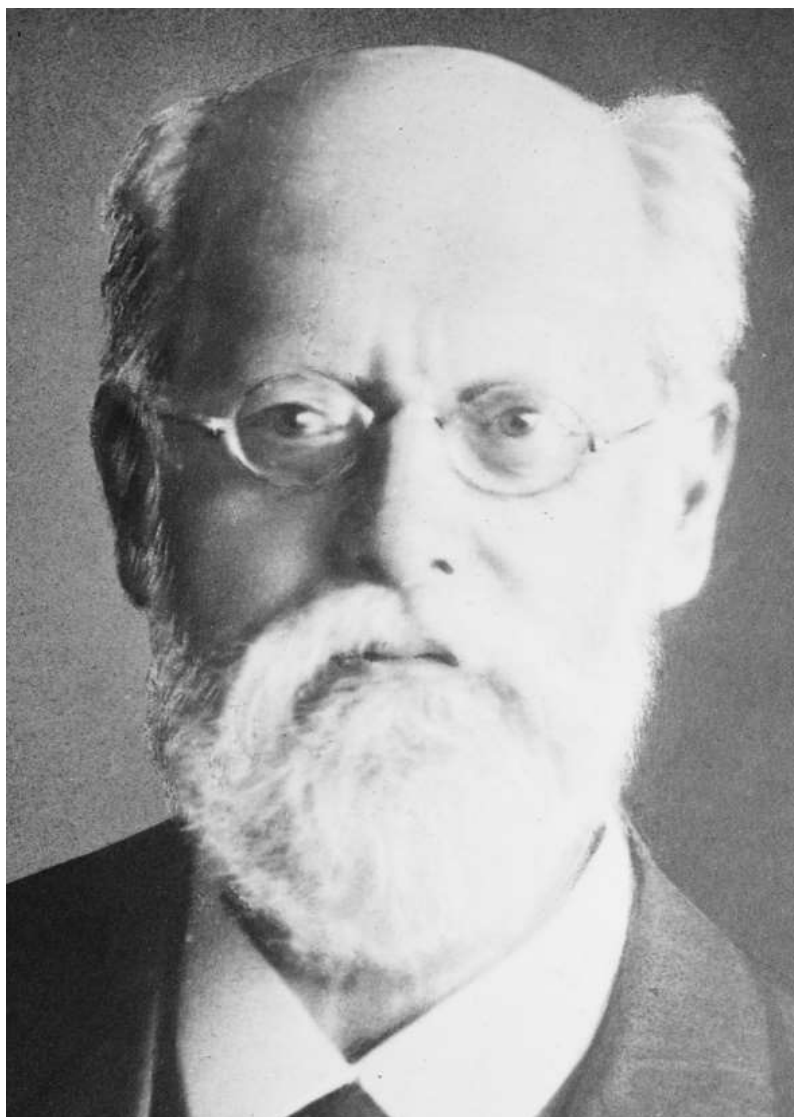
---

aceptan carteras ministeriales en el Gobierno de esa misma burguesía que traicionó a su patria y se alió con Bismarck para aplastar a la Comuna

<sup>41</sup> Como exemplo, podemos citar o artigo *A guerra dos Balcãs e o chauvinismo burguês*, escrito por Lênin em 1913 e publicado no *Pravda* no mesmo ano.

princípios a seus interesses imediatos” (FERREIRA, 2008, p. 594). Lênin chamou de **oportunistas** tanto os membros do Partido Menchevique quanto os membros do Socialistas Revolucionários. Como mencionamos, essas expressões estão recorrentes na obra *O Estado e a Revolução*, no entanto, é importante destacar que o filósofo Karl Kautsky configura-se como o teórico socialista que mais será chamado de **oportunista**.

Fotografia 12 - Karl Kautsky



Fonte: KARL KAUTSKY, [s.d.]a, [s.p.]

Após Karl Marx e Friedrich Engels, Kautsky é um dos teóricos mais citados por Lênin na obra *O Estado e a revolução*. Considerado por Lênin (2017, p. 24) como o principal representante da Segunda Internacional, ainda que outros teóricos

revolucionários sejam citados recorrentemente em sua obra, como Eduard Bernstein (1850-1932) e Gueorgui Plekhánov (1856-1918), nenhum interlocutor foi tão revisitado como Karl Kautsky.

Karl Kautsky nasceu em Praga, República Checa, em 1854. Influenciado pelo alemão Eduard Bernstein, tornou-se marxista, chegando a visitar Marx e Engels na Inglaterra, em 1881. Considerado um dos principais dirigentes da Segunda Internacional e da social-democracia alemã, Kautsky dirigiu por muitos anos a revista teórica do partido *Die Neue Zeit* (O novo tempo). Dentre as diferenças estabelecidas com Lênin, estavam a inevitabilidade da revolução proletária, a ditadura do proletariado e a tentativa de levar o socialismo a países atrasados como a Rússia (KARL KAUTSKY, [s.d.] b). As divergências teóricas entre Lênin e Kautsky foram expressas reciprocamente em vários livros e artigos como *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, escrito por Lênin em 1919 e *Terrorismo e comunismo*, escrito por Kautsky em resposta à Lênin, também em 1919. Na obra *O Estado e a revolução*, Lênin dedicou o sexto capítulo para apresentar importantes críticas estabelecidas com Kautsky. Intitulado *A vulgarização do marxismo pelo oportunismo*, Lênin apresentou logo no início da sua exposição:

A questão da relação do Estado para com a revolução social e da revolução social com o Estado ocupou muito pouco os teóricos e os publicistas mais destacados da Segunda Internacional (1889-1914), como também a questão da revolução em geral. Mas o mais característico no processo de crescimento gradual do oportunismo, que conduziu à bancarrota da Segunda Internacional em 1914, é que, mesmo quando abordaram a questão de perto, esforçaram-se por esquecê-la ou não a notaram (LÊNIN, 2017, p. 129).

No último capítulo de sua obra, após abordar as experiências históricas que objetivaram romper radicalmente com as estruturas da sociedade, como a Comuna de Paris, Lênin dedicou-se a apresentar o que seriam os erros políticos cometidos pelos interlocutores do seu tempo histórico. Em um primeiro momento, mesmo discordando da análise política dos anarquistas sobre o Estado, criticou a forma como Plekhánov apresentou suas diferenças com essa corrente política. Para Lênin, Plekhánov arranhou um modo de tratar essas diferenças desviando completamente o essencial na luta contra o anarquismo, “a atitude da revolução para com o Estado e a questão do Estado em geral” (LÊNIN, 2017, p. 130). Apesar de ser uma análise breve, a crítica consiste no fato de que, em sua obra *Anarquismo e socialismo* publicada em 1894, Plekhánov desviou e ocultou a importância do debate do Estado.

Após apresentar brevemente suas diferenças com Plekhánov, Lênin dedica-se às divergências com Karl Kautsky. Em um primeiro momento, a crítica de Lênin é direcionada com às polêmicas que Kautsky estabeleceu com outras correntes intituladas por Lênin de oportunistas. Em um segundo momento, a crítica é direcionada para a polêmica que Kautsky estabeleceu com o teórico marxista Anton Pannekoek. Com relação às influências de Kautsky sobre a social-democracia, Lênin elucidou que:

Kautsky é especialmente conhecido entre nós, além de sua exposição popular do marxismo, por sua polêmica com os oportunistas, Bernstein à frente. Mas é quase desconhecido um fato que não se pode deixar de lado se nos propomos a tarefas de estudar como Kautsky caiu em confusão e em uma defesa incrivelmente vergonhosa do social-chauvinismo durante a crise de 1914-1915 (LÊNIN, 2017, p. 131).

Para Lênin, como ocorreu com Plekhánov quando criticou os anarquistas, Kautsky também se ausentou do debate sobre o Estado quando polemizou com outros teóricos socialistas de sua época, em especial com Eduard Bernstein. Sobre essa ausência somada à deturpação que Bernstein fez da concepção de Marx sobre o Estado, Lênin elucidou que Kautsky evitou se aprofundar na análise sobre a deturpação do marxismo pelo oportunismo (LÊNIN, 2017, p. 133). Como podemos observar na seguinte passagem:

Sobre o fato de Bernstein ter atribuído a Marx exatamente o contrário do verdadeiro pensamento de Marx, sobre o fato de que desde 1852 Marx destacou a tarefa da revolução proletária de quebrar a máquina de Estado, sobre tudo isso, Kautsky não diz uma palavra (LÊNIN, 2017, p. 133).

Para Lênin, a distinção entre marxismo e oportunismo é escamoteada por Kautsky em suas análises. Durante décadas, Marx e Engels expressaram em seus textos, considerando as experiências históricas, que o proletariado deveria “quebrar a máquina do Estado”. Já Kautsky afirmava que era preciso conhecer antecipadamente as formas concretas para se pôr fim ao Estado. Por isso, Lênin afirmou que “entre Marx e Kautsky, há um abismo de atitude para com a tarefa do partido proletário de preparar a classe operária para a revolução” (LÊNIN, 2017, p. 134).

#### **2.4 A Comuna de Paris como resultado das contradições da luta de classes**

*A Comuna, exclamam, pretende abolir a propriedade, a base de toda civilização! Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos.*

Karl Marx em *A guerra civil na França*, 1871.

Lênin dedicou dois capítulos da obra *O Estado e a revolução* para analisar os processos revolucionários que eclodiram na França nos anos de 1848-1851 e 1871. Após séculos de exploração, o proletariado francês lutou para transformar as estruturas sociais, econômicas e políticas impostas pelos regimes monárquicos que perpetuavam privilégios, a apropriação privada do trabalho e mantinham a população sob extrema pobreza<sup>42</sup>. Os resultados desses processos revolucionários foram abordados por Karl Marx e Friedrich Engels em diversos textos, como *As lutas de classes na França*<sup>43</sup>, publicado em 1850, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, publicado em 1852 e *A guerra civil na França*, publicado em 1871. Lênin estudou profundamente esses dois últimos textos, referenciando-os com frequência na obra *O Estado e a revolução*.

A propósito das análises realizadas nesses dois capítulos de *O Estado e a revolução*<sup>44</sup>, destacamos que a abordagem de Lênin teve como centralidade a apreensão de como Marx e Engels apresentaram as concepções estabelecidas entre classe operária e Estado nas revoluções realizadas na França no século XIX, e como as correntes socialistas russas, em especial os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários, interpretavam e propagavam essas concepções. De certo, essas duas análises consistiram nos principais objetivos de Lênin ao tratar as experiências históricas francesas de 1848-1851 e 1871. Assim, não haverá em *O Estado e a revolução* uma contextualização histórica dos processos revolucionários que culminaram na queda da monarquia e na criação das repúblicas, mas uma explanação das principais ideias de Marx e Engels sobre o Estado e, conseqüentemente, do proletariado organizado como classe dominante.

Apesar da importância histórica dos processos revolucionários realizados na França nos anos de 1848-1851, nos atentaremos às experiências obtidas com a

---

<sup>42</sup> A monarquia francesa durou de 486 até 1870, momento no qual proclamou-se a república.

<sup>43</sup> Em 1850, Karl Marx publicou uma série de artigos no jornal *Nova Gazeta Renana*, com o título *1848 a 1849*. No ano de 1895, Friedrich Engels produziu uma nova edição com o título *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Como esses textos não foram citados na obra *O Estado e a revolução*, não podemos afirmar que Lênin teve acesso a eles.

<sup>44</sup> Capítulo 2: O Estado e a revolução: a experiência dos anos de 1848-1851 e Capítulo 3: O Estado e a revolução: A experiência da Comuna de Paris de 1871. A análise de Marx.

Comuna de Paris. Retomaremos os debates referentes a esse período histórico posteriormente, por compreendermos que será a partir deles que Lênin aprofundou sua concepção sobre ditadura do proletariado e revolução violenta<sup>45</sup>. Nesse momento, o importante é compreendermos que os processos revolucionários realizados em 1871 foram resultados das contradições de classe estabelecidas na França nos anos anteriores. Destacaremos brevemente as transformações políticas e econômicas que culminaram nos levantes operários franceses, eclodidos principalmente na segunda metade do século XIX.

Em 1830, Luís Filipe (1773-1850), conhecido como Rei Burguês<sup>46</sup>, assumiu o poder na França. Seu governo perdurou até 1848, quando os processos revolucionários, protagonizados pela burguesia e pelo proletariado, resultaram na sua abdicação. A principal reivindicação era a proclamação da república. Apesar de apresentarem uma pauta comum, a burguesia procurava ampliar suas liberdades políticas para garantir a expansão das suas atividades econômicas e o proletariado francês se organizava para reivindicar melhores condições vida, trabalho, além de garantir sua participação nas decisões políticas do Estado, exigindo a implantação do sufrágio universal.

É interessante destacarmos que Marx apontou, em *As lutas de classes na França*, uma distinção entre a burguesia francesa que, segundo suas concepções, possuía várias *facções*. Uma delas era a “aristocracia financeira” que “ditava as leis, conduzia a administração do Estado, dispunha sobre o conjunto dos poderes públicos organizados, controlava a opinião pública por meio dos fatos e por meio da imprensa” (MARX, 2012, p. 40). Como exemplo da aristocracia financeira, Marx citou os banqueiros, os proprietários das ferrovias, das minas de ferro e do carvão. Já as *facções* não dominantes da burguesia, conhecidas como “burguesia oposicionista”, localizavam-se às margens do poder político e financeiro da França no século XIX e eram representadas principalmente pela burguesia industrial (MARX, 2012, p. 37).

Marx (2012) destacou dois acontecimentos que foram fundamentais para acelerar o descontentamento da população e da burguesia oposicionista. O primeiro refere-se à luta do povo pelos gêneros primários de subsistência, impulsionada pela

---

<sup>45</sup> Esses dois temas serão problematizados no Capítulo 3.

<sup>46</sup> Luís Filipe era chamado de Rei Burguês devido à sua administração abertamente favorável à burguesia.

doença da batata inglesa e a quebra das safras de 1845 e 1846<sup>47</sup>, situação econômica que matou milhares de europeus de fome. O segundo refere-se a uma crise geral do comércio e da indústria na Inglaterra, provocada pela derrota maciça dos especuladores nas ações ferroviárias, seguida pela falência dos bancos provinciais e pelo fechamento das fábricas nos distritos industriais ingleses (MARX, 2012, p. 41-42). Sobre esses acontecimentos históricos, Marx elucidou que:

A devastação do comércio e da indústria pela epidemia econômica tornou a tirania da aristocracia financeira ainda mais insuportável. Em toda a França, a burguesia opositora fez uma campanha festiva a favor de uma reforma eleitoral, visando conquistar para ela a maioria nas câmaras e derrubar o ministério das bolsas. Em Paris, a crise industrial ainda gerou a consequência específica de jogar no mercado interno uma massa de fabricantes e grandes comerciantes que, nas circunstâncias dadas, não conseguiam mais fazer negócios no mercado externo. Eles edificaram grandes estabelecimentos, cuja concorrência levou uma massa de pequenos lojistas à ruína. Daí a grande quantidade de falidos nessa parcela da burguesia parisiense, daí a sua ação revolucionária em fevereiro (MARX, 2012, p. 42).

A revolução realizada em fevereiro de 1848 culminou na instauração de um governo provisório, composto majoritariamente por representantes da burguesia. Apesar da momentânea vitória política, prevendo que a burguesia não iria proclamar a república, o proletariado francês ameaçou pegar novamente em armas, caso os acordos não fossem cumpridos. Representando o proletariado parisiense, o político socialista François-Victor Raspail (1794-1878) se dirigiu ao *Hôtel de Ville* (Câmara Municipal) para ordenar a proclamação da república pelo governo provisório. Caso o governo não atendesse, mais de 200 mil homens estariam dispostos a invadir a sede municipal de Paris (MARX, 2012, p. 44).

Os cadáveres dos que tombaram tinham acabado de esfriar, as barricadas ainda não haviam sido retiradas, os trabalhadores não haviam sido desarmados e a única força que se poderia contrapor a eles era a Guarda Nacional. Diante dessas circunstâncias sumiram de repente os argumentos que alegavam razões de Estado e os escrúpulos de consciência jurídicos do governo provisório. O prazo de duas horas ainda não havia transcorrido e todos os muros de Paris já ostentavam as gigantescas palavras históricas: *République française! Liberté, Égalité, Fraternité!* [República francesa! Liberdade, Igualdade, Fraternidade!] (MARX, 2012, p. 44).

---

<sup>47</sup> Na década de 1840, um fungo contaminou a produção de batata em vários países europeus. Compondo a base alimentar de grande parte da população europeia, a perda da safra em larga escala provocou a morte de milhares de trabalhadores, principalmente na França e Irlanda, sendo que na Irlanda, estima-se que 25% da população tenha sido dizimada pela fome.

Não sem razão, ao analisar a entrada da classe operária francesa na estrutura governamental do poder estatal, Marx (2012) exclamou:

Ao ditar a república ao governo provisório e, por meio do governo provisório, a toda a França, o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano como partido autônomo, mas, ao mesmo tempo, desafiou toda a França burguesa a se unir contra ele. O que ele conquistou foi somente o terreno para travar a luta por sua emancipação revolucionária, mas de modo algum a própria emancipação (MARX, 2012, p. 44).

Após a proclamação da república, a Assembleia Nacional Constituinte reuniu-se objetivando organizar as primeiras eleições gerais. Nesse mesmo ano, Luís Bonaparte (1808-1873), representando o Partido da Ordem, elegeu-se deputado e, posteriormente, primeiro Presidente da França. Ao final de seu mandato, não havendo possibilidades de reeleição, Luís Bonaparte, através de um Golpe de Estado, proclamou-se imperador da França com o título de Napoleão III, encerrando assim o período republicano e instaurando novamente a monarquia. Karl Marx escreveu para a revista alemã *Die Revolution* (A Revolução) uma série de artigos sobre esses acontecimentos históricos. Posteriormente, esses textos ficaram conhecidos como *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Nesse período histórico, em 1864, foi fundada na Inglaterra a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), conhecida também como Primeira Internacional.

Após anos de desgastes com a burguesia e o proletariado nacional, o império de Luís Bonaparte chegou ao fim quando decretou guerra à Prússia. Marcada pelas mudanças sociais e econômicas estabelecidas pelas nações europeias na segunda metade do século XIX, a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), como ficou conhecida, culminou na derrota da França em maio de 1871. Sobre esses acontecimentos, a Associação Internacional dos Trabalhadores, através do Conselho Geral, emitiu uma primeira mensagem, no dia 23 de julho de 1870, expressando sua posição sobre a guerra.

Seja qual for o desenrolar da guerra de Luís Bonaparte com a Prússia, o dobre fúnebre do Segundo Império já soou em Paris. O Império terminará como começou, por uma paródia. Mas não nos esqueçamos de que foram os governos e as classes dominantes da Europa que permitiram a Luís Bonaparte encenar por dezoito anos a farsa feroz do Império restaurado (MARX, 2011a, p. 23).

O reinado do Luís Bonaparte acabou no dia quatro de setembro de 1870. A segunda mensagem escrita pelo Conselho Geral da AIT, datada de nove de setembro de 1870, afirmava que, “como previsto, a guerra terminou com a rendição de Luís Bonaparte e a proclamação da República em Paris” (MARX, 2011a, p. 27). Redigido seis meses antes da instauração da Comuna de Paris, o documento alertava, novamente, a classe operária sobre os reais interesses da burguesia com a constituição da República, afirmando que essa nova forma de governo não subverteria o trono, mas apenas tomaria o seu lugar que havia vagado (MARX, 2011a, p. 32). O Conselho Geral da AIT finalizou o documento com a seguinte orientação:

Que as seções da *Associação Internacional dos Trabalhadores* em cada país possam estimular as classes trabalhadoras à ação. Se abdicarem de seu dever, se permanecerem passivas, a terrível guerra atual será apenas o prenúncio de conflitos internacionais ainda mais mortíferos e conduzirá em todos os países a um renovado triunfo sobre os operários pelos senhores da espada, da terra e do capital (MARX, 2011a, p. 33).

Durante seis meses, entre setembro de 1870 e março de 1871, a classe operária confrontou as decisões políticas que tentaram perpetuar as contradições de classe estabelecidas pelos governos anteriores. A Comuna de Paris instaurou-se nesse contexto histórico, no dia 18 de março de 1871. Na ocasião, Marx (2011a, p. 56) afirmou que a antítese direta do Império era a Comuna. O clamor pela República, defendido pelo proletariado, expressava não apenas a supressão da monarquia, como também a eliminação da dominação de uma classe sobre a outra. Para Marx, a Comuna era a forma positiva dessa república.

Paris, sede central do velho poder governamental e, ao mesmo tempo, bastião social da classe operária francesa, levantara-se em armas contra a tentativa de Thiers<sup>48</sup> e dos rurais de restaurar e perpetuar aquele velho poder que lhes fora legado pelo Império. Paris pôde resistir unicamente porque, em consequência do assédio, livrou-se do exército e o substituiu por uma Guarda Nacional, cujo principal contingente consistia em operários. Esse fato tinha, agora, de se transformar em uma instituição duradoura. Por isso, o primeiro decreto da Comuna ordenava a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado (MARX, 2011a, p. 56).

Sobre sua composição, Marx destacou:

---

<sup>48</sup> Adolphe Thiers (1797-1877): político e historiador francês, membro do partido político Orleanista, após a queda da Comuna de Paris tornou-se Presidente da França no período de 1871 a 1873.

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo (MARX, 2011a, p. 56-57).

A Comuna de Paris durou apenas 72 dias. Apesar de sua breve existência, marcou a memória coletiva do movimento operário mundial, sendo que seus ensinamentos, erros e acertos, são lembrados, até hoje, como exemplos de luta e resistência. Ao relembrar dos princípios dessa importante experiência histórica, Lênin (LENIN, 1983, tomo 20, p. 234) elucidou, em um texto escrito após quarenta anos de sua eclosão, que “a causa da Comuna é a causa da revolução social, a causa da completa emancipação política e econômica dos trabalhadores. É a causa do proletariado de todo o mundo, e nesse sentido, é imortal”.

Por ser a primeira experiência histórica que objetivou romper, definitivamente, com as estruturas de opressão e exploração da classe operária, a Comuna de Paris foi revisitada por importantes teóricos socialistas como Karl Marx e Friedrich Engels. Marx (2011a, p. 79) elucidou em *A guerra civil na França* que a Comuna era “essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho”. Inspirado nessa passagem, Lênin (2017, p. 79) elucidou em *O Estado e a revolução* que a Comuna de Paris tornou-se “a primeira tentativa da revolução proletária de quebrar a máquina de Estado burguesa e a forma política enfim descoberta pela qual se pode se deve substituir o que foi quebrado”.

Ao longo da vida, Lênin redigiu vários textos, nos quais os ensinamentos da Comuna de Paris foram revisitados. Dentre os artigos elaborados, destacam-se *Lições da Comuna*, publicado em 1908 e *À memória da Comuna*, publicado em 1911. Nesse último, escrito em comemoração aos 40 anos da Comuna de Paris, Lênin (LENIN, 1983, tomo 20, p. 232) afirmou que, apesar de sua breve existência, a Comuna promulgou importantes medidas que caracterizavam, suficientemente, seu real significado e objetivo. A Comuna substituiu o exército permanente pelo armamento da população, proclamou a separação entre Igreja e Estado, aboliu os pagamentos estatais aos cultos religiosos (salários que o Estado pagava aos padres), tornou a educação laica e popular, dentre outros.

De certo, todas essas decisões políticas demonstravam que a Comuna de Paris constituía uma ameaça objetiva ao antigo regime. Assim, Lênin elucidou que, na esfera puramente social, a Comuna de Paris realizou muito pouco, mas esse pouco revelava seu caráter de governo popular, seu governo direcionado para os interesses dos trabalhadores (LENIN, 1983, tomo 20, p. 232).

A Comuna de Paris tornou-se uma das principais experiências históricas que demonstrou para o mundo o potencial do proletariado organizado como classe dominante. Diversos ensinamentos podem ser extraídos desse processo revolucionário, como a superação dos privilégios, a separação entre Igreja e Estado, a emancipação da educação e do trabalho, e o sufrágio universal (MARX, 2011a, p. 57-58). Apesar da sua magnitude, nos atentaremos às determinações teóricas que foram apresentadas por Lênin em *O Estado e a revolução* e que tratam, essencialmente, da sua apreensão sobre o Estado. O ponto de partida, certamente, é a Comuna de Paris. “Analisar essa experiência, tirar dela lições de tática, rever na base dela sua teoria – eis como Marx apresentou sua tarefa” (LÊNIN, 2017, p. 60) e eis como Lênin a apresenta em *O Estado e a revolução*.

Lênin sempre recorreu aos textos originais de Karl Marx e Friedrich Engels para desconstruir concepções teóricas e políticas que ele considerava equivocadas ou deturpadas. Em *O Estado e a revolução*, as críticas são direcionadas, principalmente, às correntes socialistas russas que dirigiam o governo provisório em fevereiro de 1917, como os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários. Ao abordar a Comuna de Paris, em especial a relação daqueles revolucionários com o Estado, o desenvolvimento do seu pensamento não será diferente. Havia uma preocupação objetiva de Lênin ao redigir *O Estado e a revolução* em pleno processo revolucionário russo de 1917. O governo provisório, estabelecido em fevereiro de 1917, defendia a coalizão de classes e, conseqüentemente, a permanência da velha estrutura da máquina estatal. Não sem razão, Lênin finalizou o prefácio à primeira edição com a seguinte afirmação:

A questão da atitude da revolução socialista do proletariado em relação ao Estado adquire [...] não apenas importância política prática, mas também relevância da maior atualidade como questão do esclarecimento das massas sobre aquilo que terão que fazer num futuro próximo para sua libertação do jugo do capital (LÊNIN, 2017, p. 24).

Com o objetivo de exemplificar suas diferenças em relação aos ensinamentos da Comuna de Paris, Lênin iniciou o desenvolvimento do seu pensamento com a seguinte observação: no prefácio à edição alemã do *Manifesto do Partido Comunista*, redigido em 24 de junho de 1872, Marx e Engels afirmaram que o programa elaborado em 1848, e que originou o *Manifesto do Partido Comunista* (MARX; ENGELS, 2010), tinha certos detalhes antiquados, levando-se em conta o desenvolvimento da indústria, a organização da classe operária e as experiências obtidas com os processos revolucionários, em especial, a Comuna de Paris. Para Marx e Engels “a Comuna de Paris demonstrou, especialmente, que não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal, para fazê-la servir a seus próprios fins” (MARX; ENGELS, 2010, p. 72).

Sobre a inclusão dessa passagem no *Manifesto do Partido Comunista*, Lênin elucidou que Marx e Engels consideravam as lições da Comuna de Paris tão importantes que as usaram na introdução do manifesto, destacando a necessidade de correções. No entanto, “é extraordinariamente característico que logo essa correção essencial tenha sido deturpada pelos oportunistas, e certamente nove em dez, senão noventa e nove em cem, leitores do *Manifesto Comunista*, ignoram seu sentido” (LÊNIN, 2017, p. 60).

Para Lênin, a análise incorreta consistia na interpretação de que Marx e Engels teriam sublinhado uma ideia de desenvolvimento lento, em oposição à conquista do poder. Sobre essa compreensão, Lênin ressaltou (2017, p. 61): “na realidade, é exatamente o contrário. A ideia de Marx consiste em que a classe operária deve quebrar, demolir a máquina de Estado pronta, e não limitar-se simplesmente a sua conquista”. Para ilustrar essa distorção, Lênin recorreu ao texto original elaborado por Marx. Em uma carta escrita para Ludwig Kugelmann (1828-1902)<sup>49</sup>, datada de 12 de abril de 1871, Marx (2011a, p. 208) afirmou:

Se olhares o último capítulo de meu *O 18 de brumário*, constatarás que considero que o próximo experimento da Revolução Francesa consistirá não mais em transferir a maquinaria burocrática-militar de uma mão para outra, como foi feito até então, mas sim em *quebrá-la*, e que esta é a preocupação de toda revolução popular efetiva no continente.

---

<sup>49</sup> Médico alemão, social-democrata. Membro da Internacional e amigo de Karl Marx e Friedrich Engels.

Para Lênin, as expressões “quebrar” a “maquinaria” do “Estado burocrático-militar” expressavam a principal lição do marxismo sobre as tarefas do proletariado em relação ao Estado. No entanto, esses ensinamentos são justamente os que foram esquecidos ou distorcidos pelas correntes socialistas russas, em especial pelo kautskanismo<sup>50</sup> (LÊNIN, 2017, p. 61). Ao longo da sua obra, Lênin apontou os caminhos que o proletariado deveria percorrer para alcançar a emancipação humana, destacando a distinção fundamental entre Estado burguês e Estado proletário. A classe operária deveria lutar pela quebra do Estado burguês para, posteriormente, lutar para que o Estado proletário definhasse e, finalmente, fenecesse.

Esse é outro debate que Lênin apresenta em *O Estado e a revolução* e que se refere ao **pelo que substituir a máquina quebrada do Estado**. Recorrendo novamente à Karl Marx e Friedrich Engels e referenciado o *Manifesto do Partido Comunista*, Lênin afirmou que devemos substituí-la pela “elevação do proletariado como classe dominante”, pela “conquista da democracia” (LÊNIN, 2017, p. 64). Essa concepção encontra-se expressa na seguinte passagem do Manifesto:

Vimos antes que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia. O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas (MARX; ENGELS, 2010, p. 58).

Para que realmente o proletariado permanecesse no poder como classe dominante, uma das primeiras ações da Comuna consistia na supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado. Novamente, ao referenciar os processos revolucionários russos de 1917, Lênin destacou os equívocos das correntes socialistas:

Essa reivindicação figura agora no programa de todos os partidos que querem se chamar socialistas. Mas o que valem seus programas, isso se vê melhor pela conduta de nossos SRs e nossos mencheviques, que, de fato, recusaram, logo depois da Revolução de 27 de fevereiro, a realização dessa reivindicação! (LÊNIN, 2017, p. 65).

Lênin demonstrou que a Comuna substituiu as antigas estruturas estatais por instituições mais democráticas. Como exemplos, citou a extinção do exército

---

<sup>50</sup> Seguidores de Karl Kautsky.

permanente, o armamento da população, a elegibilidade e revogabilidade de todos os funcionários públicos, a redução dos vencimentos de todos os funcionários do Estado aos mesmos valores dos salários dos operários (LÊNIN, 2017, p. 66).

É aqui exatamente que se manifesta de modo mais evidente a *ruptura* com a democracia burguesa rumo à democracia proletária, da democracia dos opressores para a democracia das classes oprimidas, do Estado como *força especial* para a repressão de determinada classe para a repressão dos opressores pela *força geral* da maioria do povo, dos operários e dos camponeses. E é justamente nesse ponto, talvez o mais importante, em que se evidencia a questão do Estado, que as lições de Marx são mais esquecidas! (LÊNIN, 2017, p. 66).

Lênin afirmou ser comum o silenciamento desses ensinamentos da Comuna. As reivindicações da classe operária, muitas vezes, são apresentadas como um “democratismo primitivo”<sup>51</sup>. Sobre essa terminologia, utilizada pelas correntes socialistas russas, Lênin ressaltou que é impossível a transição do capitalismo para o socialismo sem o chamado “democratismo primitivo” que, na sua concepção, se difere dos tempos antigos ou das sociedades pré-capitalistas.

Essas medidas dizem respeito à reorganização estatal, puramente política da sociedade, mas só adquirem, naturalmente, todo seu sentido e toda sua importância em ligação com a realização ou preparação da *expropriação dos expropriadores*, ou seja, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social (LÊNIN, 2017, p. 67-68).

Todas as medidas apresentadas por Lênin estão em consonância com a sua concepção de Estado e a extinção do parlamentarismo configura-se como um dos principais debates apresentados. Em *O Estado e a revolução*, Lênin apresentou as principais diferenças estabelecidas entre comunistas, anarquistas e social-chauvinistas sobre o parlamento. Em *A guerra civil na França*, Marx (2011a, p. 57) elucidou que “a Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo”. E mais:

Em lugar de escolher uma vez a cada três ou seis anos quais membros da classe dominante que irão atraiçoar o povo no Parlamento, o sufrágio universal serviria ao povo, constituído em comunas, do mesmo modo que o sufrágio individual serve ao empregador na escolha de operários e administradores para seu negócio (MARX, 2011a, p. 58).

---

<sup>51</sup> Termo criado por Eduard Bernstein para se referenciar às primeiras formas de democracia direta (KRAUSZ, 2017, p. X).

Essas passagens foram utilizadas por Lênin para tratar a problemática do parlamento. Ao longo do texto, é possível identificar que as críticas são direcionadas tanto para as correntes socialistas, que em sua opinião colocaram o parlamentarismo no bojo das “palavras esquecidas do marxismo”, quanto para os anarquistas que não sabiam diferenciar o parlamentarismo burguês do parlamentarismo proletário-revolucionário (LÊNIN, 2017, p. 69). Sobre essa apreensão, Lênin (2017, p. 70) afirmou:

Decidir uma vez a cada tantos anos qual membro da classe dominante reprimirá, esmagará o povo no parlamento, é nisso que reside a verdadeira essência do parlamentarismo burguês não só nas monarquias constitucionais parlamentares, mas também nas repúblicas mais democráticas. Porém, ao se colocar a questão do Estado, ao se considerar o parlamentarismo como uma das instituições do Estado, do ponto de vista das tarefas do proletariado nesse domínio, qual seria o caminho de saída do parlamentarismo? Como se pode passar sem ele?

Para Lênin, trata-se de charlatanismo a apropriação do parlamentarismo sem nenhuma crítica ou perspectiva de mudança. No entanto, o caminho para a saída do parlamentarismo não estaria na extinção imediata das instituições. Ao retomar os ensinamentos da Comuna de Paris, Lênin (2017, p. 70) compreendeu essa estrutura apenas como um órgão de trabalho, diferentemente do parlamentarismo burguês onde apenas se tagarela com a finalidade de se enganar as pessoas simples.

A comuna substituiu o parlamentarismo corrupto e apodrecido da sociedade burguesa por instituições em que a liberdade de opinião e de discussão não degenera em engano, pois os próprios parlamentares têm de trabalhar, executar eles próprios suas leis, comprovar eles próprios que o que se consegue na vida, responder eles próprios diretamente a seus eleitores. As instituições representativas permanecem, mas o parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados, não existe aqui! (LÊNIN, 2017, p. 71).

Ao analisarmos o desenvolvimento do pensamento de Lênin, é possível apreendermos que não se trata de extinguir completamente as estruturas criadas pelos governos anteriores, mas destruir de uma só vez a máquina burocrática e começar, imediatamente, a construir uma nova. Aqui consiste uma das grandes diferenças apresentadas com os anarquistas que propõem dispensar imediatamente toda forma de subordinação. Sobre a construção de uma nova máquina burocrática, Lênin elucidou:

Organizaremos a grande produção partindo do que já foi criado pelo capitalismo, nós próprios, os trabalhadores, apoiando-nos em nossa experiência operária, criando uma disciplina rigorosíssima, de ferro, sustentada pelo poder de Estado dos trabalhadores armados, reduziremos os funcionários públicos ao papel de simples executantes de nossas diretivas, de administradores (naturalmente com técnicos de todos os gêneros e níveis) responsáveis, revogáveis e modestamente pagos – eis nossa tarefa proletária, eis por onde podemos e devemos começar a realização da revolução proletária (LÊNIN, 2017, p. 73).

Para Lênin, essas ações constituem o início da abolição do Estado burguês. Elas possibilitam a extinção do parlamentarismo burguês e permitem que o proletariado organize sua vida econômica, social e política. Nesse momento, é importante destacarmos que a análise sobre a experiência histórica da Comuna de Paris encerra, justamente, com sua concepção de “extinção do Estado parasita”. Ao finalizar sua análise, Lênin (2017, p. 79) afirma que “Marx concluiu a partir de toda a história do socialismo e da luta política que o Estado deverá desaparecer e que a forma transitória de seu desaparecimento [...] será o proletariado organizado como classe dominante”. Apesar da sua curta duração, a grande riqueza dessa experiência está na forma “enfim descoberta” pela qual se pode e se deve substituir o Estado quebrado.

### 3. O PROLETARIADO ORGANIZADO COMO CLASSE DOMINANTE

*Limitar o marxismo à doutrina da luta de classes significa restringir o marxismo, deturpá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que expande o reconhecimento da luta de classe até o reconhecimento da ditadura do proletariado.*

Lênin em *O Estado e a revolução*, 1917

Lênin iniciou os escritos sobre o Estado em 1916, escreveu *O Estado e a revolução* em 1917 e publicou sua primeira edição na Rússia, em 1918. Em dezembro do mesmo ano, publicou a segunda edição, com poucas alterações. A principal mudança foi o acréscimo do terceiro item, *A explanação de Marx de 1852*, ao Capítulo 2. Apesar das poucas páginas, nesse capítulo, Lênin analisou as experiências das revoluções de 1848-1851, apresentado como centralidade as apreensões de Marx e Engels sobre o Estado. Analisando a construção histórica da obra, observamos que o acréscimo do terceiro item ocorreu após Kautsky publicar o livro *A ditadura do proletariado*, onde criticou a concepção de ditadura do proletariado defendida pelo Partido Bolchevique.

Na construção do Capítulo 2, *O Estado e a revolução: a experiência dos anos 1848-1851*, Lênin se refere aos processos revolucionários que eclodiram na Europa, em especial na França, em meados do século XIX. A consolidação do poder político da burguesia e o fortalecimento do proletariado mundial motivou o confronto dessas duas classes sociais com o regime monárquico europeu. Apesar dos interesses antagônicos, diversos processos revolucionários eclodiram como resposta às insatisfações da burguesia e do proletariado com a monarquia e a aristocracia europeia.

Como apresenta o historiador Eric Hobsbawm (1917-2012), os séculos XVIII e XIX foram marcados por profundas transformações sociais, econômicas e políticas. Em suas análises, Hobsbawm (1977) elucidou que, apesar dos avanços da ciência e da indústria, em vários países do mundo havia uma pobreza espantosa. Para a burguesia, o entrave ao desenvolvimento social era imposto pelo velho feudalismo que impedia o crescimento da livre iniciativa. Já para os socialistas, a pobreza era resultado do próprio sistema de exploração provocado pelas classes sociais dominantes.

Nesse período histórico, a monarquia continuava sendo o modo mais comum de governo. Apesar de alguns países instituírem monarquias constitucionais, como na França, a monarquia absolutista predominava em todo o mundo. De acordo com Hobsbawm (1977, p. 327-328):

Em poucas palavras, o mundo da década de 1840 se achava fora de equilíbrio. As forças de mudança econômica, técnica e social desencadeadas nos últimos 50 anos não tinham paralelo, eram irresistíveis, mesmo para o mais superficial dos observadores. Por exemplo, era inevitável que, mais cedo ou mais tarde, a escravidão ou a servidão [...] teria de ser abolida, como era inevitável que a Grã-Bretanha não poderia para sempre permanecer o único país industrializado. Era inevitável que as aristocracias proprietárias de terras e as monarquias absolutas perderiam força em todos os países e que uma forte burguesia estava se desenvolvendo, quaisquer que fossem as fórmulas ou acordos políticos que encontrassem para conservar sua situação econômica, sua influência e sua força política. Além do mais, era inevitável que a injeção de consciência política e de permanente atividade política entre as massas, que foi o grande legado da Revolução Francesa, significaria mais cedo ou mais tarde, um importante papel dessas massas na política. E dada a notável aceleração da mudança social desde 1830, e o despertar do movimento revolucionário mundial, era claramente inevitável que as mudanças – quaisquer que fossem seus motivos institucionais – não poderiam ser mais adiadas.

Para Hobsbawm (1977), a revolução era iminente. As condições de vida nas grandes cidades e nos distritos fabris empurravam os trabalhadores para uma revolução social. Nesse contexto histórico, Karl Marx e Friedrich Engels redigiram *O Manifesto do Partido Comunista*. Ao retratar “A primavera dos povos”<sup>52</sup>, Hobsbawm (1996) explicitou que no início de 1848, enquanto o pensador político francês Alexis de Tocqueville (1805-1859) discursava sobre os receios de uma revolução, Marx e Engels divulgavam os princípios da revolução proletária que Tocqueville receava. O material distribuído clandestinamente era *O Manifesto do Partido Comunista*, redigido às vésperas da revolução de 1848, a pedido da Liga dos Comunistas<sup>53</sup>. Em poucas semanas, a insurreição derrubou a monarquia, proclamou a república e iniciou a revolução europeia (HOBSBAWM, 1996, p. 27-28). Ao retratar a eclosão desses processos revolucionários, Hobsbawm (1996) elucidou:

---

<sup>52</sup> A primavera dos povos ou Revoluções de 1848 são denominações dos vários processos revolucionários que eclodiram na Europa em função dos regimes monárquicos.

<sup>53</sup> No Prefácio à edição alemã de 1872, escreveram Marx e Engels sobre *O Manifesto do Partido Comunista*: “A liga dos comunistas, associação internacional de operários, que nas condições de então, só poderia ser secreta, incumbiu os abaixo assinados, por ocasião do congresso realizado em Londres, em novembro de 1847, de escrever para fins de publicação um programa detalhado, teórico e prático do partido” (MARX; ENGELS, 2009, p. 71), sendo essa a origem do Manifesto.

Tem havido um bom número de grandes revoluções na história do mundo moderno, e certamente muitas delas foram bem sucedidas. Mas nunca houve uma que se tivesse espalhado tão rápida e amplamente, alastrando-se como fogo na palha por sobre fronteiras, países e mesmo oceanos [...]. Em poucas semanas, nenhum governo ficou de pé numa área da Europa que hoje é ocupada completamente ou parcialmente por dez Estados, sem contar as repercussões menores em um bom número de outros. Além disso, 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e, poucos anos depois, na remota Colômbia. Em certo sentido, foi o paradigma de um tipo de “revolução mundial” com o qual, dali em diante, os rebeldes poderiam sonhar e que em raros momentos, como no pós-guerra das duas Guerras Mundiais, eles pensaram poder reconhecer (HOBBSAWM, 1996, p. 28).

Apesar de sua amplitude, os processos não foram duradouros. Em poucos meses, praticamente todos os regimes derrubados foram restaurados. O legado dessas experiências históricas foram retratados por Lênin em *O Estado e a revolução*. Assim como na Comuna de Paris, os processos revolucionários que eclodiram na Europa em 1848 deixaram vários ensinamentos, dentre eles, a inevitabilidade da ditadura do proletariado. Por isso, afirmou:

A substituição do Estado burguês pelo proletariado é impossível sem a revolução violenta. A extinção do Estado proletário, ou seja, a extinção de todo o Estado é impossível de outro modo senão por meio do seu “definhamento”. Marx e Engels ofereceram desenvolvimento detalhado e concreto desses aspectos ao estudar cada situação revolucionária específica, ao analisar as lições da experiência de cada revolução específica (LÊNIN, 2017, p. 44).

Para chegar a essa conclusão, Lênin estudou profundamente várias obras de Marx e Engels, em especial: *Miséria da filosofia*, *O Manifesto do Partido Comunista*, *O 18 de brumário de Luis Bonaparte* e *A guerra Civil na França*. Ressaltamos que essas obras foram localizadas no *Caderno azul*, demonstrando, mais uma vez, a construção do seu pensamento a partir dos estudos sobre o Estado.

Retomando a construção histórica da obra *O Estado e a revolução*, o item acrescido por Lênin se refere à explanação de Marx de 1852. Trata-se de uma correspondência que Marx escreveu a Joseph Weydemeyer, em 5 de março de 1852, e que foi publicada por Franz Mehring (1846-1919) na revista Novo Tempo (*Neue Zeit*), em 1907. Lênin recorreu a essa carta para se contrapor às teorias de Kautsky sobre Estado, democracia burguesa e ditadura do proletariado. Kautsky, o principal representante da Segunda Internacional, havia publicado em agosto de 1918, *A ditadura do proletariado*, onde criticou a concepção de transição do partido bolchevique. Apesar de ter sido uma curta inclusão em *O Estado e a revolução*,

sabemos que, posteriormente, Lênin redigiu *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, com o objetivo de qualificar e confrontar as apreciações de Kautsky em *A ditadura do proletariado*.

Considerando esse contexto, dedicaremos as próximas páginas à apresentação da concepção de Lênin sobre a ditadura do proletariado. Reservamos um capítulo para analisarmos essa problemática por ser uma das principais apreensões de Lênin sobre o Estado e a transição. Como já citamos, em agosto de 1918, mesmo ano de publicação de *O Estado e a revolução*, Kautsky publicou *A ditadura do proletariado*. O principal debate apresentado pelo autor foi a sua concepção de democracia em contraposição à ditadura do proletariado defendida não somente por Lênin, mas também pelo Partido Bolchevique. Esse tema nos chama a atenção, com destaque nesta pesquisa, porque se refere à compreensão dos teóricos socialistas que consideravam a ditadura do proletariado uma ameaça à democracia.

Para se contrapor a essa concepção, Lênin afirmou que a organização do proletariado como classe dominante não poderia limitar-se a um alargamento da democracia, tal como a conhecemos, pois a democracia capitalista é sorrateira, mentirosa e hipócrita (LÊNIN, 2017, p. 114-115). A necessidade de se contrapor democracia à ditadura tomou novas proporções após a eclosão da Revolução Russa de 1917. Nos anos seguintes, diversos textos foram publicados para questionar a concepção de ditadura do proletariado defendida pelo Partido Bolchevique.

Alguns textos de Marx<sup>54</sup> foram usados por Kautsky para demonstrar a viabilidade da transformação do capitalismo para o socialismo por vias pacíficas e democráticas. Nessa concepção, o fortalecimento do proletariado como classe dominante seria suficiente para a burguesia rever suas políticas de dominação e exploração. Análises como essa levaram Lênin a afirmar que muitos teóricos socialistas não compreenderam, não quiseram compreender ou deturparam as análises de Marx sobre a ditadura do proletariado, ocultando o caráter burguês da democracia contemporânea (LÊNIN, 1896, p. 129).

Tendo em vista o exposto, um dos objetivos deste capítulo é apresentar as diferenças entre **democracia burguesa e ditadura do proletariado**, tendo como centralidade as definições identificadas na obra *O Estado e a revolução*. Ressaltamos que Kautsky foi destacado nessas análises por ser um dos principais teóricos que

---

<sup>54</sup> Sobre o pronunciamento de Marx durante a Conferência da Associação Internacional dos Trabalhadores, em Haia – 1872.

Lênin confrontou nos primeiros anos da Revolução Russa de 1917. Apresentaremos como a concepção de ditadura do proletariado surgiu no pensamento de Lênin e como está exposta em *O Estado e a revolução*. Consideramos essas análises importantes pois nos levaram a compreender as possibilidades apontadas em *O Estado e a revolução* sobre a transição do capitalismo para o comunismo.

Fotografia 13 - Lênin em Moscou durante as comemorações do 1º de maio de 1919



Fonte: LIT-QI, 2016, [s.p.].

### **3.1 Sobre o método democrático: uma polêmica com Kautsky**

Identificamos na obra diversas passagens com polêmicas entre Lênin e Kautsky. Além de reconhecê-lo como um dos principais dirigentes da social-democracia alemã e da Segunda Internacional, Lênin considerava Kautsky um importante crítico do Bolchevismo. Analisando historicamente suas atuações, observamos que ambos vivenciaram eventos que marcaram drasticamente a passagem do século XIX para o século XX. Como exemplos, podemos citar a expansão do imperialismo, a Revolução Russa de 1905, a eclosão da Primeira Guerra

Mundial, a dissolução da Segunda Internacional e a Revolução Russa de 1917. Lênin e Kautsky publicaram vários textos com suas análises sobre esses eventos.

Kautsky, inicialmente marxista, nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial aproximou-se do revisionismo<sup>55</sup>, contrapondo-se em diversos livros, artigos, revistas e jornais à inevitabilidade da revolução proletária e da ditadura do proletariado. Desde então, as divergências entre Lênin e Kautsky se aprofundaram e eles se tornaram grandes rivais políticos. Essas diferenças culminaram na elaboração da obra *A ditadura do proletariado*, escrita por Kautsky para se contrapor aos processos revolucionários russos de 1917 e à concepção de ditadura do proletariado defendida pelo Partido Bolchevique.

Antes de elucidarmos as concepções dos métodos democráticos e ditatoriais presentes na obra de Kautsky, apresentaremos alguns significados das palavras **democracia** e **ditadura**. Segundo Bobbio, na teoria contemporânea, **democracia** pode ser compreendida como governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, aqueles que gozam dos direitos da cidadania e se distingue do governo de um só (DEMOCRACIA, 1998, p. 319). Já **ditadura**, tende-se a designar todas as classes dos regimes não democráticos, no qual se concentram o poder na figura de um chefe e podem levar a personalização do poder (DITADURA, 1998, p. 372).

Considerando essas definições, viver em uma sociedade aparentemente democrática nos parece mais agradável a viver em uma sociedade onde há centralização e imposição do poder. Porém, não são essas concepções que abordaremos nesta pesquisa. Não pretendemos realizar uma separação mecânica entre esses dois conceitos, mas demonstrar como essas duas formas de governo estão expostas por Lênin em *O Estado e a revolução*.

Em *O Estado e a revolução*, a ditadura do proletariado representa a forma **transitória** na qual os interesses da maioria (proletários e camponeses) predominam sobre os interesses da minoria (burguesia). Destacamos a palavra **transitória** porque, segundo Lênin, essa organização do poder deveria existir temporariamente, seria um período de transição entre o capitalismo e o comunismo. Por isso, afirmou que o desenvolvimento das relações sociais para o comunismo se operaria por meio da

---

<sup>55</sup> O revisionismo pode ser compreendido como o movimento em que autores, embora partindo de uma premissa marxista, colocaram em questão as teorias de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo e a inevitabilidade da revolução proletária.

ditadura do proletariado, pois não há outro meio de quebrar a resistência dos capitalistas que não seja pela imposição da força (LÊNIN, 2017, p. 114).

A democracia burguesa representa a imposição dos interesses da minoria (burguesia) sobre os interesses da maioria (proletários e camponeses). Apesar de construir abstratamente e intencionalmente uma noção de igualdade, na realidade a democracia burguesa representa a perpetuação das diferenças entre as classes sociais. Em resumo, de acordo a professora Maria Angélica Borges (2017, p. 193), a ditadura do proletariado é a democracia como forma de garantir os interesses dos trabalhadores, enquanto a democracia dos capitalistas representa a ditadura sobre a força de trabalho.

Há, portanto, uma inversão dos significados dessas palavras. Na sociedade capitalista, a democracia, ao invés de representar o poder que emana do povo, como conclamam os capitalistas, na verdade, significa a dominação velada dos interesses de uma única classe. Já a ditadura do proletariado representa a democracia para a imensa maioria do povo, por meio da qual a imposição da força se torna necessária para garantir os interesses do proletariado – eis a transformação que sofre a democracia no período de transição do capitalismo ao comunismo. Como expôs Lênin (2017, p. 113):

A democracia para uma ínfima minoria, a democracia para os ricos – tal é a democracia da sociedade capitalista. Se observarmos mais de perto o mecanismo da democracia capitalista, só veremos sempre e por toda parte, restrições ao princípio democrático nos “menores”, alegadamente, detalhes da legislação eleitoral (censo domiciliário, exclusão das mulheres etc.), assim como no funcionamento das assembleias constituintes representativas, nos obstáculos de fato ao direito de reunião (os edifícios públicos não são para os “maltrapilhos”), na estrutura puramente capitalista da imprensa diária, e assim por diante e adiante. Essas limitações, essas exceções, essas exclusões e esses obstáculos para os pobres parecem insignificantes, principalmente para aqueles que nunca conheceram a necessidade e nunca conviveram com as classes oprimidas nem conheceram de perto sua vida (e, nesse caso, estão os nove décimos, senão os 99 centésimos dos publicistas e dos políticos burgueses); totalizadas, essas restrições eliminam os pobres da política e da participação ativa na democracia.

Lênin se preocupou em diferenciar democracia burguesa e ditadura do proletariado porque havia, no início do século XX, diversas organizações políticas que reivindicavam a substituição da monarquia por governos democráticos. Durante a primeira fase da Revolução Russa (fevereiro de 1917), os partidos formaram um governo provisório para determinar as novas formas de organização do poder. Segundo Lênin, existiam duas propostas (burguesia e soviets) e a sua principal

preocupação era combater a crença do proletariado e camponeses no parlamentarismo. Ele propôs transformar a revolução democrática burguesa em revolução socialista. A Duma<sup>56</sup> havia se formado após a revolução de 1905 e desde então mudanças não haviam sido realizadas. Era, portanto, uma falsa democracia que precisava ser combatida e denunciada. Ao tratar sobre essa dualidade de poderes, elucidou:

A burguesia é pelo poder único da burguesia. Os operários conscientes são pelo poder único dos soviets de deputados operários, assalariados agrícolas, camponeses e soldados, pelo poder único preparado pelo esclarecimento da consciência proletária e pela sua libertação da influência da burguesia, e não por meio de aventuras (LÉNINE, 1985, tomo 3, p. 134-135).

Ainda sobre essa dualidade, apesar de não tratar diretamente da ditadura do proletariado, em 1968 Lukács concedeu, em Budapeste, Hungria, uma entrevista para a revista *New Left Review*<sup>57</sup>, onde apresentou, dentre outras questões, as diferenças fundamentais entre democracia burguesa e democracia socialista<sup>58</sup>. Analisando historicamente a construção dessas duas formas de democracia, Lukács elucidou que a democracia burguesa surgiu com a constituição francesa de 1793, que a princípio definiu o homem cidadão de vida pública e o burguês de vida privada, sendo o primeiro agraciado com direitos políticos universais e o segundo com os interesses econômicos particulares e desiguais. Segundo Lukács, enquanto fenômeno historicamente determinado, essa divisão era fundamental para a democracia burguesa (LUKÁCS, 1981, p. 43).

Desse modo, o socialismo se constitui como a primeira organização econômica na história que não produz espontaneamente o homem econômico para

---

<sup>56</sup> Duma de Estado: órgão representativo que o governo czarista foi obrigado a convocar em consequência dos acontecimentos revolucionários de 1905. Formalmente, a Duma de Estado era um órgão legislativo, mas na prática não tinha poder real. As eleições para a Duma de Estado não eram diretas, nem iguais, nem gerais. Os direitos eleitorais da classe trabalhadora, e também das nacionalidades não russas, eram fortemente cerceados e uma parte significativa dos operários e camponeses não tinha quaisquer direitos eleitorais. A I Duma de Estado (Abril-Julho de 1906) e a II Duma de Estado (Fevereiro-Junho de 1907) foram dissolvidas pelo governo. Depois do golpe de Estado de 3 de junho de 1907, o governo publicou uma nova lei eleitoral, que limitava ainda mais os direitos dos operários, camponeses e da pequena burguesia urbana, assegurando o completo domínio do bloco reacionário dos latifundiários e dos grandes capitalistas nas III (1907-1912) e IV (1912-1917) Dumas de Estado (LÉNINE, 1985, tomo 3, p. 135)

<sup>57</sup> Revista Nova Visão da Esquerda.

<sup>58</sup> Nessa entrevista, a pergunta realizada foi: “recentes acontecimentos na Europa colocaram em pauta o problema da relação entre socialismo e a democracia. Quais são, para você, as diferenças fundamentais entre a democracia burguesa e a revolucionária democracia socialista?”.

servi-la. O socialismo é uma forma de transição, um interlúdio na passagem do capitalismo para o comunismo. De acordo com Lukács, a função da democracia socialista é, precisamente, a educação de seus membros com relação ao comunismo. Essa função é totalmente sem precedentes e não tem analogia com nenhuma outra sociedade burguesa (LUKÁCS, 1981, p. 43). Como alertou Lênin em *O Estado e a revolução*:

Só na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas estiver perfeitamente quebrada, quando os capitalistas tiverem desaparecido e já não houver classes (isto é, quando não houver mais distinção entre os membros da sociedade em relação à produção), só então é que “o Estado deixará de existir e *será possível falar de liberdade*”. Só então se tornará possível e será realizada uma democracia verdadeiramente completa e cuja regra não sofrerá exceção nenhuma. E só então a democracia *começará* a definir – pela simples circunstância de que, desembaraçados da escravidão capitalista, dos horrores, da selvageria, da insânia, da ignomínia sem nome da exploração capitalista, os indivíduos vão se *habituam*, pouco a pouco, a observar as regras elementares da vida social, por todos conhecidas e repetidas, há milênios, em todos os mandamentos, a observá-las sem violência, sem constrangimento, sem subordinação, *sem esse aparelho especial* de coação que se chama Estado (LÊNIN, 2017, p. 115).

Consideramos essa delimitação importante porque o debate entre democracia e ditadura, mais especificamente entre democracia burguesa e ditadura do proletariado, influenciou os programas de importantes partidos comunistas que surgiram na primeira metade do século XX<sup>59</sup>. Ousamos afirmar também que, na atualidade, essas duas concepções de organização do poder ainda incidem sobre os partidos políticos que reivindicam o leninismo, mas questionam a viabilidade ou inevitabilidade da ditadura do proletariado como política de Estado. Entretanto, se hoje essa concepção do proletariado organizado como classe dominante se apresenta como uma forma de governo distante ou mesmo inviável para muitos partidos comunistas, em 1917 a ditadura do proletariado tornou-se uma das principais políticas de Estado reivindicada por Lênin e pelo Partido Bolchevique.

---

<sup>59</sup> Como o Partido Comunista da China ou o Partido Comunista de Cuba.

Fotografia 14 - Reunião dos soviets em 1917



Fonte: TROTSKY, 2019, [s.p.].

Retomando Kautsky (1979), em *A ditadura do proletariado*, o principal dirigente teórico da Segunda Internacional iniciou sua obra apresentando uma problemática: pela primeira vez na história mundial, uma revolução permitiu que um partido socialista tomasse a direção de um grande país. Nesse aspecto, a Revolução Russa se tornou mais relevante que a própria Comuna de Paris. No entanto, apesar da sua importância e abrangência, uma grande diferença se estabeleceu entre esses dois processos revolucionários. Enquanto “a Comuna de Paris foi obra de todo o proletariado, todas as correntes socialistas dela participaram, nenhuma foi excluída nem se omitiu”, na Revolução Russa apenas uma organização exerceu o seu poder. O partido socialista que chegou ao poder (Bolcheviques), tomou-o lutando contra os outros partidos socialistas (Mencheviques, Socialistas Revolucionários etc.) (KAUTSKY, 1979, p. 3). Havia, portanto, dois métodos fundamentalmente opostos em curso, que precisavam ser esclarecidos.

A oposição das duas correntes socialistas não se funda em mesquinhas rivalidades entre indivíduos, mas é a oposição de dois métodos fundamentalmente diferentes: o método *democrático* e o método *ditatorial*. As duas correntes querem a mesma coisa: a emancipação do proletariado e com

ele a emancipação da humanidade pela via do socialismo. Mas, o caminho escolhido por uns é tido pelos outros como falso e conduzido apenas à ruína (KAUTSKY, 1979, p. 3).

Nessa citação, identificamos o cerne da questão: a diferença estabelecida entre democracia e ditadura ou, como exposto por Kautsky (1979), entre o método democrático e o método ditatorial. Kautsky (1979) escreveu *A ditadura do proletariado* após a eclosão dos processos revolucionários russos de 1917, com primeira publicação em agosto de 1918. Nesse período, a Rússia enfrentava, internamente, uma guerra civil e, externamente, sua saída da Primeira Guerra Mundial<sup>60</sup>. Para Kautsky, esse era o contexto em que os partidos socialistas precisavam se posicionar, por isso afirmou:

O dever de nosso partido, frente a essa luta fratricida na Rússia, é o de não tomar partido nem por um nem por outro, enquanto não examinarmos a fundo os argumentos dos dois campos [...] Eis porque vamos examinar, mais longamente, a importância que representa a democracia para o proletariado, o que é preciso entender por ditadura do proletariado e quais são as condições criadas pela ditadura como método de governo em prol da emancipação do proletariado (KAUTSKY, 1979, p. 4).

Ao prosseguir em suas análises, Kautsky (1979, p. 6) afirmou que o socialismo sem democracia não é digno de consideração. Para ele, não se pode opor democracia e socialismo, ao afirmar que um é meio e outro é fim. O socialismo, como meio de emancipação do proletariado, é impensável sem democracia. Desse modo, os dois são meios para se atingir ao mesmo fim, a abolição de qualquer espécie de exploração e opressão. Além da organização coletiva da produção, a organização democrática da sociedade também seria fundamental para o sucesso do socialismo. Por isso, reafirmou que não há socialismo sem democracia.

No entanto, apesar do socialismo não existir sem democracia, é possível que uma “democracia pura” seja alcançada sem socialismo. Como exemplo, apresentou as relações estabelecidas com as comunidades de camponeses pobres

---

<sup>60</sup> Sobre esse período histórico, Lukács (2012, p. 90) elucidou: “Mas que conjuntura para a realização do socialismo é encontrada pelo proletariado russo que chegou ao poder? Em primeiro lugar, um capitalismo monopolista relativamente desenvolvido, em meio a um processo de desmoronamento causado pela guerra mundial, num país agrário atrasado, cujo campesinato só podia se libertar dos grilhões dos resquícios feudais em conjunto com a revolução proletária. Em segundo lugar, fora da Rússia, um ambiente capitalista hostil, disposto a empregar todas as armas à sua disposição contra o Estado operário e camponês recém-surgido e que seria forte o suficiente para esmagá-lo militar e economicamente, se não tivesse tão dividido pelas crescentes contradições do capitalismo imperialista, por rivalidades etc. de que o proletariado soube se aproveitar a seu favor”.

que se baseavam na propriedade privada da produção, permitindo igualdade completa das condições econômicas. Desse modo, pode-se dizer que a “democracia é possível sem o socialismo, e que pode mesmo ser realizada antes dele” (KAUTSKY, 1979, p. 6-7).

A democracia constitui a base indispensável para a construção de um modo de produção socialista. É somente graças aos efeitos da democracia que o proletariado alcança a necessária maturidade para a realização do socialismo; a democracia, finalmente, lhe fornece o indicador mais seguro de sua maturidade. Existem duas fases, ou seja, a preparação para o socialismo e o socialismo realizado, sendo que as duas têm necessidades da democracia; entre as duas encontra-se uma fase transitória: é o momento que se segue à conquista do poder político pelo proletariado e que precede à edificação do socialismo no plano econômico (KAUTSKY, 1979, p. 29).

Como é possível observar, a contraposição entre democracia e ditadura é o grande debate estabelecido entre Lênin e Kautsky. No mesmo ano em que Kautsky publicou essas afirmações, Lênin escreveu um texto para se contrapor ao principal dirigente da Segunda Internacional. *Sobre democracia e ditadura* foi escrito em dezembro de 1918 e direcionado, principalmente, aos partidos comunistas da Áustria e da Alemanha. Nesse texto, Lênin afirmou que a principal questão da revolução foi a contraposição entre assembleia constituinte e o poder dos soviets. Kautsky defendeu a assembleia constituinte em oposição à ditadura do proletariado, criando inclusive uma nova nomenclatura que ficou conhecida como “democracia pura” (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 128). Para Lênin, Kautsky falou em “democracia pura” para enganar as massas, ocultando o caráter burguês da democracia contemporânea:

Que a burguesia continue a conservar nas suas mãos todo o aparelho do poder de Estado, que um punhado de exploradores continue a utilizar a anterior máquina de Estado burguesa! A burguesia, compreensivelmente, gosta de designar as eleições realizadas em tais condições como *livres, iguais, democráticas, universais*, pois essas palavras servem para dissimular a verdade, para dissimular o fato de que a propriedade dos meios de produção e o poder político continuam nas mãos de exploradores, de que por isso não se pode falar de liberdade real, de igualdade real para os explorados, isto é, para a imensa maioria da população. Para a burguesia, é vantajoso e necessário ocultar ao povo o caráter burguês da democracia contemporânea, apresentá-la como democracia em geral ou democracia pura (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 129).

Para Lênin, ao defender essa concepção, Kautsky abandonou de fato o ponto de vista do proletariado e passou a defender a burguesia. Por isso, Lênin retomou *O Manifesto do Partido Comunista* para se contrapor à concepção de

adaptação ou conciliação com o Estado burguês. No prefácio de 1872, Marx e Engels afirmaram que o proletariado não deveria simplesmente tomar a máquina do Estado e colocá-la funcionando para atingir seus objetivos. O proletariado deveria quebrar, destruir essa velha forma de organização do poder. Para Lênin, ao escrever *A Ditadura do proletariado*, Kautsky ocultou essa importante defesa marxista pois, intencionalmente, não apresentou para o proletariado o pensamento de Marx e Engels sobre o Estado (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 129). Lênin afirmou que, além de deturpar o marxismo, as concepções políticas defendidas pelo principal representante da Segunda Internacional provocavam diversas confusões no movimento operário.

Falar de democracia pura, de democracia em geral, de igualdade, de liberdade de direitos gerais, quando os operários e todos os trabalhadores estão famintos, têm falta de roupa, estão arruinados, extenuados não apenas pela escravidão assalariada capitalista mas também por uma guerra de pilhagem de quatro anos, enquanto os capitalistas e especuladores continuam a deter a sua propriedade roubada e o aparelho do poder do Estado já pronto é trocar dos trabalhadores e dos explorados. Isso é espezinhar as verdades fundamentais do marxismo, que ensinou aos operários: deveis utilizar a democracia burguesa como um enorme progresso histórico em comparação com o feudalismo, mas não esqueçais nem por um instante o caráter burguês dessa democracia, o seu caráter historicamente relativo e limitado, não partilheis a fé supersticiosa no Estado, não esqueçais que o Estado, mesmo na república mais democrática, e não apenas na monarquia, não é outra coisa senão uma máquina para a opressão de uma classe por uma outra (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 129-130).

Em contraposição a essa política de conciliação de classes, os comunistas disseminaram aos trabalhadores a ideia de que a república democrática, a assembleia constituinte e o sufrágio universal eram, na verdade, a ditadura da burguesia. E, para libertar o trabalho do jugo do capital, não haveria outro caminho senão a substituição dessa ditadura pela ditadura do proletariado. Só a ditadura do proletariado poderia libertar a humanidade da mentira, da falsidade, da hipocrisia da democracia burguesa (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 130). A tese de Lênin sobre essas duas concepções de ditaduras estão claras tanto no texto *Sobre a democracia e a ditadura*, quanto na obra *O Estado e a revolução*. O autor demonstrou que a ditadura do proletariado é a forma encontrada para garantir os interesses dos trabalhadores. Já a democracia capitalista é a ditadura velada de uma minoria que oprime e explora a maioria.

Lênin apontou o exemplo da liberdade de reunião e de imprensa, partindo da defesa que Kautsky e outros teóricos socialistas faziam junto aos operários da Alemanha sobre as eleições para a assembleia constituinte, afirmando que eram

democráticas. No entanto, os capitalistas, os exploradores, os latifundiários e os especuladores detinham os melhores edifícios para realizarem suas reuniões, grande parte das reservas de papel, das tipografias, etc. Para Lênin, o operário da cidade, o assalariado agrícola e o jornaleiro do campo estão de fato afastados da democracia, tanto pelo direito à propriedade privada, quanto pelo próprio aparelho burguês de Estado (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 130). Esses exemplos que Lênin apresentou à assembleia constituinte alemã poderiam ser aplicados a outros países, como a Rússia. Por isso afirmou:

A atual liberdade de reunião e de imprensa, na república democrática (democrática burguesa) alemã é uma mentira e uma hipocrisia, pois de fato é a liberdade para os ricos de comprar e corromper a imprensa, a liberdade dos ricos de intoxicar o povo com as mentiras burguesas dos jornais, a liberdade dos ricos de manter como sua propriedade as casas senhoriais, os melhores edifícios, etc. A ditadura do proletariado retirará aos capitalistas, em proveito dos trabalhadores, as casas senhoriais, os melhores edifícios, as tipografias, os depósitos de papéis (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 130-131).

Ao antecipar os questionamentos das correntes socialistas, Lênin previu que Kautsky e seu seguidores afirmariam que isso seria a “substituição da democracia de todo o povo, pura, pela ditadura de uma classe” (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 131). Para confrontar essa concepção, logo respondeu:

É falso, respondemos nós. Isso será a substituição da ditadura efetiva da burguesia (ditadura hipocritamente encoberta pelas formas da república democrática burguesa) pela ditadura do proletariado. Será a substituição da democracia para os ricos pela democracia para os pobres. Será a substituição da liberdade de reunião e de imprensa para a minoria, para os exploradores, pela liberdade de reunião e de imprensa para a maioria da população, para os trabalhadores. Será um alargamento gigantesco, de dimensão histórica mundial, da democracia, a sua transformação de mentira em verdade, a libertação da humanidade das grilhetas do capital, que deturpa e mutila toda a democracia burguesa, mesmo a mais democrática e republicana. Será a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário, substituição que é o único caminho para a extinção do Estado em geral (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 131).

Prosseguindo no seu raciocínio, Lênin antecipou os questionamentos de seus adversários políticos para respondê-los: “Mas por que não é possível alcançar esses objetivos sem a ditadura de uma classe? Por que não é possível passar para uma “democracia pura” sem antes passar pela ditadura do proletariado?” (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 131).

Nós respondemos: porque em qualquer sociedade capitalista a importância decisiva pode caber ou à burguesia ou ao proletariado, enquanto os pequenos patrões permanecem inevitavelmente vacilantes, impotentes, sonhando estupidamente com a democracia pura, isto é, fora das classes ou acima das classes. Porque não se pode sair de uma sociedade em que uma classe oprime outra senão através da ditadura da classe oprimida. Porque só o proletariado é capaz de vencer a burguesia, de derrubá-la, pois é a única classe que foi unida e educada pelo capitalismo e que é capaz de arrastar atrás de si a massa vacilante dos trabalhadores que vivem como pequenos burgueses, de arrastá-la atrás de si ou pelo menos de neutralizá-la. Porque só melífluos pequenos burgueses e filisteus podem sonhar, enganando-se a si próprios e aos operários com esses sonhos, com o derrubamento do jugo do capital sem uma longa e difícil repressão da resistência dos exploradores (LÊNINE, 1986, tomo 4, p. 131-132).

Ao escrever esse texto para os trabalhadores da Áustria e da Alemanha, Lênin estabeleceu a diferença categórica entre democracia capitalista e ditadura do proletariado. Em uma campanha aberta contra Kautsky, denunciou a política de conciliação de classes pretendida pelas correntes socialistas. Por isso, afirmou, ao final do texto, que somente a substituição do Estado burguês por um Estado do tipo dos soviets seria capaz de abrir o caminho para o socialismo (LÊNIN, 2017, p. 132).

Em *O Estado e a revolução*, Lênin incluiu a explanação de Marx no segundo capítulo, pois compreendeu que os posicionamentos de Kautsky contra a ditadura do proletariado incidia diretamente sobre o movimento operário russo e europeu. Como apresentado anteriormente, Kautsky era um dos principais dirigentes e teóricos da social-democracia alemã e da Segunda Internacional. Apesar das diferenças ideológicas e das conotações recorrentemente depreciativas, Lênin reconhecia seu adversário político como um grande teórico socialista. Por isso, combateu duramente seus posicionamentos em diversos escritos.

Apesar de pontuar suas diferenças na segunda edição de *O Estado e a revolução* (dezembro de 1918), o aprofundamento da crítica sobre *A ditadura do proletariado* se revelou em outra obra. Em *A revolução proletária e o renegado Kautsky* (novembro de 1918), Lênin elucidou detalhadamente todas as contradições presentes na brochura do principal representante da Segunda Internacional. Ao analisarmos esse texto, identificamos um estudo minucioso, em um claro movimento de leitura e análise imanente.

Reconstituir essa cronologia se tornou fundamental para compreendermos por que Lênin incluiu na segunda edição de *O Estado e a revolução*, em plena guerra civil russa, outras análises sobre a ditadura do proletariado. Em essência, Lênin avaliou que uma deformação da doutrina de Marx sobre o Estado estava sendo

amplamente divulgada. Na brochura publicada em agosto de 1918, Kautsky recorreu ao próprio Marx para combater a concepção de proletariado organizado como classe dominante. Antes de apresentar a citação de Marx, Kautsky analisou:

Sem dúvida, quando num Estado democrático o proletariado ganha força, deve-se esperar tentativas da classe dominante no sentido de impedir, por meios repressivos, a realização da democracia pela classe ascendente. Mas, mesmo assim, a inutilidade da democracia para o proletariado não está provada. Se nas condições descritas, as classes dominantes recorrem à violência, é porque elas receiam, sobretudo, as consequências da democracia (KAUTSKY, 1986, p. 7).

Para Kautsky, a constituição de um Estado democrático possibilitaria, por vias pacíficas, a substituição de poderes da burguesia pelo proletariado. Nessa etapa, os operários seriam tão numerosos e poderosos que poderiam tomar o poder político pela simples aplicação das liberdades dadas. Assim, a ditadura capitalista enfrentaria muitas dificuldades para mobilizar os instrumentos de repressão necessários à supressão violenta da democracia (KAUTSKY, 1986, p. 8). Prosseguindo com a construção desse pensamento, Kautsky usou uma citação de Marx ([s.d.]) expressando que, em alguns países, seria possível o proletariado tomar o poder político por vias pacíficas:

O operário deve tomar um dia a supremacia política para assentar a nova organização do trabalho, deve derrubar a velha política que sustenta as velhas instituições, sob pena de nunca ver, tal como os antigos cristãos, que a tinham desprezado e desdenhado, o seu reino deste mundo. Mas de modo nenhum pretendemos que para chegar a esse objetivo os meios fossem idênticos. Sabemos que há que ter na devida conta as instituições, os costumes e as tradições dos diferentes países; e não negamos que existem países como a América, a Inglaterra, e se conhecesse melhor as vossas instituições, acrescentaria a Holanda, onde os trabalhadores podem atingir o seu objetivo por meio pacíficos (MARX, [s.d.], [s.p.]).

Kautsky, ao prosseguir com a citação, finalizou com a seguinte frase retribuída à Marx (s.d.): “mas, esse não é o caso de todos os países”. No texto original, há o seguinte complemento:

Se isto é verdade, também devemos reconhecer que na maior parte dos países do continente a força é que deve ser a alavanca das nossas revoluções; é à força que se terá de fazer apelo por algum tempo a fim de estabelecer o reino do trabalho (MARX, [s.d.], [s.p.]).

Esse foi um discurso de Marx durante o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, realizado em Haia (Holanda), em 8 de setembro de 1872. De acordo com o relato da imprensa da época, os trabalhos foram dirigidos pessoalmente por Marx e Engels que lançaram as bases para a criação de partidos da classe operária em diferentes países do mundo (1872..., [s.d.]). Sobre a participação de Marx e Engels nesse Congresso:

Depois do fim dos trabalhos do Congresso da Haia, Marx, juntamente com outros delegados, foi a Amsterdã a um encontro com a secção local da Internacional. Em 8 de Setembro pronunciou num comício um discurso sobre os resultados do Congresso da Haia. Defendendo incansavelmente a ideia da revolução proletária e da ditadura do proletariado, Marx deu no seu discurso um exemplo de uma abordagem criadora da solução da questão das formas de passagem dos diferentes países do capitalismo para o socialismo de acordo com às condições históricas concretas, a distribuição e a correlação das forças de classe. Avançou e fundamentou a tese de que, paralelamente à violência revolucionária — meio inevitável, naquelas condições, de estabelecimento e manutenção da ditadura do proletariado na maioria esmagadora dos países —, em alguns países (Inglaterra, Estados Unidos e talvez a Holanda), devido a determinadas condições históricas que neles existiam (ausência de um aparelho burocrático e militarista desenvolvido), o proletariado poderia alcançar a sua dominação sem recorrer à violência revolucionária (1872..., [s.d.], [s.p.]).

Analisando a brochura de Kautsky (1979), observamos que em *A ditadura do proletariado* ele questionou se a esperança de Marx, em tomar o poder político pela via pacífica, um dia se realizaria. Caso fosse possível, concessões seriam necessárias porque haveria o reconhecimento da força crescente do proletariado. Nesses casos, a ampliação dos direitos civis, como o voto, por exemplo, seriam considerados uma das grandes conquistas do proletariado.

Hoje, não podemos ainda prever em que medida a democracia influenciará, nos diferentes países, o desenvolvimento da tomada do poder político pelo proletariado, nem até que ponto deixará, de uma parte ou de outra, de recorrer a métodos violentos, substituindo-os unicamente por meio pacíficos. Em todo caso, a existência da democracia não deixa de ter importância. Em uma república democrática onde os direitos do povo estão enraizados desde decênios, e mesmo séculos, direitos que o povo conquistou recorrendo à revolução, que tem mantido ou expandido, obrigando também a classe dominante a respeitar a massa do povo, as formas de transição serão, certamente, diferentes do que num Estado ou tirania militar que até o presente tenha empregado, sem restrições, os mais violentos instrumentos de repressão, habituando-se a mantê-la subjugada (KAUTSKY, 1979, p. 9).

Ao refutar a forma como Kautsky usou a citação de Marx, Lênin elucidou que a ditadura do proletariado é o emprego da força contra a burguesia. Esse emprego

da força torna-se necessário, principalmente, por causa do militarismo e do burocratismo do Estado burguês. Quando Marx discursou no Congresso da Haia, não existiam o militarismo e o burocratismo na Inglaterra e na América (Estados Unidos), pois só foram constituídos anos mais tarde. Há, portanto, uma falsificação da história quando a citação é apresentada isoladamente, sem seu verdadeiro contexto.

O capitalismo anterior aos monopólios, que encontrava o apogeu em 1870, distinguia-se, em virtude de seus atributos econômicos essenciais, particularmente típicos na Inglaterra e na América, pelo máximo de pacifismo e liberalismo possíveis sob esse regime. O imperialismo, isto é, o capitalismo monopolizador, cuja maturidade data apenas do século XX, distingue-se, em virtude de seus atributos econômicos, pelo mínimo de pacifismo e de liberalismo, e pelo desenvolvimento máximo de militarismo no mundo inteiro. Não tomá-lo em consideração, quando se examina até que ponto a revolução pacífica ou violenta é certa ou provável, é rebaixar-se ao nível de vulgar lacaio da burguesia (LENIN, 1979, p. 102).

Ao resgatar a explanação de Marx de 1852, 20 anos antes da sua participação no Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, Lênin contestou as análises de Kautsky sobre a transformação pacífica da sociedade capitalista. A carta enviada por Marx a Weydemeyer, continha o seguinte raciocínio:

No que se refere a mim, não me cabe o mérito de haver descoberto nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes, e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção. 2) que a luta de classes conduz, necessariamente à ditadura do proletariado; 3) que essa ditadura nada mais é que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes (MARX, 1907, [s.p.]<sup>61</sup> *apud* LÊNIN, 2017, p. 56).

Para Lênin, com essas palavras Marx apresentou a essência da sua doutrina sobre o Estado. Ao contrário do que muitos afirmaram, a principal doutrina de Marx não é a luta de classes, o seu surgimento ou existência. Essa incorreção possibilita a deturpação oportunista do marxismo porque “a doutrina da luta de classes foi criada **não** por Marx, **mas** pela burguesia, antes de Marx” (LÊNIN, 2017, p. 56).

Quem reconhece apenas luta de classes ainda não é marxista, pode estar restrito aos limites do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à doutrina da luta de classes significa restringir o marxismo,

---

<sup>61</sup> MARX, Karl. Brief an Joseph Weydemeyer in New York. 5. März 1852. In: MEHRING, Franz. Neue Zeit, n. 13, 1907.

deturpá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que expande o reconhecimento da luta de classes até o reconhecimento da *ditadura do proletariado* (LÊNIN, 2017, p. 57).

Segundo Lênin, essa é a diferença mais profunda entre o marxista e o burguês, reconhecer a luta de classes até a admissão da ditadura do proletariado. Nesse sentido, não basta administrar o Estado burguês, é preciso, antes de tudo, destruí-lo. Ao criticar as correntes socialistas que deturparam esses ensinamentos, Lênin demonstrou em seus escritos que não é possível realizar uma leitura das obras de Marx e Engels de acordo com os interesses pessoais e políticos. Antes de tudo, é preciso demonstrar quais concepções de democracia e ditadura estão presentes no pensamento marxiano. Para Lênin, somente quando a história colocou para a classe operária a dicotomia entre democracia burguesa e ditadura do proletariado que Kautsky e seus seguidores negaram a concepção de proletariado organizado como classe dominante. Por isso, na inclusão de *O Estado e a revolução*, Lênin elucidou:

A brochura de Kautsky *A ditadura do proletariado*, publicada em agosto de 1918, ou seja, muito tempo depois da primeira edição do presente livrinho, é um modelo de deturpação filistina do marxismo e de sua infame renegação de fatos, simultaneamente com seu reconhecimento hipócrita em palavras (ver meu texto *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, Petrogrado e Moscou, 1918) (LÊNIN, 2017, p. 57).

Lênin considerou a publicação de Kautsky oportunista ao limitar o reconhecimento da luta de classes ao domínio das relações burguesas. O que diferiu Marx dos pensadores burgueses foi justamente a extensão da luta de classes ao reconhecimento da necessidade do proletariado como classe dominante período no qual a transição de capitalismo para o comunismo ocorrerá, a partir da derrubada e completa extinção da burguesia. Para Lênin, esse será o momento em que o Estado deve necessariamente ser um Estado democrático de uma maneira nova (para proletários e despossuídos em geral) e ditatorial de uma maneira nova (contra a burguesia) (LÊNIN, 2017, p. 57-58). Assim, Lênin finalizou a inclusão do seu texto em *O Estado e a revolução*:

A essência da doutrina de Marx sobre o Estado só foi assimilada pelos que compreenderam que a ditadura de uma única classe é necessária não apenas para qualquer sociedade de classes em geral, não só para o proletariado que derrubou a burguesia, mas também para a totalidade do período histórico que separa o capitalismo da “sociedade sem classes”, do comunismo. As formas dos Estados burgueses são extraordinariamente

variadas, mas sua essência é apenas uma: em última análise, todos esses Estados são, de uma maneira ou de outra, obrigatoriamente, uma ditadura da burguesia. A transição do capitalismo para o comunismo, está claro, não pode deixar de dar enorme profusão e variedade de formas políticas, mas sua essência será inevitavelmente uma só: a ditadura do proletariado (LÊNIN, 2017, p. 58).

Apesar das poucas páginas, a inclusão deste texto na segunda edição de *O Estado e a revolução* demonstra a preocupação de Lênin com a campanha lançada pelos teóricos socialistas contra a concepção de ditadura do proletariado defendida pelo Partido Bolchevique. Por isso que, além dessa inclusão, Lênin redigiu *Sobre democracia e ditadura* e, posteriormente, *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, ainda em 1918.

Como será apresentado a seguir, Lênin manifestou em diversos escritos as diferentes formas de ditadura do proletariado e suas tarefas de organização como classe dominante. Em 1905, por exemplo, publicou no jornal *Vperiod* (Adiante) o artigo *A ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato*, considerando que, naquela época, os camponeses representavam a maioria da população. Com o decorrer dos anos, a concepção leniniana sobre a ditadura do proletariado passou por diversas modificações conceituais e ideológicas até chegar na formulação apresentada em *O Estado e a revolução*.

Como é notório, Marx e Engels não elaboraram mecanicamente uma teoria sobre a tomada do poder pelo proletariado. Apesar disso, jamais defenderam a mudança gradativa e espontânea da sociedade. Segundo Lênin, para Marx e Engels, do capitalismo para o socialismo deveria existir um período transitório no qual o Estado só poderia ser o proletariado organizado como classe dominante. Essa será a apreensão apresentada por Lênin em *O Estado e a revolução* e elucidada por nós a seguir.

### **3.2 Ditadura do proletariado: primeiros escritos**

Em janeiro de 1905, milhares de pessoas foram mortas pela guarda imperial czarista. Em frente ao Palácio de Inverno, em São Petersburgo, a caminhada liderada pelo padre ortodoxo George Gapon (1870-1906)<sup>62</sup>, resultou na repressão dos

---

<sup>62</sup> Na biografia de Lênin, organizada pela Edições Avante!, consta que o padre George Gapon era, na verdade, um agente da polícia secreta czarista, infiltrado no movimento operário. Desse modo, a repressão realizada no dia 09 de janeiro de 1905 teria sido orquestrada pelo próprio governo com o

trabalhadores que foram recebidos com balas e canhões. Estima-se que milhares de homens e mulheres foram mortos, dentre eles muitas crianças e idosos, provocando grande revolta e comoção nacional. Conhecido como Domingo Sangrento, esse dia marcou o início das transformações sociais, econômicas e políticas reivindicadas pelos operários russos, culminando na primeira onda de greves e manifestações do século XX. Devido aos seus ensinamentos e à sua importância histórica e política, a Revolução Russa de 1905 foi considerada por Lênin o ensaio geral para a Revolução de 1917.

Após o Domingo Sangrento, diversas greves e manifestações foram organizadas com o objetivo de pressionar o Império russo a abolir suas políticas de perpetuação das desigualdades sociais. Nesse contexto, havia duas posições no interior do POSDR sobre os objetivos da insurreição: enquanto os Bolcheviques defendiam a abolição do czarismo e a instauração de uma assembleia constituinte, os Mencheviques acreditavam que a burguesia deveria liderar a república que seria constituída após a queda do czarismo. Dessa forma, as forças produtivas deveriam ser desenvolvidas para que uma revolução socialista acontecesse décadas depois.

Louis Fischer (1905) afirma que Lênin e os Bolcheviques não foram os protagonistas da Revolução Russa de 1905. Em sua opinião, os processos revolucionários representaram mais um movimento espontâneo do que uma rebelião dirigida. “Muita infelicidade se havia acumulado nas classes menos favorecidas da sociedade russa. Um abismo separava a corte do resto da população” (FISCHER, 1976, p. 66). Nessa época, Lênin se encontrava em Genebra, mas a todo momento solicitava aos membros do Partido Bolchevique correspondências com informações sobre os processos revolucionários que eclodiam nas fábricas e nas cidades (FISCHER, 1967, p. 66-67). Apesar da distância, produziu diversas análises sobre esses acontecimentos, chegando a publicar sucessivos artigos em panfletos, revistas e jornais. Em suas obras completas e escolhidas, identificamos os textos que foram redigidos logo nos primeiros dias da revolução. Em 12 de janeiro de 1905, por exemplo, escreveu o artigo *O começo da revolução na Rússia*, para ser publicado na revista *Vperiod*, onde afirmou:

---

objetivo de intimidar a organização e as atividades políticas do movimento operário russo (IML, 1984, p. 114).

O proletariado deve seguir sempre o seu caminho independente, sem enfraquecer a sua ligação com o partido social-democrata e tendo presentes os seus grandes objetivos finais, a libertação da humanidade inteira de toda a exploração. Mas esta independência do partido proletário social-democrata nunca nos poderá levar ao esquecimento da importância da arremetida revolucionária comum no momento da atual revolução. Nós sociais-democratas [sic], podemos e devemos marchar independentemente dos revolucionários da democracia burguesa, guardando a independência de classe do proletariado, mas devemos marchar ombro a ombro durante a insurreição, ao deferir golpes diretos ao tzarismo, ao fazer frente à tropa, ao assaltar as bastilhas do inimigo maldito de todo o povo russo (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 379).

A eclosão dos processos revolucionários permitiu que a social-democracia disputasse a direção do movimento. Ao lembrar posteriormente esse período histórico, Lênin afirmou que havia na época três correntes políticas principais: liberal-burguesa, democrática pequeno-burguesa (Mencheviques e Socialistas Revolucionários) e proletária revolucionária (Bolcheviques) (LÉNINE, 1986, tomo 5, p. 92). Apesar da relevância das três correntes, nesse momento, nos interessa as diferenças estabelecidas entre Bolcheviques e Mencheviques, principalmente em relação às concepções sobre o proletariado organizado como classe dominante.

Como assinalou no artigo *Duas táticas*, publicado em 14 de fevereiro de 1905, desde o surgimento do movimento operário russo, existiu entre a social-democracia profundas divergências quanto às questões táticas (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 127). No interior do Partido Bolchevique, Lênin defendeu o armamento imediato da população, a derrubada do governo autocrático e a instauração de um governo provisório revolucionário composto por operários, camponeses e a pequena burguesia. Reivindicou também a imediata convocação da Assembleia Constituinte, eleita por sufrágio universal, com voto direto, igual e secreto (LÉNINE, 1986, tomo 4, p. 378). Em outras palavras, Lênin defendeu a realização de uma revolução burguesa por meio de uma luta democrática revolucionária.

O caráter burguês da revolução democrática exprime-se, entre outras coisas, no fato de que toda uma série de classes, grupos e camadas sociais, que se colocam completamente no terreno do reconhecimento da propriedade privada e da economia mercantil, e que são incapazes de sair destes limites, chegam, pela força das coisas, a reconhecer a inutilidade da autocracia e de todo o regime de servidão em geral, e aderem à reivindicação da liberdade (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 262).

Nesse contexto, Lênin apresentou, pela primeira vez, a consigna da ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato, cujo órgão

político seria o governo provisório revolucionário. O objetivo era impedir, através da força, o retorno da autocracia czarista e o domínio político da grande burguesia. Por isso, ressaltou que a composição do governo provisório revolucionário não deveria contar com a grande burguesia e os latifundiários, mas sim com operários, camponeses e pequena burguesia. Contrariamente, os Mencheviques afirmavam que a revolução democrática burguesa resultaria da ascensão da burguesia ao poder.

Os mencheviques consideravam como principal tarefa da social-democracia e da classe operária não assustar a burguesia com seu revolucionarismo excessivo. Na medida em que os mencheviques atribuíam à burguesia o papel dirigente na revolução, minimizavam não apenas o papel da classe operária, mas também o papel do partido proletário como dirigente e organizador das massas (IML, 1984, p. 119).

Nesse contexto histórico, Lênin aprofundou sua teoria sobre o proletariado organizado como classe dominante, apresentando como primeira concepção a ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato. De acordo com os estudos realizados, os primeiros escritos de Lênin datam dos primeiros meses de 1905. Tamás Krausz (2017) afirma que será no contexto da Revolução Russa de 1905 e na realização do III Congresso do POSRD que “Lênin, pela primeira vez na história do partido, aventou a possibilidade da revolta armada. Antes disso, estudara tais assuntos apenas como um conjunto de questões práticas e teóricas” (KRAUSZ, 2017, p. 71).

De acordo com a Edições Avante! (LÉNINE, 1984, tomo 1), no artigo *Novas tarefas, novas forças*, Lênin formulou, pela primeira vez, a palavra de ordem “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”. Logo na sequência, publicou *A social-democracia e o governo provisório e A ditadura democrática do proletariado e do campesinato*. Esses textos tinham o objetivo de diferenciar as táticas defendidas pelo Bolchevismo das táticas do Menchevismo. Após a realização do III Congresso do POSDR, Lênin aprofundou sua teoria na obra *Duas táticas da social democracia na revolução democrática*, onde apresentou as resoluções do Congresso e expôs, dentre outras formulações teóricas, a concepção de ditadura do proletariado segundo Marx.

Nos primeiros meses da Revolução Russa, Lênin demonstrou sua preocupação em contrapor as políticas do Partido Bolchevique às políticas dos outros partidos, que apresentavam para o movimento operário novas formas de organização.

Sobre essa contraposição, é importante destacarmos que os processos revolucionários, eclodidos em 1905, colocaram em movimento diversos partidos que atuavam na Rússia como os Bolcheviques, Mencheviques, Socialistas Revolucionários e Anarquistas. Além desses, havia os partidos e movimentos vinculados à burguesia nacional. Nesse contexto, os partidos políticos elaboravam suas táticas na revolução, de acordo com os interesses de sua classe. Por isso que ainda em Genebra, Lênin alertou o Partido Bolchevique:

Quanto mais se amplia o movimento popular, tanto mais se revela a verdadeira natureza das diferentes classes, tanto mais premente é a tarefa do partido de dirigir a classe, de ser o seu organizador, e não de se arrastar atrás dos acontecimentos [...] quanto mais amplas forem as novas e novas torrentes do movimento social tanto mais importante é uma organização da social-democrata sólida que seja capaz de criar novos canais para estas torrentes. Quanto mais trabalhares a nosso favor a propaganda e agitação democráticas que se processam independente de nós, tanto mais importante é a direção organizada da social-democracia para salvaguardar a independência de classe operária em relação à democracia burguesa (LÊNINE, 1984, tomo 1, p. 141).

Nessa disputa, o Partido Bolchevique também elaborou sua política de intervenção apresentando a proposta de instauração do governo democrático provisório, que seria resguardado por meio da ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato. Publicado no jornal *Vperiod*, o artigo *A ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato* foi redigido por Lênin nas primeiras semanas de abril. Uma das questões apresentadas era a participação da social-democracia no governo provisório revolucionário. Não havia entre a social-democracia russa um consenso. A polêmica, iniciada semanas antes com o Menchevique Píkker Martínov (1865-1935) incitou Lênin a escrever sobre as confusões elaboradas por ele e seus seguidores. Procurando restabelecer a essência da questão discutida, Lênin afirmou: “se queremos não apenas concessões da autocracia, mas seu verdadeiro derrubamento, temos de esforçar-nos por alcançar a substituição do governo czarista por um governo provisório revolucionário” (LÊNINE, 1984, tomo 1, p. 162). Para que tal objetivo fosse alcançado, era preciso convocar a assembleia constituinte, pelo sufrágio universal e garantir as condições para se manter, de fato, a plena liberdade durante as eleições. Antecipando seus adversários políticos, Lênin questionou: é permissível ao partido operário social-democrata participar desse governo provisório? Para os Mencheviques a resposta seria negativa.

Detenhamo-nos nos raciocínios dos partidários dessa concepção. Encontrando-se no governo provisório revolucionário, dizem-nos, a social-democracia terá nas mãos o poder; mas a social-democracia, como partido do proletariado, não pode ter nas mãos o poder sem tentar realizar o nosso programa máximo, isto é, sem tentar realizar a revolução socialista. E atualmente ela sofrerá inevitavelmente uma derrota nesse empreendimento e só se comprometerá, só fará o jogo da reação. Por isso, a participação da social-democracia no governo revolucionário é inadmissível (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 162).

Para Lênin, tais elaborações se baseavam na confusão entre revolução democrática e revolução socialista, entre a luta pela república e a luta pelo socialismo. Em sua opinião, tentando colocar imediatamente como seu objetivo a revolução socialista, a social-democracia realmente apenas se comprometeria. No entanto, contra essas ideias confusas que a social-democracia sempre lutou.

Precisamente por isso ela sempre insistiu no caráter burguês da futura revolução na Rússia, precisamente por isso ela exigiu rigorosamente uma demarcação do programa mínimo democrático do programa máximo socialista. Na época da revolução, alguns sociais-democratas, inclinados a ceder à espontaneidade, podem esquecer tudo isto, mas não o partido no seu conjunto. Os partidários desta opinião errada caem em adoração à espontaneidade, pensando que a marcha das coisas obrigará a social-democracia, em tal situação, a lançar-se contra sua vontade na realização da revolução socialista. Se assim fosse, então o nosso programa seria incorreto, ele não corresponderia à marcha das coisas: aqueles que adoram a espontaneidade temem exatamente isso, temem pela correção do nosso programa (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 163 -164).

Como é possível observar, existem compreensões divergentes no interior da social-democracia sobre a diferença entre as revoluções democrática e socialista, e entre os programas mínimo e máximo da social-democracia. No início de 1905, Lênin defendeu a luta pela república e, assim, o programa mínimo da social-democracia, porque compreendia que havia uma realidade imposta que não poderia ser alterada de acordo com os interesses do partido. Os aliados da social-democracia nesse momento representavam o campesinato e a pequena burguesia, cujas necessidades reais exigia exatamente a aplicação do programa mínimo.

Objetivamente, a marcha histórica das coisas colocou agora ao proletariado russo exatamente a tarefa da revolução democrática burguesa (todo o conteúdo da qual nós designamos, por uma questão de brevidade, pela palavra república); esta mesma tarefa se coloca a todo o povo, isto é, a toda a massa da pequena burguesia e do campesinato; sem esta revolução é inconcebível qualquer desenvolvimento minimamente amplo da organização de classe independente para a revolução socialista (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 164).

Em 1905, a luta pela república era inconcebível para o proletariado sem a sua aliança com a pequena burguesia. Para o êxito da luta, além dessa aliança, era preciso instituir a ditadura revolucionária do proletariado e do campesinato. A imposição da força e da violência era imprescindível para a manutenção dessa nova forma de governo.

Se nós, o povo revolucionário, isto é, o proletariado e o campesinato, queremos golpear em conjunto a autocracia, temos também de acabar em conjunto com ela, matá-la em conjunto, defender-nos em conjunto das inevitáveis tentativas de a restaurar! (Ressalvemos uma vez mais, para evitar possíveis mal-entendidos, que entendemos por república não só e até nem tanto uma forma de governo quanto toda a soma das transformações democráticas do nosso programa mínimo) (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 164 e 165).

Segundo Lênin, é impossível imaginar uma transformação da sociedade sem saltos, como se fosse uma linha reta ascendente, lenta e gradual. “Primeiro seria a vez da grande burguesia liberal, depois da pequena burguesia revolucionária e finalmente a revolução socialista” (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 165). As críticas foram direcionadas às correntes que se posicionavam contra a ditadura revolucionária do proletariado e do campesinato. Havia, portanto, duas políticas defendidas por Lênin: participar do governo provisório com a burguesia e, ao mesmo tempo, implementar a imposição da força para a permanência da república. Sobre essas decisões políticas, afirmou:

Naturalmente, estamos longe da ideia de afirmar que a nossa participação no governo provisório revolucionário não acarreta nenhum perigo para a social-democracia. Não há nem pode haver uma forma de luta política, uma situação política que não acarretem perigos. Se não houver instinto de classe revolucionário, se não houver uma visão do mundo integral que esteja ao nível da ciência, se não houver juízo na cabeça, então é perigosa tanto a participação nas greves, como a participação na luta parlamentar (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 166).

Certamente, a social-democracia não deveria se esquecer da distinção de classe entre proletariado e a pequena burguesia. Do contrário, a participação no governo provisório revolucionário seria extremamente perigosa. Para Lênin, não seria a ideia da ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato que a social-democracia deveria rezear, mas o espírito do seguidismo e do torpor, que tem o efeito desagregador no partido do proletariado. “Golpear juntos, caminhar separadamente, não misturar as organizações, vigiar o aliado como vigiamos o

inimigo” (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 166), assim deveria ser a participação da social-democracia no governo provisório revolucionário.

Quem diz governo provisório revolucionário, acentua o aspecto de direito público da questão, o fato de o governo não ter origem na lei mas na revolução, o caráter provisório do governo, ligado à futura assembleia constituinte. Mas qualquer que seja a forma, qualquer que seja a origem, quaisquer que sejam as condições, em qualquer caso, é claro que o governo provisório revolucionário não pode deixar de se apoiar em determinadas classes. Basta lembrar esta coisa elementar para ver que o governo provisório revolucionário não poder ser senão a ditadura revolucionária do proletariado e do campesinato (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 167).

Lênin finalizou o texto ressaltando que a república pressupõe um governo, e nunca nenhum social-democrata duvidou que fosse precisamente um governo burguês. Em suas análises, a insurreição em São Petersburgo havia triunfado, a autocracia derrubada e o governo provisório revolucionário havia sido proclamado. Se a classe operária russa foi capaz de, depois do Domingo Sangrento, mobilizar politicamente mais de um milhão de proletários para uma ação coletiva, nas condições da ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato, seria possível mobilizar dezenas de milhões de pobres da cidade e do campo, fazendo da revolução política russa o prólogo da revolução socialista europeia (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 168).

É importante ressaltar que esses artigos foram redigidos no calor dos processos revolucionários russos, nos primeiros meses de greves e manifestações. Nesse período, Lênin ainda se encontrava em Genebra. Os próximos meses seriam marcados pela realização do III Congresso do POSDR e pela elaboração do livro *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, sendo esse um dos principais escritos sobre as tarefas do partido frente aos processos revolucionários, dentre eles, a imposição da força através da ditadura. Sobre essa questão, elucidou:

Do ponto de vista burguês vulgar, o conceito de ditadura e o conceito de democracia excluem-se um ao outro. Não compreendendo a teoria da luta de classes, acostumado a ver na arena política unicamente as pequenas disputas dos diversos círculos e tertúlias da burguesia, o burguês entende por ditadura a anulação de todas as liberdades e garantias da democracia, toda a arbitrariedade, todo o abuso do poder no interesse pessoal do ditador (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 268).

Segundo Lênin, essa compreensão também se estendeu aos Mencheviques. Por isso esclareceu que o conceito de ditadura de classe difere de

ditadura de um indivíduo. Para elaborar tais concepções, recorreu a textos de Marx que Franz Mehring publicou, em 1848, na *Nova Gazeta Renana*. Em uma das passagens, Marx afirmou que:

Toda a estrutura estatal provisória, depois de uma revolução exige uma ditadura, e uma ditadura enérgica. Nós criticamos desde o início Camphausen<sup>63</sup> por não ter agido ditatorialmente, por não ter destruído e eliminado imediatamente os restos das velhas instituições. E enquanto o Sr. Camphausen se deixava embalar pelas ilusões constitucionais, o partido vencido consolidava as suas posições na burocracia e no exército e começava até a atrever-se aqui e ali à luta aberta (MARX, 1848, [s.p.]<sup>64</sup> *apud* LÊNINE, 1984, tomo 1, p. 268).

O que expressam essas palavras de Marx? Para Lênin, significam que um governo provisório revolucionário deveria atuar ditatorialmente, que é tarefa dessa ditadura a destruição dos restos das velhas instituições. Ao analisar posteriormente as experiências de 1905, Lênin afirmou que, sem esse ensaio geral, a revolução de outubro de 1917 seria impossível. Compreendendo os erros e acertos dessa experiência histórica, ele elucidou:

O tzarismo venceu. Foram esmagados todos os partidos revolucionários e de oposição [...] mas, ao mesmo tempo, é precisamente a grande derrota que dá aos partidos revolucionários e à classe revolucionária uma verdadeira lição extremamente útil, uma lição dialética da história, uma lição de compreensão, destreza e arte para travar a luta política. É na desgraça que se conhecem os amigos. Os exércitos derrotados aprendem bem (LÊNINE, 1986, tomo 5, p. 93).

Nos anos seguintes, Lênin modificou a consigna ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato para ditadura do proletariado. Lênin estava consciente de que o cumprimento de tarefas democráticas exigia um poder operário revolucionário, que enfrentasse imediatamente a burguesia e abrisse uma etapa na qual estaria posta a aplicação de medidas de socialização da produção.

---

<sup>63</sup> O ministério Camphausen substituiu, em 29 de março de 1848, o governo do conde Arnim-Boitzenburg, formado em 19 de março de 1848. O primeiro-ministro do novo governo era o banqueiro renano Ludolf Camphausen (1803-1890), presidente da Câmara de Comércio de Colônia, um dos líderes da burguesia liberal renana, membro, em 1847, da Dieta Unificada; o ministro das Finanças era David Justus Hansemann (1790-1864), um dos representantes da grande burguesia renana, que, na primeira Dieta Unificada, de 1847, se apresentará como líder da oposição liberal e, em 1848, se elegerá deputado à Assembleia Nacional Prussiana. Esse governo via como sua tarefa a mediação entre a grande burguesia e a Coroa (MARX, 2002, p. 229).

<sup>64</sup> MARX, Karl. Die Berliner krise... *Neue Rheinische Zeitung*, n. 104, 16 sep. 1848.

### 3.3 A ditadura do proletariado em *O Estado e a revolução*

*Na sociedade capitalista, nós temos uma democracia mutilada, miserável, falsificada, uma democracia só para os ricos, para a minoria. A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, instituirá pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, esmagando ao mesmo tempo, impiedosamente, a atividade da minoria, dos exploradores.*

Lênin em *O Estado e a revolução*, 1917.

Ao iniciar os escritos sobre o Estado em 1916, Lênin anotou em seu caderno de capa azul que o título do seu novo livro seria *O marxismo sobre o Estado*. Após o título, destacou “com mais precisão: as tarefas da revolução proletária em relação ao Estado” (LENIN, 1986, tomo 33, p. 130). O principal objetivo desses escritos era reunir citações de Marx e Engels que expressavam suas concepções sobre o Estado e, a partir delas, extrair ensinamentos. As deturpações realizadas pelas correntes socialistas preocupavam Lênin e confrontá-las, principalmente no interior do movimento operário russo, se tornou um dos seus principais objetivos, conforme texto elaborado pelo IML para o prefácio do tomo 33 das *Obras Completas*:

Naquele tempo os líderes oportunistas da II Internacional (E. Bernstein, K. Kautsky e outros) se pronunciavam contra os fundamentos do marxismo, contra a revolução socialista e a ditadura do proletariado, contra a substituição revolucionária do Estado burguês pelo Estado proletário, defendiam a teoria da integração pacífica do capitalismo ao socialismo (IML, 1986, tomo 33, p. VII, tradução nossa)<sup>65</sup>.

Após a eclosão dos processos revolucionários na Rússia, já em meados de 1917, Lênin alterou o título do seu livro para *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*, dando-lhe, assim, sua forma final. Em essência, os nomes e os objetivos se mantiveram. Além de demonstrar como Marx e Engels expunham suas concepções sobre o Estado, ressaltou, no subtítulo, as tarefas do proletariado na revolução socialista. Segundo Lênin, após derrubar o Estado burguês, no processo de transição do socialismo para o comunismo, os trabalhadores deveriam instaurar um Estado proletário, que resistiria somente por meio de uma ditadura do proletariado.

---

<sup>65</sup> En aquel tiempo los líderes oportunistas de la II Internacional (E. Bernstein, K. Kautsky y otros) se pronunciaban contra los fundamentos del marxismo, contra la revolución socialista y la dictadura del proletariado, contra la sustitución revolucionaria del Estado burgués por el Estado proletario, defendían la teoría de la integración pacífica del capitalismo en el socialismo.

Como apresentado anteriormente, a concepção de ditadura do proletariado, exposta em *O Estado e a revolução*, se difere completamente da concepção de “ditadura” na perspectiva liberal-burguesa. Nesse caso, a ditadura do proletariado significa a democracia do povo, a forma de garantir os interesses dos trabalhadores, de impor, com o uso da força, os interesses da maioria em detrimento da minoria. Nesse sentido, ditadura é a presença de uma classe no controle do Estado, seja a burguesia ou o proletariado. Ressaltamos que os objetivos desta pesquisa são apresentar como Lênin expôs em *O Estado e a revolução* a concepção de ditadura do proletariado, como essa expressão aparece em sua obra, em quais contextos históricos, sobre quais bases teóricas e como ela se desenvolve. Deste modo, não pretendemos analisar as consequências dessa organização do poder.

Antecipadamente, destacamos que o conceito de ditadura do proletariado aparece em todos os capítulos de *O Estado e a revolução*. Em diversas passagens, Lênin demonstrou a importância dessa forma de organização do poder para o sucesso da revolução socialista. Por isso, retomou vários textos de Marx e Engels demonstrando as deturpações realizadas pelas correntes socialistas que lutavam enfaticamente contra a posição do Partido Bolchevique. Como apresentado anteriormente, Kautsky chegou a publicar, em 1918, uma brochura para criticar diretamente a concepção de ditadura do proletariado defendida pelos bolchevistas, obrigando Lênin a incluir na segunda edição de *O Estado e a revolução* uma resposta ao principal representante da social-democracia alemã e da Segunda Internacional.

No primeiro capítulo de *O Estado e a revolução*, ao tratar *A sociedade de classes e o Estado*, Lênin, referenciando Engels, explicou que o Estado não é um poder imposto de fora para dentro, que surge naturalmente como necessidade humana. Trata-se de um produto criado pela sociedade quando chegou a um grau de desenvolvimento onde os interesses de classes se tornaram inconciliáveis (LÊNIN, 2017, p. 28-29). O Estado surgiu para garantir a supremacia da classe dominante, uma vez que os antagonismos entre as classes sociais (burgueses e proletários) se tornaram explícitos. Sendo assim, para assegurar a manutenção de um poder público especial, a burguesia necessita, dentre outros elementos, da **força pública**, que se concretiza através dos meios de repressão, como a polícia, o exército e as prisões, e das **finanças**, que se concretiza através dos impostos e das dívidas públicas.

Acompanhando a construção histórica e ideológica dessa forma específica de organização do poder, Lênin demonstrou logo nas primeiras páginas que o Estado,

sendo criado com uma finalidade específica, poderia também ser substituído por outra forma de organização do poder. No entanto, se diferenciando dos anarquistas e das correntes que considerava oportunistas, ressaltou que o Estado não deveria ser abolido, tampouco poderia ser apropriado para garantir uma mudança lenta, uniforme, gradual, com ausência de saltos e tempestades (LÊNIN, 2017, p. 39). Contrariamente, ao tratar sobre o fim dessa forma de organização de poder, Engels apresentou que o Estado deveria primeiramente definhar e posteriormente morrer. Observa-se que as expressões “definhar” e “morrer” se diferem tanto da concepção anarquista de “abolição”, quanto do entendimento reformista de “apropriação”. Desse modo, sendo o Estado um “poder repressor específico” da burguesia contra o proletariado, deveria ser substituído por um “poder repressor específico” do proletariado contra a burguesia, isto é, a ditadura burguesa deveria ser substituída por uma ditadura do proletariado (LÊNIN, 2017, p. 40). É nesse contexto histórico que a expressão “ditadura do proletariado” apareceu pela primeira vez em *O Estado e a revolução*.

Observamos que a concepção de ditadura do proletariado surgiu como contraponto às concepções de conciliação de classes e de revolução não violenta defendidas pelas correntes socialistas de sua época, com destaque para os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários. Após essa breve introdução, Lênin aprofundou sua concepção sobre ditadura do proletariado principalmente no segundo capítulo, quando apresentou as experiências das revoluções dos anos de 1848-1851. Às vésperas da revolução, Lênin retomou os escritos do *Manifesto do Partido Comunista*, redigido meses antes da revolução francesa, em 1848. A citação apresentada por Lênin refere-se à seguinte passagem do Manifesto:

Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia (MARX; ENGELS, 2010, p. 50).

E continua nas páginas seguintes:

Vimos antes que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia. O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas (MARX; ENGELS, 2010, p. 58).

Após apresentar essas citações, Lênin (2017, p. 46) afirmou: “vemos aqui a formulação de uma das ideias mais notáveis e importantes do marxismo em matéria de Estado, que é precisamente a da ditadura do proletariado”. Após essa afirmação, Lênin destacou, entre parênteses, que a expressão ditadura do proletariado apareceu nos escritos de Marx e Engels somente após a Comuna de Paris. No entanto, trata-se de uma expressão esquecida pelas correntes socialistas que Marx e Engels usaram para se referirem ao proletariado organizado como classe dominante<sup>66</sup>.

Em resumo, Lênin recorreu a essas citações para apresentar a concepção do proletariado organizado como classe dominante. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels não utilizaram a expressão ditadura do proletariado, mas também não apresentaram para o proletariado mundial que a transformação da sociedade ocorreria espontaneamente, por vias pacíficas. Marx e Engels apresentaram, em 1848, e que foi extraído por Lênin, que o proletariado, ao estabelecer sua dominação pela derrubada violenta da burguesia, exercerá sua supremacia para garantir seu domínio político.

Nesse momento, Lênin difere também o proletariado das outras classes sociais, como o campesinato, por exemplo. Considerando que os trabalhadores precisarão do Estado apenas para reprimirem a resistência da burguesia, “apenas o proletariado está em condições de fazer isso, como única classe revolucionária capaz de unir todos os trabalhadores e explorados na luta contra a burguesia” (LÊNIN, 2017, p. 47). Como justificativa, Lênin destaca as condições econômicas de existência do proletariado.

Ao mesmo tempo que a burguesia fraciona e pulveriza o campesinato e todas as camadas pequeno-burguesas, ela unifica, integra, organiza o proletariado. Só o proletariado – em razão do seu papel econômico na grande produção – é capaz de ser o chefe de *todas* as massas trabalhadoras e massas espoliadas que a burguesia espolia, oprime e esmaga, na maioria das vezes não com menos forças que os proletários, mas com mais, uma vez que são incapazes de uma luta *independente* por sua emancipação (LÊNIN, 2017, p. 48).

É nesse contexto que o proletariado, como classe social, conduz ao seu domínio político.

---

<sup>66</sup> Sabemos que na segunda edição de *O Estado e a revolução*, Lênin acrescentou uma carta de Marx a Weydemeyer, escrita em 05 de março de 1852, anterior à Comuna de Paris (1871), onde aparece a expressão ditadura do proletariado.

A doutrina da luta de classes aplicadas por Marx à questão do Estado e da revolução socialista conduz necessariamente ao reconhecimento do domínio político do proletariado, de sua ditadura, ou seja, de um poder não partilhado com ninguém e que se apoia diretamente na força armada das massas. O derrubamento da burguesia só pode ser realizado pela transformação do proletariado em classe dominante capaz de reprimir a resistência inevitável, desesperada, da burguesia e de organizar para um novo regime de economia todas as massas trabalhadoras e espoliadas (LÊNIN, 2017, p. 48).

Para Lênin, vários ensinamentos sobre o Estado podem ser extraídos do *Manifesto Comunista*. Sendo o Estado um órgão de dominação de classe, “o proletariado não pode derrubar a burguesia sem ter conquistado antes o poder político, sem ter alcançado a dominação política, sem ter transformado o Estado em proletariado organizado como classe dominante” (LÊNIN, 2017, p. 51). Apesar da expressão ditadura do proletariado não estar explícita no *Manifesto Comunista*, em sua essência, Marx e Engels elucidaram a importância da conquista da democracia pela luta. Já nos escritos posteriores, essa concepção estará mais evidente. Analisando ainda os processos revolucionários eclodidos entre os anos de 1848-1851, Lênin apresentou passagens de uma carta que Marx escreveu para Weydemeyer, em 1852, onde esclareceu:

No que se refere a mim, não me cabe o mérito de haver descoberto nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes, e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que esta ditadura nada mais é que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes (MARX, 1907, [s.p.]<sup>67</sup> *apud* LÊNIN, 2017, p. 56).

Observa-se que foi justamente essa passagem que Lênin incluiu em *O Estado e a revolução* após Kautsky publicar sua brochura *A ditadura do proletariado*. Diferentemente do que Lênin apontou na primeira edição de *O Estado e a revolução*, que a ditadura do proletariado apareceu nos escritos de Marx e Engels após a eclosão da Comuna de Paris em 1871, identificamos que, na segunda edição, Lênin apontou o uso dessa expressão nos escritos de Marx logo após os processos revolucionários na França, a partir de 1848. Por isso, afirmou que “só é marxista aquele que expande o reconhecimento da luta de classes até o reconhecimento da ditadura do

---

<sup>67</sup> MARX, Karl. Brief an Joseph Weydemeyer in New York. 5. März 1852. In: MEHRING, Franz. *Neue Zeit*, n. 13, 1907.

proletariado” (LÊNIN, 2017, p. 57). Para Lênin, nisso reside a diferença profunda entre o marxismo e o movimento pequeno-burguês, incluindo nesse movimento seus adversários Mencheviques e Socialistas Revolucionários.

Primeiramente, Lênin realizou uma retrospectiva do surgimento do Estado, suas contradições e seu caráter inconciliável. Depois identificou textos com concepções de Marx e Engels sobre o proletariado organizado como classe dominante, dentre eles o *Manifesto Comunista* e a carta de Marx para Weydemeyer em 1852. Depois, Lênin tratou das experiências obtidas com a Comuna de Paris. “Analisar essa experiência, tirar dela lições de tática, rever na base dela sua teoria – eis como Marx apresentou sua tarefa” (LÊNIN, 2017, p. 60).

A análise sobre as experiências da Comuna de Paris está exposta no terceiro capítulo de *O Estado e a revolução*. Ao tratar a ditadura do proletariado, uma das passagens em destaque refere-se à substituição da máquina quebrada do Estado. Nesse tópico, Lênin deixa claro que, a partir do *Manifesto Comunista*, o Estado deverá ser substituído pela elevação do proletariado como classe dominante (LÊNIN, 2017, p. 64).

A Comuna substitui aparentemente a máquina de Estado quebrada *apenas* por uma democracia mais completa: a extinção do exército permanente, plena elegibilidade e revogabilidade de todos os funcionários públicos. Mas, na realidade, este *apenas* significa a substituição gigantesca de algumas instituições por instituições de tipo fundamentalmente diferente. Aqui se observa exatamente um dos casos de transformação da quantidade em qualidade: a democracia, realizada de modo tão completo e consequente quanto é concebível, converte-se de democracia burguesa em proletária, de Estado (=força especial para a repressão de determinada classe) em uma coisa que já não é, para falar propriamente, Estado (LÊNIN, 2017, p. 66).

Após essa afirmação, Lênin prosseguiu com o seguinte raciocínio: “reprimir a burguesia e sua resistência continua sendo necessário. Para a Comuna, isso foi especialmente necessário, e uma das causas de sua derrota reside no fato de que ela não o fez com suficiente decisão” (LÊNIN, 2017, p. 66). Lênin finalizou sua análise da Comuna de Paris com a afirmação de que o Partido Bolchevique não almeja dispensar, de uma só vez, toda a administração do Estado burguês, baseado na incompreensão das tarefas da ditadura do proletariado, mas sim a substituir o que existe por um novo tipo de organização, com direção central sob o proletariado.

No quarto capítulo, Lênin recorreu novamente a Engels para aprofundar suas análises sobre o Estado. Na ocasião, chamou de “explicações complementares”.

Nesse momento, várias páginas são dedicadas à apresentar elementos da transição do capitalismo para o comunismo. Apesar da sua importância, nos interessa as polêmicas estabelecidas com as análises sobre a organização dos trabalhadores e o Estado feitas pelos anarquistas. Sabemos que Marx e Engels travaram grandes debates com os anarquistas, principalmente quando analisaram as experiências obtidas com os processos revolucionários que eclodiram na França em 1871. Seu principal teórico, apesar de ter falecido antes da Comuna de Paris, exerceu grande influência sobre o movimento anarquista mundial.

Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), um dos fundadores do anarquismo, ao mesmo tempo em que criticava a grande produção capitalista, rejeitava a luta política, os partidos políticos, os sindicatos e as greves. “Proudhon e seus seguidores nutriam projetos utópicos de suprimir a exploração por meio da criação de cooperativas de produção, de crédito e de consumo, de troca de mercadorias e da liquidação pacífica do Estado” (LÊNIN, 2017, nota da edição soviética de 1969, com adaptações). Inspirado pelas posições anarquistas, Proudhon rejeitava a luta de classes, a revolução proletária e a ditadura do proletariado. Após sua morte, uma legião de seguidores continuaram construindo sua proposta política, provocando um entrave na luta política de diversos partidos socialistas. Ao tratar a polêmica estabelecida com os anarquistas, Lênin recorreu a um texto que Marx escreveu para criticar aqueles que recusam qualquer forma de luta política. Ainda em *O marxismo sobre o Estado*, Lênin apresentou o seguinte comentário:

Marx começa ridicularizando os proudhonianos, que insistem que os trabalhadores não devem sustentar uma luta política, já que isso significaria reconhecer o Estado. Eles não devem declarar greves, eles não devem se esforçar para "obter concessões", eles não devem lutar pela redução do dia útil e a promulgação de leis de fábrica! Isso significaria "organizar compromissos" !!, etc. (LÊNIN, 1986, tomo 33, p. 271, tradução nossa)<sup>68</sup>.

Lênin analisou um texto que Marx escreveu em 1873, dois anos após a Comuna de Paris, para uma coletânea socialista italiana contra os proudhonistas, autonomistas e antiautoritaristas. Segundo Lênin, apesar de ter sido escrito em 1873,

---

<sup>68</sup> Marx comienza ridiculizando a los proudhonianos, que insisten en que los obreros no deben sostener una lucha política, ya que ello significaría reconocer el Estado!, ino deben declarar huelgas!, ino deben esforzarse por "conseguir concesiones"!, ino deben luchar por la reducción de la jornada de trabajo y la promulgación de leyes fabriles! i iEso significaría "concertar compromisos" !!, etc

somente em 1913 esses textos foram traduzidos para o alemão e publicados na revista *Neue Zeit* (LÊNIN, 2017, p. 84).

Nesse texto, Marx opõe explicitamente a ditadura revolucionária do proletariado à ditadura da burguesia, destacando a primeira como uma forma revolucionária e transitória. Analisando ironicamente o posicionamento de seus adversários, Marx afirma:

Quando a luta política da classe trabalhadora adquire formas violentas, quando os trabalhadores erigem a sua *Ditadura Revolucionária*, em vez da *Ditadura da Burguesia*, cometem, então o terrível *crime de violação dos princípios*, porque, para satisfazer suas necessidades quotidianas, miseráveis e profanas, para quebrar a resistência da burguesia, conferem ao *Estado uma forma revolucionária e transitória*, em vez de *baixar as armas, abolindo o próprio Estado* (MARX, 2008, [s.p.]).

Com pequenas diferenças da tradução para a língua portuguesa, foi a citação acima que Lênin extraiu do texto de Marx e inseriu em *O Estado e a revolução*. Além de destacar que foi com relação à concepção de “abolição” do Estado que Marx refutou os anarquistas, Lênin elucidou que os Bolcheviques não divergem do anarquismo, com relação em ter o objetivo de se eliminar o Estado. No entanto, para atingir tal objetivo, deve-se utilizar, temporariamente, os instrumentos, os meios e os métodos do poder de Estado contra os exploradores, sendo necessária a ditadura temporária da classe oprimida (LÊNIN, 2017, p. 85).

A polêmica com os anarquistas continua em um texto escrito por Engels, também em 1873. *Sobre a autoridade* foi redigido com o objetivo de se contrapor à crítica absoluta contra qualquer forma de autoridade, subordinação ou poder. Em seu texto, Engels elucidou que “nos últimos tempos, alguns socialistas iniciaram uma verdadeira cruzada contra o que denominam o princípio da autoridade. Basta-lhes dizer que este ou aquele ato é autoritário para o condenarem” (ENGELS, 2014, [s.p.]). E assim, elucidou:

Autoridade, no sentido do termo que se trata, quer dizer: submissão da vontade de outrem à nossa; autoridade pressupõe, da outra parte subordinação. Ora, porquanto estas duas palavras soem mal e seja desagradável para a parte subordinada a relação que exprimem, trata-se de saber se há meio de prescindirmos dela e se – nas atuais condições da sociedade – não podemos criar um outro estado social no qual a autoridade deixe de fazer sentido e, conseqüentemente, deva desaparecer (ENGELS, 2014, [s.p.]).

Em seu texto, Engels apresentou diversos exemplos de autoridades que se expressavam nas direções das fábricas, ferrovias ou navios, mesmo quando se tornavam propriedade coletiva dos operários. Nesses casos, a autoridade desapareceria ou mudaria apenas de forma? Era uma das questões de Engels. O princípio da autoridade e o princípio da autonomia não podem ser confrontados como bom ou mal, pois são coisas relativas cujas esferas variam nas diferentes fases do desenvolvimento social. Todos os socialistas estão de acordo que as funções públicas perderão o seu caráter político, passando a ser simples funções administrativas. Por que, então, o Estado deve ser abolido em um só golpe, mesmo antes de terem sido destruídas as condições sociais que o fizeram nascer? Exigem que o primeiro ato da revolução social seja a abolição da autoridade, mas é exatamente o oposto que deve acontecer. Nesse raciocínio, Lênin apresentou a seguinte citação de Engels, que retiramos de uma tradução para o português:

Será que esses senhores nunca viram uma revolução? Uma revolução é, certamente, a coisa mais autoritária que existe: é o ato através do qual uma parte da população impõe sua vontade à outra parte por meio de espingardas, baionetas e canhões, meios autoritários desde que os há; e o partido vitorioso, se não quiser ter combatido em vão, deve manter este domínio com terror que as suas armas inspiram aos reacionários. A Comuna de Paris teria por acaso durado um só dia se não se servisse desta autoridade do povo armado frente aos burgueses? Não se pode, pelo contrário, criticá-la por não se ter servido dela mais largamente? Portanto, das duas uma: ou os antiautoritários não sabem o que dizem, e nesse caso não fazem senão semear a confusão; ou sabem, e nesse caso traem o movimento do proletariado. Num caso e noutro servem à reação (ENGELS, 2014, [s.p.]).

O mais importante dessa análise de Engels é a maneira como as polêmicas com os anarquistas se apresentaram. Para Lênin, “é justamente a revolução, em sua origem e desenvolvimento, em suas tarefas específicas em relação à violência, à autoridade, ao poder, ao Estado, que os anarquistas não querem ver” (LÊNIN, 2017, p. 87). Apresentando as bases conceituais para compreensão dessa forma de organização de poder, nas próximas páginas de *O Estado e a revolução*, Lênin apenas ressaltou e aprofundou as polêmicas estabelecidas principalmente com as correntes socialistas que intervieram no interior do movimento operário russo.

#### 4. TRANSIÇÃO: ABOLIR O ESTADO BURGUÊS E DEFINIR O ESTADO PROLETÁRIO

*O primeiro ponto solidamente estabelecido pela teoria da evolução e, de maneira mais geral, pela ciência [...] é que entre o capitalismo e o comunismo deverá intercalar-se, necessariamente, um período de transição histórica.*

Lênin em *O Estado e revolução*, 2017.

O último debate apresentado nesta pesquisa refere-se à concepção de transição exposta por Lênin em *O Estado e a revolução*. Antes de analisarmos essa categoria, ressaltamos que apenas sete anos separam a redação dessa obra da morte de Lênin. Dois anos antes de falecer, em 1924, Lênin perdeu parcialmente a capacidade de se movimentar e, por conseguinte, de trabalhar devido aos sucessivos problemas de saúde (KRAUSZ, 2017, p. 93). De acordo com as biografias escritas por Tamás Krausz (2017) e Louis Fischer (1967), após a eclosão dos processos revolucionários russos, Lênin sofreu três tentativas de assassinatos e, posteriormente, três episódios de hemorragia cerebral, acometimentos que comprometeram, ao longo dos anos, sua intervenção teórica e política no recém formado Estado soviético. Sobre os atentados realizados contra sua vida, como nos relatou Tamás Krausz (2017, p. 93), após a Revolução Russa de 1917,

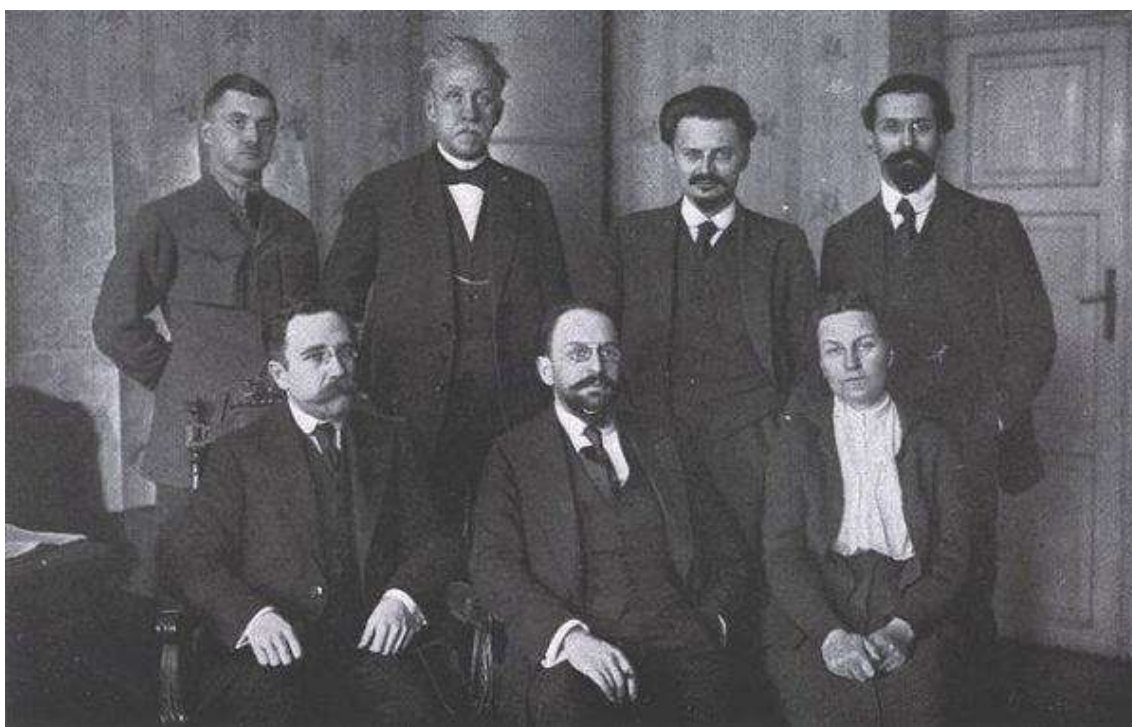
Nenhum aparato especial foi estabelecido para proteger a vida de Lênin. Isso talvez não tenha sido resultado do “desleixo russo”, ainda que tal desleixo tenha influenciado muitas outras coisas. A verdadeira causa pode ser atribuída ao fato de que Lênin, induzido pela espontaneidade militar, social e institucional da revolução, ainda não pensava na burocratização vindoura. Isso constituiria problema em uma época posterior, quando, porém, já não se contava com sua liderança.

Em seguida, o autor completou:

Com espírito coletivista, Lênin pensava em termos de classes e contradições de classes. Sofreu vários atentados contra sua vida e até neles via os resultados imediatos de ações típicas de classe; ao mesmo tempo, não atribuía grande importância ao fato de serem dirigidos à sua pessoa. É verdade, no entanto, que soluções individualistas – como a instituição de uma guarda pessoal – não seriam, naquele período, conciliáveis com a própria revolução (KRAUSZ, 2017, p. 93).

Acompanhando os limites impostos à sua vida e os eventos dos primeiros anos da Revolução Russa de 1917, observamos que importantes mudanças econômicas, políticas e sociais ocorreram no Estado soviético pós-revolução. No entanto, apenas parte dessas transformações foram acompanhadas e analisadas por Lênin como a guerra civil, a assinatura do Tratado de Paz de Brest-Litovsk<sup>69</sup> e a fundação da Terceira Internacional. Lênin não vivenciou a intensificação da burocratização do Estado soviético, a disseminação da teoria do “socialismo em um só país” e, nas décadas seguintes, a restauração da sociedade capitalista.

Fotografia 15 - Membros da delegação soviética que firmou o acordo de Brest-Litovsk, em março de 1918. Em pé, terceiro da esquerda para a direita, Leon Trótski.



Fonte: KRAUSZ, 2017, p. 304.

Apesar da relevância histórica e política dessas transformações, não objetivamos analisá-las, apontar seus erros e acertos. Fazer esse recorte histórico é fundamental para contextualizar a leitura e análise imanente da obra *O Estado e a revolução* para demonstrar como Lênin expôs o debate da transição.

---

<sup>69</sup> O Tratado de Paz de Brest-Litovsk foi um acordo de paz assinado entre a Rússia soviética e o Império Alemão com o objetivo de garantir a saída dos russos da Primeira Guerra Mundial. De acordo com Tamás Krausz (2017, p. 546), nesse acordo, a Rússia perdeu 1 milhão de quilômetros quadrados de território, sendo a maior parte referente à Ucrânia.

Nesse contexto, contrariando os anarquistas que reivindicavam a abolição imediata do Estado e as correntes socialistas que defendiam a passagem lenta e gradual do poder da burguesia para o proletariado, Lênin sustentou a imperiosa necessidade de um poder político revolucionário transitório. Afirmou que entre o capitalismo e comunismo deveria intercalar-se, necessariamente, um período de transição histórica (LÊNIN, 2017, p. 111). O socialismo configuraria, na ocasião, a forma de organização da sociedade que antecede o comunismo, momento em que ainda estariam presentes as marcas da velha sociedade como o militarismo, as classes sociais, a democracia e a existência do próprio Estado.

Assim como ocorreu com a explanação sobre a ditadura do proletariado, a teoria da transição também encontra-se exposta ao longo de todos os capítulos d' *O Estado e a revolução*. Como base de suas análises, estão as referências dos textos clássicos de Marx e Engels, as análises das experiências históricas e as polêmicas estabelecidas com as correntes socialistas, em especial os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários.

Apesar da importância desse tema em sua obra, não podemos deixar de destacar os limites que identificamos, considerando as condições históricas e políticas sob as quais se deu a escrita dessa obra. Em diversos momentos, o debate da transição é exposto em pequenas passagens, sem grandes aprofundamentos como essas transformações ocorreriam. Apesar desses limites, podemos extrair boas reflexões desses breves parágrafos como a importância da abolição do Estado burguês e do definhamento do Estado proletário. Desse modo, ao contrário do que era proposto pelas correntes socialistas, não caberia ao proletariado aperfeiçoar a máquina estatal, mas sim lutar por sua completa abolição e, nesse caso, apenas o proletariado estaria em condições de fazê-la por ser a única classe revolucionária capaz de unir todos os trabalhadores e explorados na luta contra a burguesia (LÊNIN, 2017, p. 47).

Tendo em vista o exposto, inicialmente faremos uma breve exposição sobre as tarefas do proletariado na revolução. Considerado por Lênin alguns dos principais legados dessa obra, os desafios postos para a classe operária eram enormes, dentre eles, avançar rumo ao socialismo. Para isso, muitos caminhos deveriam ser percorridos, apresentando a organização, a formação política e a elevação do proletariado como classe dominante como uma de suas centralidades.

Nos outros dois tópicos, apresentaremos as condições expostas por Lênin para o definhamento do Estado. A abolição das marcas da velha sociedade ocorreria imediatamente e uma nova sociedade, de um novo tipo, deveria substituí-la para, gradativamente, fazer desaparecer qualquer aparelho especial de coação. Essa seria, por fim, a fase superior da sociedade comunista, momento no qual todos realizariam o princípio “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades” (MARX, 1891, [s.p.]<sup>70</sup> *apud* LÊNIN, 2017, p. 122).

#### **4.1 As tarefas do proletariado na revolução**

Ao longo da obra *O Estado e a revolução*, Lênin apresentou em diversas passagens as tarefas da revolução em relação ao Estado. Os processos revolucionários russos deveriam avançar rumo ao socialismo e, para isso, nenhum apoio deveria ser dado ao governo provisório. As deturpações do marxismo realizadas pelas correntes socialistas deveriam ser combatidas, transformando a formação política um dos principais desafios da revolução. Em curso, havia questões políticas sobre as quais o proletariado precisava se posicionar como a saída da Rússia da guerra imperialista, sua participação no governo provisório ou sua elevação como classe dominante.

Segundo Lênin, após a tomada do poder, não caberia ao proletariado administrar a máquina estatal, mas abolir o Estado burguês para, posteriormente, definhar o Estado proletário. Essas eram algumas tarefas apresentadas para o proletariado em luta. Ao formular suas teorias, Lênin expôs como base os ensinamentos de Marx e Engels sobre a revolução socialista e as experiências históricas protagonizadas pelo proletariado, principalmente na segunda metade do século XIX.

Ao tratar o definhamento do Estado, elucidou a inevitabilidade da revolução violenta, esclarecendo, na ocasião, que o Estado burguês não poderia ser substituído pelo Estado proletário pela via do definhamento, mas apenas por meio de uma revolução violenta, através da instauração da ditadura do proletariado (LÊNIN, 2017, p. 43-44). Contrariando tanto os anarquistas que defendiam a abolição imediata do Estado burguês, quanto os Mencheviques e Socialistas Revolucionários que

---

<sup>70</sup> MARX, Karl. Kritik des Gothaer Programms, 1875. In: ENGELS, Friedrich. *Neue Zeit*, 1891.

reivindicavam uma mudança lenta e gradual da sociedade, Lênin apresentou para o proletariado mundial a importância da transição histórica do capitalismo para o comunismo por meio da ascensão dos proletários à classe dominante.

Ao analisarmos os textos de Marx e Engels sobre o Estado, observamos que Lênin descortinou as deturpações do marxismo realizadas pelas correntes socialistas e pela própria burguesia que tentou transformá-los em ícones inofensivos. “Esquecem, afastam, deturpam o lado revolucionário da doutrina, sua alma revolucionária. Colocam em primeiro plano, glorificam aquilo que é aceitável ou que parece aceitável” (LÊNIN, 2017, p. 27). Por isso que logo nas primeiras páginas de *O Estado e a revolução* elucidou que, diante das deturpações do marxismo, sua tarefa consistia, antes de tudo, “em restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado” (LÊNIN, 2017, p. 28).

Para Lênin, as longas citações das obras de Marx e Engels em *O Estado e a revolução* eram importantes para demonstrar onde essas deturpações estavam localizadas. Assim, o leitor poderia formar uma ideia independente sobre conjunto das concepções dos fundadores do socialismo científico e do desenvolvimento dessas concepções, bem como das deturpações realizadas pelas correntes socialistas (LÊNIN, 2017, p. 29). Em diversas passagens, apontou a localização dos erros das correntes socialistas resultantes de falsificação ou de ausência de uma leitura e análise imanente das obras de Marx e Engels, em especial, quando tratam a categoria Estado. Sobre essas diferenças de análise e a capacidade teórica e política de Lênin, a professora Maria Angélica Borges elucidou que:

As experiências das lutas e revoluções – a práxis – desenvolvem e tornam robustas a visão sobre o Estado com um órgão do capital para a opressão e o controle sobre o mundo do trabalho. Será, por exemplo, com as revoluções de 1848 e com a culminação da Guerra Franco-Prussiana na Comuna de Paris que os vários temas e tarefas do cotidiano da luta de classes ganharão substância. A visão negativa da política, para além do acanhado anarquismo, coloca a destruição do Estado acima dos demais argumentos – uma eliminação necessária, mas que não ocorre da noite para o dia e deve ocorrer por meio do próprio Estado. Lênin rejeita as visões oportunistas que defendem a conciliação de classes e, portanto, a perpetuação dos órgãos de dominação. Como o silêncio não é mais possível diante da força desse ideário, a deturpação passa a ser uma arma das correntes reformistas e chauvinistas contra o pensamento crítico (BORGES, 2017, p. 194).

Lênin demonstrou na teoria e na prática as contradições das correntes socialistas que incidiam diretamente na formação política da classe operária. A

necessidade de educar sistematicamente as massas estava na base da sua doutrina e consistia em uma das principais tarefas do Partido Bolchevique. Por isso afirmou que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário” (LÊNIN, 2015, p. 71). Essa passagem encontra-se exposta na obra *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento* e expressa que a luta teórica é uma das principais tarefas do movimento revolucionário. Para Lênin, considerando as ofensivas dos movimentos reformistas do início do século XX, a formação teórica se encontrava no mesmo campo de disputa da luta política e econômica. Por isso, também afirmou em *O Estado e a revolução* que:

Ao educar o partido operário, o marxismo educa a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e de conduzir todo povo ao socialismo, de dirigir e de organizar uma nova ordem, de ser o educador, o dirigente e o chefe de todos os trabalhadores e todos os espoliados na prática da construção de sua vida social sem a burguesia e contra a burguesia (LÊNIN, 2017, p. 49).

Como apresentado anteriormente, Lênin era um estudioso assíduo. Dedicava longas horas do seu dia a leituras e escritas. Nos anos que antecederam a Revolução Russa de 1917, publicou textos e artigos quase diariamente. Havia uma preocupação com as deturpações realizadas pelas correntes socialistas de sua época e combatê-las tornou-se uma de suas principais tarefas. Ademais, além dos confrontos políticos e ideológicos com seus interlocutores, ressaltamos novamente que havia também uma preocupação com a formação teórica e política do Partido Bolchevique e, conseqüentemente, do proletariado em luta. Sobre essa concepção, como nos apresenta o professor Marcos Del Roio:

Toda a obra de Lênin esteve voltada para a práxis. Ele observava a realidade da qual fazia parte, buscava compreendê-la, exercia a crítica de interlocutores que também haviam tentado apreendê-la, demonstrando os equívocos desses interlocutores e enunciava o que deveria ser feito a fim de que aquela realidade em movimento contraditório se orientasse na direção estabelecida por um programa, por sua vez, produto de uma previsão e de uma vontade coletiva organizada. Enfim, toda a teoria de Lênin esteve acoplada à prática política revolucionária (DEL ROIO, 2017, p. 15).

Lênin diferencia-se de muitos teóricos socialistas por ter uma escrita direta e incisiva, feito para ser compreendido (DEL ROIO, 2017, p.15). Em um país com a maioria da população analfabeta, a formação teórica tornou-se um dos principais desafios da revolução. Lênin escrevia não somente para confrontar seus adversários,

como também para formar politicamente o proletariado que, na maioria das vezes, aprendiam a leitura e a escrita através da sua própria organização política.

Sobre as tarefas da revolução socialista, antes de redigir *O Estado e a revolução*, em fins de março de 1917, Lênin escreveu cinco cartas para serem publicadas no jornal *Pravda* quando ainda estava na Suíça. Essas cartas atribuíam particular importância ao trabalho organizativo, à composição do novo governo e à saída da guerra imperialista. Dentre as famosas *Cartas de Longe*, nos interessa analisar a quinta carta que, apesar de não ter sido finalizada naquele momento, possui importantes apontamentos sobre as tarefas da organização proletária revolucionária do Estado<sup>71</sup>.

Nesses escritos, Lênin elencou as tarefas da seguinte forma: (1) saber chegar pela via mais segura à etapa seguinte da revolução; (2) transferir o poder de Estado para as mãos de um governo dos operários e dos camponeses mais pobres; (3) organizar esse novo governo segundo o tipo de sovietes de deputados operários e camponeses que (4) deve demolir, eliminar completamente a velha máquina de Estado habitual em todos os Estados burgueses, o exército, a polícia, a burocracia, que (5) deve substituir essa máquina pela organização do povo armado; (6) apenas um governo desse tipo é capaz de alcançar a paz.

Sobre as particularidades russas, Lênin elucidou que (7) a vitória do proletariado só é realizável no futuro mais próximo, com a condição de que seu primeiro passo seja o apoio aos operários da imensa maioria do campesinato na sua luta pelo confisco de toda a propriedade latifundiária. (8) Em ligação com essa revolução camponesa, e com base nela, são possíveis e necessários outros passos do proletariado em aliança com a parte mais pobre do campesinato. (9) A tarefa da organização imediata e especial no campo de sovietes de deputados operários, isto é, sovietes de operários assalariados agrícolas, separados dos sovietes dos restantes dos deputados camponeses, apresenta-se com extrema urgência (LÊNIN, 1985, tomo 3, p. 117-118).

Dentre as tarefas listadas por Lênin, destacamos a terceira: a partir de um governo dos operários e dos camponeses mais pobres, deve-se organizar segundo o tipo de sovietes de deputados operários e camponeses. De acordo com Lênin, operários e camponeses eliminarão completamente a velha máquina estatal,

---

<sup>71</sup> As ideias da quinta carta, que não foi escrita, foram desenvolvidas por Lênin nas obras: *Cartas sobre a tática e As tarefas do proletariado na nossa revolução*.

substituindo-a por uma composição que coloque o proletariado como classe dominante. A importância dessa tarefa está na forma de organização do proletariado. Os sovietes (termo russo para conselhos operários) surgiram como resultado dos processos revolucionários eclodidos na Rússia em 1905. Como nos apresenta o professor Oswaldo Coggiola<sup>72</sup>:

Dada a amplitude da luta e a substituição das greves econômicas pelas políticas, surgiu a necessidade de se criar uma organização operária própria e independente, capaz de centralizar e dar voz a todas as reivindicações populares: a ideia de se criar conselhos operários como forma, inicialmente, de coordenar as várias greves, nasceu durante as reuniões de trabalhadores, inicialmente, no centro têxtil de Ekaterinoslav (COGGIOLA, 2015, p. 180).

Os sovietes eram conselhos formados por operários e soldados que constituíam um órgão de poder do proletariado. Apesar da sua duração de aproximadamente 50 dias em 1905, essa forma de organização do poder retomou toda sua potência nos processos revolucionários de 1917. Nos primeiros meses, a dualidade de poderes com a instituição do governo provisório e dos sovietes tornou-se insustentável devidos aos interesses divergentes entre burguesia e proletariado, momento em que surgiu a famosa frase “todo poder aos sovietes!”.

Em 9 de abril de 1917, Lênin redigiu, para o jornal *Pravda*, o artigo *A dualidade de poderes* (LENIN, 1985, tomo 31). Nele, afirmou que o problema do poder estatal se tornou fundamental em toda revolução, sem compreendê-lo claramente não seria possível pensar em participar de modo consciente da revolução e, muito menos, em se tornar direção dela (LENIN, 1985, tomo 31, p. 153). Na ocasião, ele elucidou também que uma característica particularmente notável da revolução foi a geração da dualidade de poderes, colocando o governo provisório no lado apostado ao dos sovietes de deputados operários e soldados.

Ao caracterizar o governo dos sovietes, destacou seu caráter de classe, formado por proletários e camponeses, e seu caráter político, uma ditadura revolucionária, um poder que se apoia diretamente na conquista revolucionária. Ao se diferenciar da república parlamentarista democrática burguesa, afirmou que “este poder é um poder do mesmo tipo que a Comuna de Paris de 1871” (LENIN, 1985,

---

<sup>72</sup> Graduado em Economia Política e História na Université ParisVIII (1979). É doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1983). Atualmente, é professor titular da Universidade de São Paulo na área de História Contemporânea. Atua principalmente nos seguintes temas: marxismo, América Latina, movimento operário, capitalismo e socialismo.

tomo 31, p. 154, tradução nossa). Em seguida, apresentou os traços fundamentais de tipo de poder, sendo eles essencialmente:

1) a fonte do poder não está em uma lei, previamente discutida e aprovada pelo Parlamento, mas na iniciativa direta das massas desde baixo e em todo lugar, na conquista 'direta' do poder, para empregar um termo em voga; 2) substituição da polícia e do exército, como instituições desvinculadas do povo e contrapostas a ele, pelo armamento direto de todo o povo; com este poder guardam a ordem pública os *próprios* operários e camponeses armados, o *próprio* povo em armas; 3) os funcionários e a burocracia são substituídos pelo poder direto do povo ou, ao menos, submetidos a um controle especial, transformam-se em simples mandatários não somente elegíveis, mas também *amovíveis* a todo momento, desde que o povo o exija; transformam-se de casta privilegiada, com uma elevada retribuição, com uma retribuição burguesa, de seus 'cargozinhos', em operários de uma 'arma' especial, cuja remuneração *não ultrapassa* o salário corrente de um operário qualificado (LENIN, 1985, tomo 31, p. 154, tradução nossa).<sup>73</sup>

A organização do proletariado por meio de sovietes se constitui, para Lênin, não um conjunto definido de instituições, mas um projeto revolucionário de estrutura de poder, no qual o proletariado se constitui em verdadeiro protagonista. Como nos apresenta Rafael Afonso da Silva<sup>74</sup>,

Na concepção leniniana, a forma Comuna/sovietes traduz o escopo programático da reabsorção pelo "próprio povo" das funções públicas exercidas pelas instituições do poder do Estado – exército, polícia, burocracia – "desvinculadas do povo e contrapostas a ele". Esse "tipo de poder" não se circunscreve a nenhuma fórmula predefinida, pois repousa na iniciativa direta das massas populares, em sua experimentação coletiva autônoma (SILVA, 2007, p. 72).

Em resumo, além da formação e organização política do proletariado russo, caberia a essa classe social lutar pela completa abolição do Estado burguês e o posterior definimento do Estado proletário.

---

<sup>73</sup>1) la fuente del poder no está en una ley, previamente discutida y aprobada por el Parlamento, sino en la iniciativa directa de las masas populares desde abajo y en cada lugar, en la "conquista" directa del poder, para emplear un término en voga; 2) sustitución de la policía y del ejército, como instituciones desvinculadas del pueblo y contrapuestas a él, por el armamento directo de todo el pueblo; con este poder guardan el orden público los *proprios* obreros y campesinos armados, el *propio* pueblo en armas; 3) los funcionarios y la burocracia son sustituidos también por el poder directo del pueblo o, ai menos, sometidos a un control especial, se transforman en simples mandatarios no sólo elegibles, sino *amovibles* en todo momento, en cuanto el pueblo lo exija; se transforman de casta privilegiada, con una elevada retribución, con una retribución burguesa, de sus "puetecitos", en obreros de un "arma" especial, cuya remuneración *no excede* del salada corriente de un obrero cualificado.

<sup>74</sup> Cientista Social da Unicamp, autor da dissertação de mestrado *Dilemas da transição: um estudo crítico da obra de Lenin de 1917-1923*.

Fotografia 16 - Trabalhadores da fábrica de metalurgia e maquinário Putílov, em eleição para o Soviete de Petrogrado, junho de 1920.



Fonte: KRAUSZ, 2017, p. 307.

## 4.2 Abolir o Estado burguês: as marcas da velha sociedade.

*A ideia de Marx consiste em que a classe operária deve quebrar, demolir a máquina de Estado pronta, e não se limitar simplesmente a sua conquista*

Lênin em *O Estado e a revolução*, 2017.

Em *O Estado e a revolução*, a transição do capitalismo para o comunismo se dará, essencialmente, por meio de duas longas etapas de transformação social. No primeiro momento, o proletariado deveria abolir o Estado burguês. Segundo Lênin, através da ditadura do proletariado, operários e camponeses pobres deveriam eliminar imediatamente as marcas da velha sociedade como a propriedade privada, a burocracia e o exército permanente, uma vez que representam o privilégio e os principais instrumentos da força de poder do Estado. A instauração de um Estado proletário ocorreria na sequência para impedir o retorno da hegemonia burguesa e para iniciar o processo da transição socialista. Com o tempo, o definhamento do Estado proletário aconteceria gradativamente e, com ele, morreria também qualquer forma de exploração e opressão. Sobre essa transição, Del Roio (2017, p. 19-20) aponta que:

A passagem ao comunismo deveria necessariamente se iniciar com a ruptura revolucionária e a destruição do Estado burguês, mesmo que fosse uma democracia capitalista, que seria substituída por uma democracia proletária, muito mais ampla e profunda do que aquela. Na primeira fase da transição, muitas características do capitalismo ainda estariam presentes, inclusive o direito burguês, mas já seria abolido o direito da propriedade privada dos meios de produção. Passaria a vigor o princípio de que todos deveriam trabalhar da melhor maneira possível, mas cada um caberia o equivalente a seu trabalho, descontados os recursos endereçados ao fundo comum. De tal maneira, ainda subsistiriam a desigualdade social e mesmo o mais-valor. O Estado seria necessário a fim de controlar e fazer extinguir a classe dos capitalistas.

Em sua obra, Lênin elucidou, em diversas passagens, como essas etapas deveriam ocorrer, a partir da base teórica de Marx e Engels e, concomitantemente, das experiências das revoluções eclodidas na Europa, principalmente, na segunda metade do século XIX. Como o próprio Marx (2011a) demonstrou, em *A guerra civil na França*, se em 1848-1851 os processos revolucionários não demonstraram com clareza pelo que substituir a máquina quebrada do Estado, em 1871, os “communards”, participantes da Comuna de Paris, deixaram explícito como seria o futuro socialista. Dessas experiências, muitos ensinamentos foram extraídos como a

necessidade da instauração da ditadura do proletariado e a completa destruição da máquina estatal capitalista.

Quando analisou as experiências dos processos revolucionários na França entre os anos de 1848 e 1851, Lênin destacou o proletariado como única classe capaz de unir todos os operários e camponeses na luta contra a burguesia (LÊNIN, 2017, p. 47). Somente o proletariado conseguiria, através da imposição de sua força, garantir sua ascensão como classe dominante e, conseqüentemente, capaz de reprimir a resistência inevitável da burguesia. Ao aprofundar essa análise, Lênin elucidou que “o proletariado necessita do poder de Estado, de uma organização centralizada da força, de uma organização da violência tanto para reprimir a resistência dos espoliadores como para dirigir a imensa massa da população” (LÊNIN, 2017, p. 49). O Estado burguês e as marcas da velha sociedade seriam abolidos apenas se houvesse a elevação do proletariado à classe dominante que usaria sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital da burguesia. Analisando o papel revolucionário do proletariado na história e seu domínio político, Lênin apresentou a seguinte reflexão:

Se o proletariado precisa do Estado como poder repressor específico contra a burguesia, daqui se impõe-se por si uma conclusão: será concebível a criação de tal organização sem a extinção prévia, sem a destruição daquela máquina do Estado que a burguesia criou para si própria? É a essa conclusão que conduz diretamente o *Manifesto Comunista* e é dessa conclusão que Marx fala quando faz o balanço da experiência da Revolução de 1848-1851 (LÊNIN, 2017, p. 49).

Ao analisar o *Manifesto Comunista* e, posteriormente, a obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Lênin destacou que todas as revoluções anteriores aperfeiçoaram a máquina do Estado, mas era preciso destruí-la, quebrá-la. Essa era a conclusão fundamental da doutrina marxista sobre o Estado. No entanto, como apresentado por Lênin em *O Estado e a revolução*, esse fundamento, além de completamente esquecido pelos partidos social-democratas oficiais dominantes, foram deturpados pelos teóricos socialistas, em especial, pelo representante oficial da Segunda Internacional, Karl Kautsky (LÊNIN, 2017, p. 51).

Indagando-se sobre as origens do Estado burguês, suas transformações e as tarefas do proletariado em relação à máquina estatal, Lênin recordou que o poder de Estado centralizado, próprio da sociedade burguesa, nasceu na época do absolutismo. As duas instituições características dessa máquina estatal são a

burocracia e o exército permanente. Como marcas da burocracia, Lênin destacou os favorecimentos dos funcionários públicos direcionados apenas para as classes possuidoras. Já o exército permanente representava a imposição da força para manutenção dos interesses da burguesia. Nesse contexto, tanto a burocracia como o exército permanente são exemplos de instituições que, para Lênin, deveriam ser imediatamente abolidas, tal como existem e foram concebidas. Essas duas formas de organização do poder são parasitas no corpo da sociedade burguesa. Parasitas gerados pelas contradições internas, que dilaceram essa sociedade e obstruem os poros vitais.

Em todas as revoluções burguesas que a Europa viu várias vezes desde os tempos da queda do feudalismo, segue-se o desenvolvimento, o aperfeiçoamento, a consolidação desse aparelho burocrático e militar. Em particular, é precisamente a pequena burguesia que é atraída para o lado da grande e é a ela submetida em grau significativo por meio desse aparelho, que dá às camadas superiores do campesinato, dos pequenos artesãos, dos comerciantes, e assim por diante, lugarzinhos relativamente cômodos, tranquilos e honrosos, que colocam seus detentores acima do povo (LÊNIN, 2017, p. 52).

Quanto mais o aparelho burocrático é introduzido entre os partidos burgueses e pequenos burgueses, mais clara se torna, para o proletariado, sua hostilidade irredutível. O aumento da repressão contra o proletariado revolucionário ocorre nesse contexto. “Esse curso dos acontecimentos obriga a revolução a concentrar todas as suas forças de destruição contra o poder de Estado, obriga a colocar não a tarefas da melhora da máquina de Estado, mas a de sua destruição, de sua extinção” (LÊNIN, 2017, p. 54).

Ao analisar essa transição, Lênin afirmou que não foram os raciocínios lógicos que levaram Marx e Engels a essa conclusão, mas o desenvolvimento real dos acontecimentos, em especial, as experiências dos anos 1848-1851. No entanto, se nesses anos a substituição da máquina estatal ainda se encontrava embaçada, nas décadas seguintes, a necessidade dessa substituição estaria nítida para o proletariado em luta. Como elucidou Lênin (2017, p. 54), “a experiência ainda não tinha dado, então, materiais para tal questão, apresentada na ordem do dia pela história mais tarde, em 1871”. Somente após a Comuna de Paris, Marx e Engels tiveram a oportunidade para analisarem os acontecimentos e aprofundarem teoricamente sobre a substituição da máquina estatal quebrada.

Como apresentado anteriormente, no prefácio do *Manifesto Comunista*, redigido em junho de 1872, Marx e Engels, a partir das experiências da Comuna de Paris, afirmaram que não bastava que a classe trabalhadora se apoderasse da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins (MARX; ENGELS, 2010, p. 72), pois era preciso quebrar, demolir a máquina de Estado pronta e não limitar-se simplesmente a sua conquista (LÊNIN, 2017, p. 61). Nesse contexto, o primeiro decreto da Comuna consistiu em suprimir o exército permanente e substituí-lo pelo povo armado. Como expôs Marx em *A guerra civil na França*:

Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos de administração. Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com salários de operários. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna (MARX, 2011, p. 57).

A partir das cartas de Marx a Kugelmann, Lênin elucidou que o proletariado deveria “demolir a máquina de Estado burocrático-militar” (LÊNIN, 2017, p. 61), sendo essa uma das principais lições do marxismo sobre as tarefas do proletariado na revolução. Mas, após essa demolição, pelo que substituir essa máquina quebrada do Estado? Pela elevação do proletariado como classe dominante. Nessa nova organização do poder, no lugar das instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários públicos e exército permanente), haveria o próprio proletariado desempenhando essas funções de forma direta. Quanto mais as funções do poder de Estado se tornarem de todo o povo, menos necessário se tornaria esse poder (LÊNIN, 2017, p. 66). Ainda sobre a abolição do Estado burguês, Lênin destacou como uma medida notável da Comuna de Paris a:

Abolição de todos os dinheiros na representação, de todos os privilégios pecuniários dos funcionários, redução dos vencimentos de todos os funcionários do Estado para o nível dos “salários de operário”. É aqui exatamente que se manifesta de modo mais evidente a *ruptura* com a democracia burguesa rumo à democracia proletária, da democracia dos opressores para a democracia das classes oprimidas, do Estado como “*força especial*” para a repressão de determinada classe para a repressão dos opressores pela *força geral* da maioria do povo, dos operários e dos camponeses. E é justamente nesse ponto, talvez o mais importante, em que

se evidencia a questão do Estado, que as lições de Marx são mais esquecidas! (LÊNIN, 2017, p. 66).

Ao tratar sobre essa nova forma de organização estatal, Lênin questionou os privilégios do funcionalismo público. Em sua opinião, essa estrutura burocrática deveria ser imediatamente substituída pela elegibilidade de todos os funcionários, com revogabilidade a qualquer momento, sem exceção e, principalmente, pela redução de seus vencimentos até se equipararem ao habitual salário de operário. “Essas medidas democráticas simples e compreensíveis por si mesmas, unindo completamente os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, serviriam ao mesmo tempo de ponte que conduz do capitalismo para o socialismo” (LÊNIN, 2017, p. 67). Essas medidas comporiam apenas o início da transição. Ao analisar como Marx expôs essa concepção, Lênin elucidou que:

Marx concluiu, a partir de toda a história do socialismo e da luta política, que o Estado deverá desaparecer e que a forma transitória de seu desaparecimento (passagem do Estado para o não Estado) será “o proletariado organizado como classe dominante”. Mas Marx não se propunha a *descobrir* as *formas* políticas desse futuro. Limitou-se a uma observação precisa da história francesa, à sua análise e à conclusão a que o conduziu o ano de 1851: as coisas aproximam-se da destruição da máquina de Estado burguesa (LÊNIN, 2017, p. 79).

Essa concepção consistia na primeira etapa da revolução socialista. A abolição do Estado burguês viria com a abolição imediata dos privilégios do funcionalismo público e do exército permanente. Como apresentado anteriormente, em várias passagens Lênin demonstrou a urgência dessas medidas. No entanto, apesar de terem sido adotadas pelo proletariado em luta na Comuna de Paris, duas grandes organizações divergiam sobre esse processo de transição defendido pelo Partido Bolchevique. De um lado estavam os anarquistas que se posicionavam contra qualquer forma de poder, e do outro os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários que defendiam a conciliação entre burguesia e proletariado.

As divergências políticas de Lênin com os anarquistas datam dos primeiros anos do século XX, em seus primeiros escritos. Nesse período, algumas teses começaram a ser esboçadas como material preparatório com o objetivo de caracterizar e publicizar o movimento anarquista. O texto *Anarquismo e socialismo* (LÊNIN, 1984, tomo 1), apesar de redigido em 1901, teve sua primeira publicação somente em 1936. Nesse texto, Lênin afirmou com palavras rudes que o anarquismo,

em seus 40 anos de sua existência, não resultou em nada além de frases gerais contra a exploração. Essas frases, usadas há mais de dois mil anos, tinham como características: a falta da compreensão das causas da exploração; do desenvolvimento da sociedade que conduz ao socialismo e da luta de classes como força criadora da realização do socialismo (LÊNIN, 1984, tomo 1, p. 36).

Sobre a falta de compreensão dos anarquistas sobre as causas da exploração, destacou a propriedade privada como base da economia mercantil e a propriedade social dos meios de produção. Para Lênin “o anarquismo é o individualismo burguês voltado do avesso. O individualismo como base de toda a concepção do mundo do anarquismo” (LENIN, 1984, tomo 1, p. 36). Sobre a incompreensão da luta de classes no proletariado, destacou o papel da organização e da educação dos operários. Para Lênin, não havia no movimento anarquista nenhuma doutrina, nenhum ensinamento revolucionário e nenhuma teoria. Existia, portanto, apenas para fracionar o movimento operário. Ao concluir seus esboços, afirmou que o anarquismo é a “subordinação da classe operária à política burguesa sob a aparência de negação da política” (LÉNINE, 1984, tomo 1, p. 37). Anos depois, já em 1910, Lênin expressou suas divergências da seguinte forma:

As principais divergências no movimento operário contemporâneo da Europa e da América reduzem-se à luta contra as duas grandes tendências que se desviam do marxismo, que se tornou de fato a teoria dominante nesse movimento. Essas duas tendências são o revisionismo (oportunismo, reformismo) e o anarquismo (anarco-sindicalismo, anarco-socialismo). Ambos esses desvios da teoria marxista e da tática marxista, dominantes no movimento operário, se observam sob diferentes formas e com diferentes matizes de mais de meio século do movimento operário de massas (LÉNINE, 1984, tomo 2, p. 39).

Para Lênin, havia causas essenciais esses desvios do marxismo que precisavam ser compreendidas para serem combatidas. Ao analisar o texto de Anton Pannekoek, *As divergências táticas do movimento operário*, Lênin destacou que uma das causas mais profundas que geram as divergências de tática refere-se ao próprio crescimento do movimento operário, que demanda grande formação teórica. Outro elemento é a rapidez do desenvolvimento do capitalismo, que ocorre de diferentes formas nos países e em suas economias. “É nas condições do máximo desenvolvimento da grande indústria que o marxismo é assimilado mais facilmente, mais rápida, completa e solidamente pela classe operária” (LÉNINE, 1984, tomo 2, p. 40).

As relações econômicas atrasadas ou que se atrasam no seu desenvolvimento conduzem constantemente ao surgimento de partidários do movimento operário que assimilam apenas alguns aspectos do marxismo, apenas certas partes da nova concepção de mundo ou certas palavras de ordem e reivindicações, não sendo capazes de romper devidamente com todas as tradições da concepção do mundo burguesa em geral e da concepção do mundo democrática burguesa em particular (LÉNINE, 1984, tomo 2, p. 40).

Ao analisar essas duas tendências, afirmou que os revisionistas consideram as reformas como realização parcial do socialismo. Já os anarquistas são incapazes de reunir as forças que criam os grandes acontecimentos.

Tanto uns como outros entravam a tarefa mais importante, mais vital: a coesão dos operários em organizações grandes, fortes, que funcionem bem, que sejam capazes de funcionar bem em *todas* as condições, impregnadas do espírito da luta de classe, que tenham uma clara consciência dos seus objetivos, educadas na concepção do mundo verdadeiramente marxista (LÉNINE, 1984, tomo 2, p. 41).

Lênin destacou essas duas grandes tendências por influenciarem diretamente no movimento operário europeu. Apesar das análises de Pannekoek se referirem, exclusivamente, à Europa, Lênin chama a atenção para a localização, na Rússia, desses mesmos desvios da tática, apesar das enormes diferenças culturais, de costumes e histórico-econômicas entre Rússia e o Ocidente. Ao final do texto, Lênin ressaltou que a divergência de táticas no movimento operário ocorre porque a própria burguesia modifica suas formas de intervenção. “Se a tática da burguesia fosse sempre uniforme, ou pelo menos sempre semelhante, a classe operária rapidamente aprenderia a responder-lhe com uma tática igualmente uniforme ou semelhante” (LÉNINE, 1984, tomo 2, p. 42). No entanto, a burguesia, historicamente, utiliza dois métodos para garantir seus interesses e sua dominação. O primeiro é a violência, recusando quaisquer concessões ao movimento operário. O segundo é o liberalismo, garantindo pequenas reformas. Para Lênin:

A burguesia não passa de um método para o outro por cálculo malévolo de determinadas pessoas nem por acaso, mas em consequência da contradição fundamental da sua própria situação. Uma sociedade capitalista normal não pode desenvolver-se com êxito sem um regime representativo consolidado, sem determinados direitos políticos da população, que não pode deixar de apresentar uma exigência relativamente elevada no aspecto cultural. Essa exigência quanto a um certo mínimo de cultura é gerada pelas condições do próprio modo de produção capitalista, com a sua elevada técnica, complexibilidade, flexibilidade, mobilidade, rapidez do desenvolvimento da

concorrência mundial, etc. As flutuações na tática da burguesia, as passagens do sistema da violência ao sistema de pretensas concessões, são em consequência disso, características da história de todos os países principalmente a utilização de um ou outro método durante determinados períodos (LÉNINE, 1984, tomo 2, p. 42).

Ao final o texto, Lênin destacou que na Alemanha, quando a burguesia se ateve ao método da violência, um efeito unilateral desse sistema foi o crescimento do anarco-sindicalismo. Décadas seguintes, quando houve a virada para as concessões ao proletariado, se revelou mais perigosa para o movimento operário, gerando o efeito igualmente unilateral do reformismo burguês: o oportunismo no movimento operário (LÉNINE, 1984, tomo 2, p. 43).

Lênin recorreu à Antonie Pannekoek para analisar as influências do revisionismo e do anarquismo no movimento operário europeu, o citando também em *O Estado e a revolução*. Apesar de discordar de alguns de seus posicionamentos, Lênin destacou a importância das análises de Pannekoek para confrontar os anarquistas e as correntes, intituladas por ele, de oportunistas ou reformistas. Em *O Estado e a revolução*, essas polêmicas foram estabelecidas especialmente com o principal representante da Segunda Internacional, Karl Kautsky.

Lênin demonstrou que Pannekoek levantou-se contra Kautsky ao considerar centrista suas teorias e seus posicionamentos políticos que, em sua opinião, vacilava entre o marxismo e o oportunismo (LÊNIN, 2017, p. 139). Para Lênin, esse centrismo tornou-se claro quando Kautsky e seus seguidores apresentaram uma visão revisionista sobre a guerra imperialista. Ao tratar a questão do Estado, Pannekoek apresentou suas diferenças com Kautsky, principalmente no que se refere as tarefas da revolução proletária. Em seu artigo *Ação de massas e a revolução*, Pannekoek afirmou que “a luta do proletariado não é simplesmente uma luta contra a burguesia *pele* poder de Estado como objeto, mas uma luta *contra* o poder de Estado” (PANNEKOEK, 1912, p. 548 *apud* LÊNIN, 2017, p. 139)<sup>75</sup>. Posteriormente, afirmou que “a luta só cessará quando se verificar, como resultado final, a completa destruição da organização estatal” (PANNEKOEK, 1912, p. 548 *apud* LÊNIN, 2017, p. 139)<sup>76</sup>. Para Pannekoek, somente após essa destruição que a organização da maioria terá provado sua superioridade.

---

<sup>75</sup> PANNEKOEK, Antonie. Massenaktion und die Revolution. *Die Neue Zeit*, XXX, 2, 1912

<sup>76</sup> Idem.

Kautsky refutou essa teoria no artigo intitulado *O radicalismo mais recente*, onde afirmou que “até aqui a destruição do poder do Estado era meta só dos anarquistas, que eles contrapunham à nossa meta de conquista de poder de Estado. Pannekoek quer ambas as coisas” (KAUTSKY, 1912, p. 724<sup>77</sup> *apud* LÊNIN, 2017, p. 139). Para Lênin, com essa afirmação, Kautsky abandonou inteiramente a posição do marxismo e passou completamente para o oportunismo. A diferença entre os social-democratas e os anarquistas é definida por ele de um modo completamente falso, e assim o marxismo é de todo deturpado e vulgarizado. Assim, Lênin esclareceu as principais diferenças entre marxistas e anarquistas:

1) os primeiros, tendo como objetivo a completa extinção do Estado, reconhecem que esse objetivo só é realizável depois da extinção das classes pela revolução socialista, como resultado da instauração do socialismo, que leva ao definhamento do Estado; os segundos querem a extinção completa do Estado de um dia para o outro, sem compreender as condições da realização de tal extinção. 2) os primeiros reconhecem o caráter imprescindível para o proletariado de, ao conquistar o poder político, destruir completamente a velha máquina de Estado, de a substituir por uma nova, que consiste na organização dos trabalhadores armados, segundo o tipo da Comuna; os segundos, ao defender a destruição da máquina do Estado, têm uma ideia absolutamente confusa de *pelo que* o proletariado a substituirá e *como* usará o poder revolucionário; os anarquistas negam até o emprego do poder de Estado pelo proletariado revolucionário, sua ditadura revolucionária. 3) Os primeiros exigem a preparação do proletariado para a revolução por meio do emprego do Estado moderno; os anarquistas negam isso (LÊNIN, 2017, p. 140).

Observamos nessa passagem uma ruptura sobre a concepção de transição dos marxistas com os anarquistas. Como destacou Lênin, não existem divergências sobre a necessidade da abolição do Estado como objetivo. No entanto, para atingir tal objetivo, é necessário “utilizar temporariamente os instrumentos, os meios e os métodos do poder de Estado contra os exploradores, como, para extinguir as classes, é necessária a ditadura temporária da classe oprimida” (LÊNIN, 2017, p. 85). Em essência, essa configura uma das principais divergências do marxismo com o anarquismo.

Ainda sobre a abolição do Estado burguês, Lênin é criterioso ao apresentar suas divergências com alguns setores da social-democracia. Retomando as críticas direcionadas à Kautsky, ele destacou que a revolução consiste na destruição do aparelho administrativo e todo o aparelho de Estado pelo proletariado, substituindo-o

---

<sup>77</sup> KAUTSKY, Karl, Der jüngste Radikalismus. *Die Neue Zeit*, XXXI, 1, 1912-1913.

por um novo, constituído pelos trabalhadores armados. Já Kautsky e as principais organizações políticas russas como os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários, demonstram uma veneração pelos departamentos da administração pública.

A essência da questão não está de modo nenhum em saber se substituirão os “ministérios” ou se haverá “comissões de especialistas” ou quaisquer outras instituições, isso não tem nenhuma importância. A essência da questão está em saber se a velha máquina do Estado (ligada à burguesia por milhares de fios e impregnada até a medula de rotina e inércia) será mantida ou se será *destruída* e substituída por uma nova. A revolução deve consistir não em que a nova classe comande e administre com a ajuda da *velha* máquina de Estado, mas em que ela *quebre* essa máquina e comande, administre, com a ajuda de uma máquina *nova* – é essa *ideia fundamental* do marxismo que Kautsky escamoteia ou da qual não entendeu nada (LÊNIN, 2017, p. 142).

Sobre o conteúdo dessa passagem, é importante lembrar que um dos objetivos da obra *O Estado e a revolução* era polemizar com as correntes socialistas que incidiam sobre o movimento operário russo e reivindicavam uma passagem lenta e gradual do poder da burguesia para o proletariado. Lênin sempre denunciou essa concepção, considerando oportunista e de vulgarização do marxismo. O principal ensinamento referente à primeira fase da sociedade comunista era que a revolução não deveria administrar a máquina do Estado, mas sim destruí-la, tal como foi concebida pelas classes dominantes. Para Lênin, somente com esse entendimento que o proletariado poderia avançar rumo à construção de uma sociedade socialista.

#### **4.3 Definhar o Estado proletário: a fase superior da sociedade comunista**

*A substituição do Estado burguês pelo proletário é impossível sem a revolução violenta. A extinção do Estado proletário, ou seja, a extinção de todo o Estado, é impossível de outro modo senão por meio de seu “definhamento”.*

Lênin, em *O Estado e a revolução*, 2017.

Antes de aprofundarmos sobre o definhamento do Estado proletário, destacamos que a obra *O Estado e a revolução* não é um manual contendo o passo a passo de como fazer a revolução, ou um guia de como chegar ao comunismo. A partir de elementos da realidade, como o crescimento da classe operária, e das lições das experiências históricas, como a Comuna de Paris, Lênin fez apontamentos de como a sociedade comunista poderia ser alcançada. Uma das principais tarefas do

proletariado mundial, para Lênin, é a abolição do Estado burguês e, posteriormente, o definhamento do Estado proletário. Essa política se diferenciava de várias organizações políticas que atuavam no movimento operário como os anarquistas, os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários. Estabelecer essa delimitação é importante porque, em alguns momentos, Lênin apresentou como essa nova realidade poderia ser alcançada, não significando, entretanto, uma proposta imutável para a transição.

A Comuna de Paris foi a primeira tentativa da revolução proletária em quebrar a máquina de Estado burguesa que durou apenas 72 dias, o que impossibilitou avançar na política do definhamento do Estado proletário. Analisando esse período, Marx demonstrou os primeiros e importantes passos dos “communards” rumo à transição, dentre eles, a supressão do exército permanente e a substituição pelo povo armado; a formação de conselhos municipais, formados por sufrágio universal nos diversos distritos das cidades; a remuneração dos servidores públicos com salários iguais aos dos operários; a abertura das instituições de ensino para o povo gratuitamente. Em suma, toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna (MARX, 2011, p. 56-57). Em *O Estado e a revolução*, Lênin recorreu às obras de Marx para analisar a experiência da Comuna de Paris, em especial ao texto *A guerra civil na França*. Mas será por meio das obras de Engels que ele avançou teoricamente sobre o definhamento do Estado proletário e a instauração da sociedade comunista.

Dentre as obras de Engels apreciadas por Lênin, destacamos *A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*, mais conhecido como *Anti-Dühring*. Publicada originalmente em 1878, a obra reuniu materiais escritos entre 1877-1878 para o jornal dos social-democratas alemães. Considerada uma das principais obras de Engels, *Anti-Dühring* foi concebida como uma resposta ao também alemão Eugen Dühring, que havia criado sua própria versão do socialismo, baseada em uma teoria “autocrática” que excluía a teoria marxista.

Em *O Estado e a revolução*, logo no primeiro capítulo, Lênin dedicou um tópico para analisar a revolução violenta o definhamento do Estado. A primeira análise refere-se às deturpações das correntes consideradas por ele oportunistas. Para Lênin, as palavras de Engels sobre o definhamento do Estado, apesar de amplamente conhecidas, foram frequentemente citadas e falsificadas por essas correntes políticas. Como exemplo, apresentou uma das passagens mais deturpadas de sua obra:

O proletariado assume o poder de Estado e transforma os meios de produção primeiro em propriedade do Estado. Desse modo, ele próprio se extingue como proletariado, desse modo, ele extingue todas as diferenças e os antagonismos de classes e, desse modo, ele também extingue o Estado enquanto Estado. A sociedade que tivemos até agora, que se move por meio de antagonismos de classes, necessitou do Estado – isto é, de uma organização da respectiva classe espoliadora – para sustentar suas condições exteriores de produção, ou seja, principalmente, para reprimir pela força a classe espoliada nas condições de opressão dadas pelo modo de produção vigente {(escravidão, servidão ou vassalagem, trabalho assalariado)}. O Estado foi o representante oficial de toda a sociedade, sua síntese numa corporação visível, mas ele só foi isso na medida em que constituiu o Estado da classe que, para sua época, representou toda a sociedade {na Antiguidade, o Estado dos cidadãos escravistas; na Idade Média, o Estado da nobreza feudal; em nosso tempo, o Estado da burguesia}. Tornando-se, por fim, de fato, o representante de toda a sociedade, ele próprio se torna supérfluo. No momento em que não houver mais classe social para manter a opressão, no momento em que forem eliminadas, junto com a dominação classista e a luta pela existência {individual} fundada na anarquia da produção antes vigente, também as colisões e os excessos delas decorrentes, nada mais haverá para reprimir, nada mais haverá que torne necessário um poder repressor específico, um Estado. O primeiro ato no qual o Estado realmente atua como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato {autônomo} enquanto Estado. {De esfera em esfera, a intervenção do poder estatal nas relações sociais vai se tornando supérflua e acaba por desativar-se}. O governo sobre pessoas é substituído pela administração de coisas pela conclusão de processos de produção. A sociedade livre não pode utilizar ou tolerar nenhum “Estado” entre ela e seus membros. {O Estado não é “abolido”, *mas definha e morre*}. É por esse critério que deve ser medida a fraseologia que fala de um “Estado nacional livre”, considerando tanto a momentânea justificação na boca dos agitadores como a sua definitiva insuficiência científica {; também é por ele que se deve medir a exigência dos assim chamados anarquistas de que o Estado deve ser abolido de um dia para o outro} (ENGELS, 1894, p. 301-303<sup>78</sup> *apud* LÊNIN, 2017, p. 39).

A deturpação desse raciocínio refere-se à passagem em que Engels, referenciando Marx, afirma que o Estado “definha e morre”, diferentemente da doutrina da “abolição” do Estado. Segundo Lênin, as correntes, consideradas por ele oportunistas, utilizaram essa passagem para explicarem que a mudança das sociedades seria lenta, uniforme e gradual, sem saltos e tempestades, ou seja, com ausência da própria revolução (LÊNIN, 2017, p. 39). Entretanto, para Lênin, essa interpretação é a mais “brutal deturpação do marxismo, favorável apenas para a burguesia e teoricamente baseada no esquecimento das mais importantes circunstâncias e considerações indicadas de Engels” (LÊNIN, 2017, p. 39-40).

---

<sup>78</sup> ENGELS, Friedrich. *Herrn Eugen Dühring's Umwälzung der Wissenschaften (Anti-Dühring)*. 3. Aufl. Stuttgart, 1894.

Dentre as principais considerações apresentadas por Lênin estão as seguintes: 1) O Estado burguês, segundo Engels, não definha, mas é extinto pelo proletariado na revolução. O que definha depois dessa revolução é o Estado proletário; 2) Sendo o Estado um poder repressor específico, ele só pode ser substituído por outro poder repressor específico que, no caso, é a ditadura do proletariado; 3) A democracia burguesa é substituída por uma democracia mais completa até o seu definhamento. “Isso parece muito estranho à primeira vista. Mas só é incompreensível para quem não refletiu sobre o fato de que a democracia é também um Estado e que, conseqüentemente, a democracia também desaparece quando desaparece o Estado” (LÊNIN, 2017, p. 40-41); 4) Para Lênin, ao formular sua teoria de “definha e morre”, Engels se dirigiu tanto aos oportunistas, quanto aos anarquistas; 5) A revolução violenta é inevitável no processo de transformação das sociedade.

No entanto, como ressaltou Lênin, a doutrina de Marx e Engels sobre a inevitabilidade da revolução violenta refere-se ao Estado burguês. Em suas análises, essa máquina estatal, tal como foi concebida, não pode ser substituída pelo Estado proletário pela via do definhamento, mas apenas, como regra geral, por meio da revolução violenta (LÊNIN, 2017, p. 43-44). Lênin considerava essa mais uma das deturpações realizadas pelas correntes socialistas. Contrário às políticas de conciliação de classes ou mesmo de uma transição pacífica, ressaltou a todo momento que a substituição do Estado burguês pelo proletariado é impossível sem a revolução violenta, e a extinção do Estado proletário é impossível senão por meio de seu definhamento. Por isso enfatizou a importância de se educar os proletários nessa política de transição.

A necessidade de educar sistematicamente as massas *em tal* e precisamente em tal aspecto da revolução violenta está na base de *toda* a doutrina de Marx e Engels. A traição à sua doutrina pelas correntes social-chauvinistas e Kautskiana atualmente dominante exprime-se com especial relevo no esquecimento *de tal* propaganda de tal agitação – tanto por parte de uns quanto por parte de outros (LÊNIN, 2017, p. 44).

Segundo Lênin, Marx e Engels ofereceram o desenvolvimento detalhado desses aspectos da abolição do Estado burguês e do definhamento do Estado proletário ao analisarem as lições de cada revolução específica. A Comuna de Paris, por exemplo, apresentou para o proletariado mundial elementos concretos de como a

transição do capitalismo para o comunismo poderia ocorrer. Ao analisar esse período histórico, Lênin apresentou várias lições que incidem diretamente na transição, especialmente, no definhamento do Estado proletário.

Para Lênin, Marx apontou que, primeiramente, a classe operária deve quebrar, demolir a máquina de Estado pronta, e não se limitar à sua conquista. Através da sua ascensão como classe dominante, o proletariado deveria abolir a máquina de Estado burocrático-militar, armando o povo, acabando com os privilégios dos funcionários públicos, e adotando políticas que viabilizassem, futuramente, o definhamento do Estado proletário.

Dentre as polêmicas expostas em *O Estado e a revolução*, relacionadas à Comuna de Paris, destacamos o debate sobre a extinção do parlamentarismo. A Comuna não é uma instância parlamentar, mas a fusão do poder Executivo com o Legislativo. Além do mais, diferentemente da organização burguesa anteriormente constituída, o povo no parlamento se organizaria em Comunas (MARX, 2011, p. 57). Para Lênin, essa notável crítica do parlamentarismo, escrita em 1871, foi esquecida por algumas correntes marxistas.

Os ministros e os parlamentares de profissão, os traidores do proletariado e os socialistas interesseiros de nossos dias deixaram inteiramente aos anarquistas a crítica do parlamentarismo e, nessa base espantosamente razoável, declararam anarquista qualquer crítica ao parlamentarismo! (LÊNIN, 2017, p. 69).

Ao considerar o parlamentarismo como uma das instituições do Estado, qual seria o caminho de saída do parlamentarismo? Como se pode passar sem ele? A esses questionamentos, Lênin respondeu que o caminho de saída do parlamentarismo não consiste na extinção das instituições representativas e da elegibilidade, “mas na transformação das instituições representativas, de lugares de charlatanice em instituições de trabalho” (LÊNIN, 2017, p. 70). Por isso elucidou que:

A comuna substituiu o parlamentarismo corrupto e apodrecido da sociedade burguesa por instituições em que a liberdade de opinião e de discussão não degenera em engano, pois os próprios parlamentares têm de trabalhar, executar eles próprios suas leis, comprovar eles próprios o que se consegue na vida, responder eles próprios diretamente a seus eleitores. As instituições representativas permanecem, mas o parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados, não existe aqui (LÊNIN, 2017, p. 71).

Sobre a relação do parlamentarismo com a democracia, destacou:

Não podemos conceber uma democracia, nem mesmo uma democracia proletária, sem instituições representativas, mas podemos e *devemos* concebê-la, sem parlamentarismo, se a crítica da sociedade burguesa não é para nós palavras vazias, se a aspiração a derrubar a dominação da burguesia é nossa aspiração séria e sincera, não uma frase eleitoral destinada a captar os votos dos operários, como para os mencheviques e os SRs (LÊNIN, 2017, p. 71)

Segundo Lênin, não há utopia em Marx quando pensou uma nova sociedade. Mas, a partir da velha sociedade, projetada como essa nova poderá ser constituída. Em suma, “toma a experiência real do movimento proletário de massas e esforça-se por tirar dela lições práticas” (LÊNIN, 2017, p. 72). Desse modo:

Não se trata de extinguir de uma só vez, por toda parte, até o fim, o funcionalismo. Isso é utopia. Mas destruir de uma só vez a velha máquina burocrática e começar imediatamente a construir uma nova, que permita gradualmente acabar com todo o funcionalismo, não é utopia – é a experiência da Comuna, é a tarefa imediata, direta, do proletariado revolucionário (LÊNIN, 2017, p. 72).

Assim, Lênin compreendeu e expôs uma das etapas da transição do Estado proletário, substituindo a representação estatal burocrática por uma verdadeira representação do proletariado, sendo que essa representação se constituiria, essencialmente, através da Comuna.

Após referenciar os escritos de Marx, principalmente a obra *A guerra civil na França*, Lênin recorreu novamente à Engels para expor outros aspectos da transição socialista. Dentre os assuntos tratados, destacamos as análises apresentadas sobre a questão da moradia. Apesar de configurar-se, inicialmente, em um debate pontual, Lênin usou essa problemática para esclarecer as tarefas do Estado proletário. Analisando um tema concreto, foi possível verificar “traços de coincidência do Estado proletário com o Estado atual – traços que dão base, em ambos os casos, para falar de Estado – e, por outro lado, traços de distinção ou transição para a extinção do Estado” (LÊNIN, 2017, p. 81). A passagem da obra *Sobre a questão da moradia* a que Lênin recorre é a seguinte:

Como se resolve, então, a questão da moradia? Em nossa sociedade atual, exatamente do mesmo modo como se resolve qualquer outra questão social: mediante o gradativo equilíbrio econômico entre procura e oferta, uma solução que sempre gera de novo seu próprio problema, não sendo, portanto,

solução nenhuma. O modo como uma revolução social poderia solucionar essa questão não só depende das circunstâncias do momento, mas também tem a ver com questões muito mais profundas, sendo uma das mais essenciais a supressão do antagonismo entre cidade e campo. Dado que não precisamos criar sistemas utopistas para instaurar a sociedade futura, seria totalmente supérfluo entrar nesse tema. Uma coisa é certa, porém: já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real “escassez de moradia”. Naturalmente, isso só poderá ser feito mediante a expropriação dos atuais possuidores, ou então mediante a acomodação, nessas casas, de trabalhadores sem teto ou trabalhadores aglomerados nas moradias atuais; assim que o proletariado tiver conquistado o poder político, essa medida exigida pelo bem-estar público terá sua execução tão facilitada quanto outras expropriações e acomodações feitas pelo Estado atual (ENGELS, 2015, p. 56).

Segundo Lênin, o Estado atual ordena expropriações e ocupações de moradias que são realizadas de acordo com os interesses das classes dominantes. O Estado proletário, do ponto de vista formal, também ordenará a ocupação e a expropriação de casas. No entanto, o antigo aparelho estatal mostra-se inapto para realizar, na prática, as disposições do Estado proletário. Para esclarecer esse ponto de vista, Lênin recorreu novamente à Engels.

A propósito, é preciso constatar que a “apropriação efetiva” de todos os instrumentos de trabalho, a tomada de posse de toda a indústria pelo povo trabalhador é o exato oposto do “resgate” proudhonistas. Neste último, o trabalhador individual se torna proprietário da moradia, da fazenda, do instrumento do trabalho; na primeira, o “povo trabalhador” permanece como proprietário global das casas, fábricas e instrumentos de trabalho, e, pelo menos durante o período de transição, dificilmente cederá seu direito de uso a indivíduos e sociedades sem alguma indenização dos custos. Exatamente do mesmo modo a abolição da propriedade fundiária não é a abolição da renda fundiária, mas sua transferência, embora numa forma modificada, para a sociedade. Portanto, a tomada de posse efetiva de todos os instrumentos de trabalho pelo povo trabalhador de modo algum exclui a manutenção da relação de locação (ENGELS, 2015, p. 134).

Ao analisar as bases econômicas do definhamento do Estado, Lênin esclareceu que Engels apresentou, com extremo cuidado, que “dificilmente o Estado proletário distribuirá moradias sem pagamento, pelo menos durante o período de transição” (LÊNIN, 2017, p 83).

O aluguel das moradias, propriedade de todo o povo, a diferentes famílias em troca de uma renda pressupõe também a cobrança dessa renda e certo controle e estabelecimento de algumas normas de repartição das moradias. Tudo isso exige determinada forma de Estado, mas não exige de maneira nenhuma um aparelho militar e burocrático especial, com funcionários beneficiando-se de uma situação especialmente privilegiada. E a transição

para uma situação em que poderão ser distribuídas habitações gratuitamente está ligada ao “definhamento” total do Estado (LÊNIN, 2017, p. 83).

Lênin recorreu à Engels para analisar a questão da moradia, mas esse exemplo poderia ser aplicado a outros elementos da vida social como trabalho, lazer, alimentação e vestuário. O aprofundamento dessa transição se deu no quinto capítulo, momento em que Lênin analisou as condições econômicas do definhamento do Estado. Nesse capítulo, um dos principais questionamentos apresentado pelo autor foram: “que transformação sofrerá o Estado em uma sociedade comunista? Em outras palavras, que funções sociais se manterão análogas às do Estado?” (LÊNIN, 2017, p. 111). Parte dessas questões foram respondidas ao analisar a transição do capitalismo para o comunismo, organizada, essencialmente, em duas etapas: a primeira fase da sociedade comunista e a fase superior da sociedade comunista.

Para empreender essa análise, Lênin se baseou na *Crítica do Programa de Gotha*. Escrita em 1875, essa obra reúne um conjunto de textos redigidos por Marx sobre o projeto de unificação dos partidos socialistas alemães numa única agremiação operária. Para Lênin, nessa obra, Marx refutou detalhadamente a ideia do socialista alemão Ferdinand Lassale (1825-1864)<sup>79</sup> de que o operário, sob o regime socialista, receberá o produto intacto, o fruto integral do seu trabalho.

Para Lênin, Marx demonstrou que da totalidade do produto social é preciso “deduzir o fundo de reserva, o fundo de ampliação de produção, a ‘amortização’ da ferramenta usada etc.; em seguida, sobre os objetos de consumo, um fundo para as despesas de administração para as escolas, os hospitais, os asilos de velhos etc.” (LÊNIN, 2017, p. 117). Segundo Lênin, ao invés de uma fórmula imprecisa, tal como afirmou Lassale, Marx estabeleceu o orçamento exato da gestão da sociedade socialista. Ao analisar o programa do partido operário, Marx afirmou:

Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu (MARX, 2012, p. 29).

---

<sup>79</sup> Socialista alemão, originou o lassallianismo, visto por aliados de Marx como uma forma de oportunismo do movimento operário alemão. Foi um dos fundadores da Associação Geral de Operários Alemães (1863), que teve significado positivo para o movimento operário. Contudo, o esforço de Lassale para adaptá-la ao regime de Bismark dificultou a atividade da Primeira Internacional.

Como apresentado anteriormente, segundo Lênin, é essa sociedade comunista que acaba de sair do ventre do capitalismo, carregando todas as marcas da velha sociedade, que Marx denominou primeira fase, ou fase inferior da sociedade comunista. Nessa primeira fase, os meios de produção deixam de ser propriedade privada de indivíduos e passam a pertencer à sociedade inteira.

Cada membro da sociedade, executando certa parte do trabalho socialmente necessário, recebe um certificado constatando que efetuou determinada quantidade de trabalho. Com esse certificado, ele recebe, nos armazéns públicos, uma quantidade correspondente de produtos. Feito o desconto da quantidade de trabalho destinada ao fundo social, cada operário recebe da sociedade quanto lhe deu (LÊNIN, 2017, p. 118).

Apesar da igualdade aparente, Lênin destacou que na primeira fase do comunismo, a justiça e a igualdade ainda não se realizarão, pois ainda existirão diferenças de riquezas. No entanto, o que não poderá existir é a exploração do homem pelo homem, pois ninguém poderá continuar dispondo dos meios de produção, das fábricas, das máquinas e da terra (LÊNIN, 2017, p. 118-119).

Assim, na primeira fase da sociedade comunista (que se costuma chamar de socialismo), o “direito burguês” não é abolido completamente, mas apenas em parte, na medida em que a revolução econômica foi realizada, isto é, apenas no que diz respeito aos meios de produção. O “direito burguês” atribuiu aos indivíduos a propriedade daqueles. O socialismo faz deles propriedade comum. É nisso – e somente nisso – que o direito “burguês é abolido” (LÊNIN, 2017, p. 119).

O estágio superior dessa organização societal seria a instauração do comunismo. Retomando a *Crítica ao Programa de Gotha*, Lênin apresentou a seguinte passagem de Marx:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (MARX, 2012, p. 32)

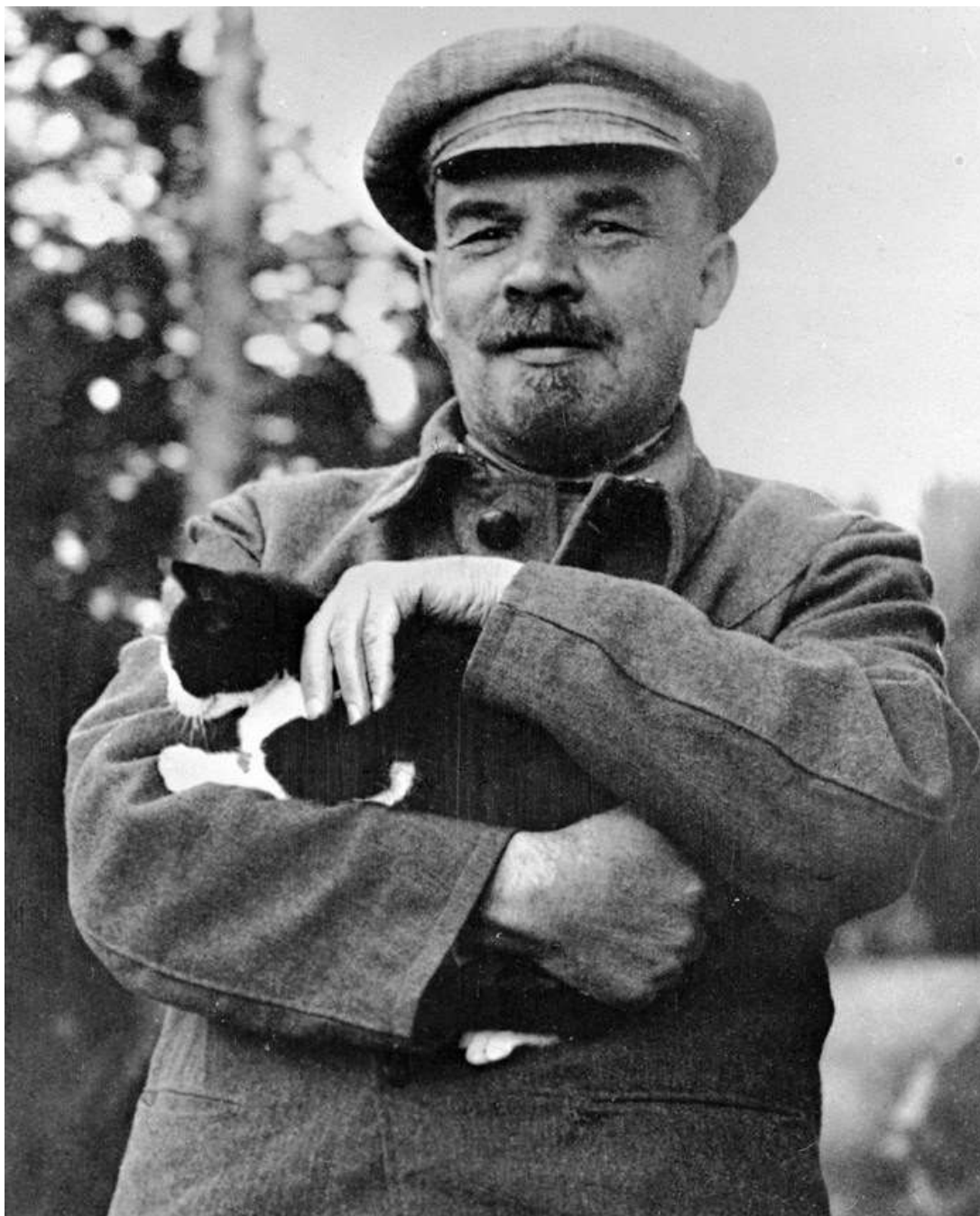
Para Lênin (2017, p. 121),

A condição econômica da extinção completa do Estado é o comunismo elevado a tal grau de desenvolvimento que toda oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico desaparecerá, desaparecendo, portanto, uma das principais fontes de desigualdade *social* contemporânea, fonte que a simples socialização dos meios de produção, a simples expropriação dos capitalistas, é por completo impotente de fazer secar de uma só vez.

Lênin apresentou, nesse capítulo, apontamentos de como a sociedade poderia ser transformada. Quando os membros da sociedade tiverem aprendido a gerirem independentemente o Estado será o momento em que tenderá a desaparecer a necessidade de qualquer administração. Por isso, elucidou:

Quanto *todos* de fato tiverem aprendido a administrar e de fato administrarem diretamente a produção social, quanto todos de fato procederem ao registro e ao controle dos parasitas, dos filhos-família, dos velhacos e outros “guardiões das tradições capitalistas”, então será tão incrivelmente difícil, para não dizer impossível, escapar a essa contabilidade e a esse controle nacionais que uma rara exceção será, provavelmente, acompanhada de um castigo tão pronto e tão exemplar (pois os operários armados são gente prática, não intelectuais sentimentais, e não gostam que brinquem com eles) que a *necessidade* de observar as regras simples e fundamentais de todo o convívio humano se tornará, muito depressa, *hábito*. Então a porta se abrirá, de par em par, para a passagem da primeira fase à fase superior da sociedade comunista e, ao mesmo tempo, ao definhamento completo do Estado (LÊNIN, 2017, p. 127).

Fotografia 17 – Lênin com seu gato - 1909



Fonte: MENEZES, 2020, [s.p.].

## 5. CONCLUSÃO

*Enquanto existir Estado, não haverá liberdade. Quando houver liberdade, não haverá mais Estado.*

Lênin em *O Estado e a revolução*, 2017.

Iniciamos as considerações finais desta pesquisa com uma questão: como compreender processos revolucionários, que objetivam à construção de uma sociedade socialista, dissociados da formação e transformação do ser social? Em nossa opinião, o pensar e o agir constituem a essência da liberdade humana, e a educação revolucionária o despertar do espírito crítico e livre da consciência. Ao menos que se reproduza a lógica de perpetuação do sistema capitalista, a revolução socialista, em seu ato político concreto, possui como uma das suas principais tarefas romper com as amarras econômicas, políticas e sociais que historicamente imobilizam e alienam os sujeitos revolucionários.

Compreendendo a luta como ato educativo, encontramos nas greves, manifestações, publicações de artigos, livros, revistas e jornais, ocupações de fábricas, conselhos operários e nas mais diversas formas da organização social, processos que incidem diretamente sobre a formação humana para a transformação do ser social. É a realidade objetiva, aliada à formação teórica, que proporciona a libertação do pensamento e da ação. Nesse sentido, uma das etapas do desenvolvimento da consciência ocorre quando sujeitos revolucionários, reconhecendo suas realidades, lutam por transformá-las.

Considerando nosso objeto de estudo, a formação humana para a transformação do ser social se localiza em várias passagens da obra analisada, mas principalmente quando o autor eleva o proletariado como protagonista da revolução. Consciente do atraso cultural dos camponeses e da sua situação objetiva de classe, Lênin demonstrou que somente o proletariado seria capaz de levar até as últimas consequências a revolução socialista, incluindo nesse processo a luta contra a burguesia.

*O Estado e a revolução*, de Vladímir Ilitch Uliánov, é um clássico da teoria marxista. Popularmente e amplamente divulgado após a sua redação, seu principal objetivo consistiu em demonstrar para o proletariado russo a falácia das políticas de conciliação de classes defendidas por diversas organizações socialistas. Para Lênin,

não bastava ao proletariado apropriar-se da máquina estatal, mas lutar por sua completa destruição. Desse modo, consideramos que a batalha não era pelo poder do Estado, mas contra o poder do Estado.

As análises desta pesquisa demonstram que, às vésperas da Revolução Socialista de Outubro, Lênin apresentou para o proletariado russo que a única alternativa posta para a revolução era a sua radicalização. Essa concepção era contrária, na teoria e na prática, às organizações anarquistas, que defendiam a abolição imediata do Estado, e, principalmente, às correntes socialistas que acreditavam que a conciliação entre burguesia e proletariado seria a melhor alternativa para a transição do capitalismo para o socialismo.

Em 1917, Mencheviques e Socialistas Revolucionários se tornaram os principais adversários de Lênin e do Partido Bolchevique. O distanciamento entre as concepções políticas intensificou a rivalidade entre essas organizações. Para Lênin, ao defenderem um governo comum, se localizavam entre o oportunismo e o reformismo. E essa política deveria ser combatida e denunciada por todos que reivindicavam o marxismo. A revolução, iniciada em fevereiro, ainda estava em disputa e a relação das organizações políticas com o Estado também. Por isso, durante as perseguições realizadas pelo governo provisório de Aleksandr Keriénski, Lênin antecipou suas formulações teóricas sobre o Estado, relacionando esse aparelho burocrático-militar com a doutrina do marxismo e as tarefas do proletariado na revolução. É nesse contexto que surge a obra *O Estado e a revolução*.

Ao construir suas análises sobre o Estado, recorreu aos originais de Marx e Engels sobre o Estado e as experiências históricas analisadas por eles, em especial as revoluções francesas de 1848-1851 e a Comuna de Paris de 1871. Dentre as lições apresentadas, destacamos a importância da transição, ou seja, a passagem do capitalismo para o comunismo. Para Lênin, a concretização dessa transição seria possível apenas com a elevação do proletariado organizado à classe dominante. Em todos os capítulos, Lênin defendeu a importância dessa centralização do poder, com o objetivo de avançar a revolução socialista.

Ao realizarmos a leitura e análise imanente de *O Estado e a revolução*, observamos que, apesar de ser uma obra inacabada, uma vez que o último capítulo nunca foi redigido, esses escritos demonstram que uma das preocupações de Lênin consistia em combater as deturpações do marxismo amplamente difundidas pelas correntes socialistas do seu tempo. Por isso, aprofundou teoricamente nas diferenças

estabelecidas com seus adversários políticos como Karl Kautsky e Gueorgui Plekhávvov. Apesar do seu centenário, em nossa opinião, essas polêmicas podem ser facilmente trazidas para os dias atuais, principalmente, quando discutimos as experiências obtidas com a Comuna de Paris, a ditadura do proletariado, a transição socialista e a criação de estados operários.

Apesar do pouco tempo de existência da Comuna de Paris, essa experiência foi fundamental para Lênin extrair dali conclusões fundamentais para a vitória da Revolução Russa de 1917. Dentre elas, a importância da independência de classe, da organização dos soviets, da constituição do partido operário e, principalmente, da destruição do Estado burguês. Em seus escritos, demonstrou que não bastava o proletariado conquistar o Estado, tal como foi concebido, mas sim destruir sua máquina burocrático-militar e substituí-la pela elevação do proletariado como classe dominante. A ditadura do proletariado serviria apenas para garantir os interesses e a permanência dessa classe no poder. Para Lênin, essas duas etapas da revolução, a destruição do Estado burguês e a elevação do proletariado como classe dirigente, seriam fundamentais para o processo de transição socialista. Somente com essas políticas, os estados operários poderiam ser constituídos para, posteriormente, serem definidos.

Certamente, sem estudar a experiência da Comuna de Paris não seria possível avançar na Revolução Russa de 1917. Seus ensinamentos foram fundamentais para que Lênin travasse uma luta teórica e histórica com seus adversários políticos. Sobre a importância da constituição de partidos operários, diferentemente das formas que encontramos nos dias atuais, onde todas as ilusões e insatisfações são canalizadas para as vias parlamentares, encontramos em *O Estado e a revolução* a importância da organização política e da bandeira socialista. Em toda sua trajetória, Lênin defendeu que o partido, como organização consciente do proletariado, consistia no principal instrumento de luta para fazer avançar o socialismo. Sobre a importância dessa organização, elucida Maria Angélica Borges:

Lênin ridicularizou o espontaneísmo político, o poder destruidor da massa e da violência sem rumo nem direção. Prévia-ideação e ação devem ser planejadas. Lideranças precisam ser construídas. Quadros precisam ser formados. Realidades novas podem e devem ser pensadas à luz da teoria revolucionária. O arcabouço marxiano deve ser lido não como um dogma, mas como ontologia do ser social, que nos abraça e nos alimenta para novas passadas à luz das especificidades do século XXI (BORGES, 2017, p. 195).

A unidade entre teoria e *práxis* compõem a ação desse líder revolucionário. Sua dedicação aos estudos e, conseqüentemente, sua formação política, moldaram e transformaram Lênin em um dos principais teóricos marxistas do século XX, reconhecido por seus aliados e adversários políticos. Nesta pesquisa, analisamos, essencialmente, a obra *O Estado e a revolução*, mas não poderíamos compreendê-la sem abarcar suas principais construções teóricas. As obras que antecederam *O Estado e a revolução* demonstraram a construção de um pensamento que apresentava como base a realidade social. Por isso, Lênin, anos antes, analisou e aprofundou seus estudos sobre o imperialismo, ao compreender que essa fase acentuaria as transformações do capitalismo, tornando o debate do Estado fundamental.

Ainda sobre as possibilidades de formação para a transformação do ser social, não dedicamos um capítulo específico para tratar essa temática por compreendermos que esse processo se encontra intrínseco a sua formulação teórica e, principalmente, a sua *práxis* revolucionária. Diferentemente de uma educação formal, de processos educativos que se realizam em espaços oficiais de ensino, como escolas, na luta de classes, a educação está em todos os momentos e espaços do movimento social. É notório que a organização da classe operária em partidos políticos e sindicatos, por exemplo, possibilitaram uma mudança na formação política dos trabalhadores que estavam na linha de frente dos processos revolucionários russos.

Os anos que antecederam a Revolução Russa de 1917 foram marcados por uma efervescência política que marcaram a história mundial. Na Rússia e em vários países da Europa, a classe operária se organizou para se contrapor aos avanços do imperialismo, considerado por Lênin a fase superior do capitalismo. Nesse período histórico, a classe operária se organizou para combater os avanços da opressão e da exploração. Considerando o analfabetismo da população russa no início do século XX, um dos principais desafios do Partido Bolchevique era superar os limites do proletariado em relação à leitura e à escrita. Não sem razão, realizavam diversas atividades com o objetivo de fazer avançar o poder popular.

Ao analisarmos *O Estado e a revolução*, observamos que o livro de Lênin é de fácil leitura, claro e objetivo. Apresenta, em sua essência, suas principais formulações teóricas sobre Estado e socialismo. Obviamente, muitas críticas surgiram após a sua publicação, dentre elas: uma ambição pessoal pelo poder e uma mira

ferrenha a seus adversários políticos, o que limitava sua clareza teórica. Ao contrário, em nossa opinião, essa obra apresenta um objetivo claro: como fazer uma revolução e que tipo de Estado estabelecer depois dessa revolução. Ao redigir essa obra, Lênin demonstrou para o proletariado russo que havia distorções da teoria marxista que precisavam ser denunciadas e combatidas. Além disso, era preciso fazer avançar a luta para a construção de um Estado proletário.

Nesse contexto, a formação política do proletariado também se tornava fundamental. Não bastava apenas pegar em armas, mas sim compreender a realidade para transformá-la. Como elucidado em uma das passagens de *O Estado e a revolução*,

Ao educar o partido operário, o marxismo educa a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e de *conduzir todo o povo* ao socialismo, de dirigir e de organizar uma nova ordem, de ser o educador, o dirigente e o chefe de todos os trabalhadores e todos os espoliados na prática da construção de sua vida social sem a burguesia e contra a burguesia (LÊNIN, 2017, p. 49).

Eis uma das principais tarefas proletariado. A formação política para a *práxis* revolucionária. Sobre a produção teórica de Lênin, somente em 1917, centenas de textos foram divulgados nos materiais oficiais e clandestinos dos Partido Bolchevique. Produzidos e publicados periodicamente, esses materiais centralizavam a concepção do partido sobre os processos revolucionários em curso. Além de amplamente divulgados no movimento operário, esses materiais colaboravam com a formação política dos próprios militantes Bolcheviques que, muitas vezes, se viam pressionados pela política de conciliação de classes propostas principalmente pelos Mencheviques e Socialistas Revolucionários.

A questão pedagógica da luta também estava posta no processo de transição. Ao defender a concepção de uma nova forma de organização da sociedade, operários e camponeses precisavam aprender a conviver com uma nova forma de organização social. Nesse momento, os meios de produção deixariam de ser propriedade privada de indivíduos e passariam a pertencer à sociedade inteira. Para Lênin, com o tempo a necessidade de observar regras simples e fundamentais do convívio humano seria tão naturalizada que se tornaria hábito.

Em nossa opinião, as experiências históricas que objetivaram transformar as relações sociais, utilizando como base a teoria marxista, não conseguiram alcançar a proposta de transição desenvolvida por Lênin em *O Estado e a revolução*. Apesar

de alguns avanços pontuais, a burocratização dos estados considerados socialistas como União Soviética, Cuba e China, infelizmente, não transitaram para o socialismo. As ditaduras capitalistas, metamorfoseadas de socialistas, causaram e causam confusão, além de serem um retrocesso para a compreensão de muitos revolucionários sobre a real concepção de uma sociedade socialista, livre de qualquer forma de exploração e opressão.

Do ponto de vista social, consideramos que as análises desta pesquisa colaboram com a compreensão de Estado em Lênin, em especial sua concepção de supressão. Consideramos também que algumas informações apresentadas são pouco conhecidas ou divulgadas pela teoria marxista. A primeira se refere ao contexto e ao local em que Lênin redige *O Estado e a revolução*. Transformado em museu, esse local guarda lembranças e contextualiza as condições nas quais Lênin escreveu a sua obra. O segundo se refere ao conteúdo presente no texto *O marxismo sobre o Estado*, conhecido também como *Caderno Azul*. Nesse material, Lênin reuniu parte da elaboração teórica que fundamentou a escrita de *O Estado e a revolução*. Assim como realizado com *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, identificamos nesses escritos citações selecionadas das obras de Marx e Engels, além de anotações sobre o conteúdo dos textos analisados. Outro ponto se refere aos embates estabelecidos com as organizações políticas de seu tempo histórico, em especial os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários. Compreendemos também que essas duas organizações foram os principais adversários políticos e teóricos citados em *O Estado e a revolução*. No campo da educação, ressaltamos que a questão pedagógica está posta em vários momentos da obra, seja no processo de transição, momento em que a sociedade deverá aprender a conviver com uma nova forma da organização social, seja na frente de batalha, quando a luta transformará radicalmente as bases materiais que sustentam o Estado, dentre elas, a propriedade privada dos meios de produção.

Sobre os desafios impostos ao desenvolvimento desta pesquisa, gostaríamos de apresentar alguns elementos que limitaram os estudos propostos. O primeiro obstáculo se refere à língua da redação original da obra *O Estado e a revolução*. Utilizamos a tradução publicada editora brasileira Boitempo, em parceria com a editora portuguesa Avante!. O manuscrito original, disponível na língua russa, foi disponibilizado para a Boitempo com o objetivo de cotejar as traduções. Como essas obras não foram acessadas para o desenvolvimento desta pesquisa, as traduções consultadas foram as publicadas por essas duas editoras.

Outro fator limitador é o tempo disponível para a realização dos estudos, apesar da dedicação em tempo integral, estudos com essa profundidade necessitam de um longo percurso para o seu desenvolvimento. Dentre os pontos que gostaríamos de termos aprofundado são as obras de Marx e Engels que Lênin não analisou, seja por causa da data da sua publicação ou mesmo por não terem chegado ao seu conhecimento<sup>80</sup>. Além do aprofundamento desses estudos, novas pesquisas poderão demonstrar o que se tornou o Estado Soviético após a morte de Lênin, em 1924. Certamente essas lacunas poderão ser preenchidas por outros estudos.

Além do interesse em aprofundarmos nos estudos propostos, gostaríamos de apresentar também algumas impressões finais sobre o desenvolvimento desta pesquisa. Como apresentado, desde o início da pós-graduação, os debates realizados pelo GEPMTE são acompanhados por esta pesquisadora. Além de estudantes e professores universitários, participam do Grupo pesquisadores e militantes de partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais. Nos encontros realizados, sempre surgiram diversas compreensões sobre a organização dos trabalhadores e, principalmente, a relação das organizações políticas com o Estado. Esses debates motivaram a realização desta pesquisa e, nesse sentido, o aprofundamento na obra teórica de Lênin seria fundamental. Isso porque esse autor é reivindicado por praticamente todas as organizações políticas que defendem o fim do Estado. No entanto, compreendemos que a defesa do fim do Estado capitalista não significa o fim de qualquer forma de Estado.

Em vários países do mundo, inclusive na América Latina, identificamos governos que reivindicam o socialismo, mas reproduzem a lógica de perpetuação do sistema capitalista. No Brasil, várias organizações marxistas consideram esses governos socialistas e reivindicam suas políticas sociais e econômicas. Podemos exemplificar com o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), em especial o período histórico em que Hugo Chávez governou o país. Organizações brasileiras que reivindicam o marxismo consideraram esse governo socialista. Dentre as conquistas apresentadas, estão a erradicação do analfabetismo, aumento da escolaridade, conquistas nas áreas da saúde, habitação, reforma agrária, dentre outros. Entretanto, em nossa opinião, governos desse tipo apenas causam confusão e deturpação do que

---

<sup>80</sup> Sabemos que Lênin não acessou algumas obras de Karl Marx e Friedrich Engels porque elas foram publicadas somente após a sua morte. Destacamos que nesse período histórico o acesso a obras marxistas nem sempre era fácil, o que pode ter interferido na sua produção teórica.

seria realmente uma sociedade socialista. O socialismo reivindicado por Hugo Chávez, na verdade, está totalmente adaptado às necessidades do capitalismo mundial. Consiste em mais uma das formas nas quais a democracia capitalista se transforma.

A compreensão sobre o aparato estatal, tal como concebido por Lênin em *O Estado e a revolução*, distancia-se completamente das experiências históricas obtidas até o momento. Apresentamos como exemplo a Venezuela, mas esse debate também poderia ser ampliado para outros países como China, Cuba ou mesmo a União Soviética. Quantas organizações que reivindicam o marxismo consideram esses países socialistas, mesmo com o todo o processo de burocratização que instaurou governos autocráticos, saudosistas e ditatoriais? Certamente não reconhecemos essas experiências históricas como exemplos de governos socialistas. Ao contrário, em nossa opinião, essas formas de organização do poder apenas reproduzem a lógica do sistema capitalista e, conseqüentemente, a própria perpetuação do Estado, na sua mais perversa face pois cria ilusões nas classes mais exploradas e oprimidas da nossa sociedade.

Ao analisarmos nosso principal objeto de pesquisa, concordamos com Lênin ao afirmar que não basta modificar a estrutura existente. Mesmo apresentando novas configurações, o Estado é a representação máxima da exploração do homem pelo homem. As experiências históricas que se consolidaram como socialistas e a terceira via apenas reproduzem a lógica de reprodução e perpetuação do capital. Infelizmente, os desejos de Lênin em abolir o Estado burguês, instaurar o Estado proletário e posteriormente definhá-lo, nunca se concretizou. O que observamos na União Soviética foi um processo de burocratização que marcou para sempre a história do socialismo mundial. A verdade é que não transitamos para lugar nenhum. A sociedade comunista, até o momento, não foi alcançada, apesar das importantes experiências históricas, como a Comuna de Paris e a própria Revolução Russa de 1917. Desses legados, extraímos vários ensinamentos, dentre eles o poder de organização e luta do proletariado.

Por fim, ressaltamos a importância da obra *O Estado e a revolução* para o marxismo mundial. Vários ensinamentos podem ser extraídos desses escritos, mas talvez o mais importante seja o compromisso com o arcabouço teórico de Marx e Engels sobre a revolução socialista, o protagonismo do proletariado e, principalmente,

o Estado como um produto do caráter inconciliável das contradições de classes e que, por isso, precisa ser completamente suprimido.

Esperamos que os estudos realizados contribuam com as produções científicas da universidade e com os debates organizados e pensados pelos movimentos políticos que buscam a construção de uma sociedade socialista. Lembrando que o aprofundamento desse estudo teórico e histórico apenas evidencia a atualidade e a necessidade da transformação revolucionária da sociedade.

## REFERÊNCIAS

1872, Marx, o Congresso da Haia. Relato feito na imprensa do discurso pronunciado na reunião de 8 de setembro de 1872 em Amsterdã. In: PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS – PCP, [s. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.dorl.pcp.pt/index.php/obras-de-marx-e-engels-menumarxismoleninismo-102/3519-marx-1872-o-congresso-da-haia>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BARBOSA. Jefferson Rodrigues. Lênin e a crítica ao Chauvinismo. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antônio Carlos; DEL ROIO, Marcos (Orgs.). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 199-221.

BARBOSA. Jefferson Rodrigues. *Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma*. 2012. 717 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2012.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 319-372.

BORGES. Maria Angélica. Posfácio. Lênin: unidade e coerência do pensar e agir. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 191-196.

BUONICORE. Augusto. *Bem-vindo, Lênin!* In: BLOG DA BOITEMPO, 05 set. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/09/05/bem-vindo-lenin/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

CERQUEIRA. Hugo Eduardo da Gama. David Riazanov e a edição das obras de Marx e Engels. *Revista Economia*, Brasília (DF), v. 11, n. 1, jan./abr. 2010, p. 199-215. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p199\\_215.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p199_215.pdf). Acesso em 23 abr. 2019.

CHASIN. José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

COGGIOLA. Osvaldo. As divergências entre Lênin e Trotsky e seu contexto histórico. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antônio Carlos; DEL ROIO, Marcos (Orgs.). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 165-195.

DEL ROIO. Marcos. Apresentação. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. *Sobre a autoridade*. Tradução do italiano e edição por CN, 5 jan. 2014. In: PARA A HISTÓRIA DO SOCIALISMO DOCUMENTOS. Disponível em: [http://www.hist-socialismo.com/docs/Sobre\\_a\\_autoridade\\_F\\_%20Engels\\_1873.pdf](http://www.hist-socialismo.com/docs/Sobre_a_autoridade_F_%20Engels_1873.pdf). Acesso em 15 abr. 20.

ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FISCHER. Louis. *A vida de Lênin*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967. v. 1.

FISCHER. Louis. *A vida de Lênin*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967. v. 2.

FRIEDRICH ENGELS. In: BOITEMPO, *Autores*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/friedrich-engels-120>. Acesso em: 05 ago. 2019.

GODEIRO, Nazareno (org.). *Vale do Rio Doce: nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização*. São Paulo: Sundermann, 2007.

HOBBSAWM. Eric J. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM. Eric. J. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO DE MARXISMO-LENINISMO – IML. *Lênine*. Lisboa: Edições Avante!, 1984.

INSTITUTO DE MARXISMO-LENINISMO – IML. Prefácio. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1986. Tomo 28, p. VIII-XIV

INSTITUTO DE MARXISMO-LENINISMO – IML. Prefácio. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1986. Tomo 33, p. VII-XXII.

KARL KAUTSKY. In: BOITEMPO, *Autores*, [s.d.]a. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/karl-kautsky-1581>. Acesso em: 05 ago. 2019.

KARL KAUTSKY. In: MARXISTS Internet Archive Encyclopedia, [s.d.]b. Disponível em: <https://www.marxists.org/glossary/people/k/a.htm#kautsky-karl>. Acesso em: 05 ago. 2019.

KAUTSKY, Karl. *A ditadura do proletariado*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. ¿Por que la socialdemocracia debe declarar una guerra resuelta y sin cuartel a los socialistas-revolucionarios? In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1981. Tomo 6. p. 394-398.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. La tesis fundamental contra los eseristas. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1981. Tomo 7. p. 53-57.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. ¿Por que abandone la redaccion de "Iskra"? Carta a la redaccion de "Iskra". In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1982. Tomo 8. p. 103-110.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. La huelga de Petersburgo. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1982. Tomo 9. p. 178-181.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. Revolucion en Rusia. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1982. Tomo 9. p. 182.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. Mencheviques eseristas. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1982. Tomo 13. p. 424-434.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. El oportunismo e la bancarrota de la II Internacional. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1982. Tomo 27. p. 121-134.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. La plataforma tactica de los mencheviques. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1983. Tomo 15. p. 199-215.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. A la memoria de la comuna. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1983. Tomo 20. p. 229-233.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. La guerra y la socialdemocracia de Rusia. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1984. Tomo 26. p. 13-23.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. La dualidade de poderes. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1985. Tomo 31. p. 153-156.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. Cuadernos sobre el imperialismo. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1986. Tomo 28.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. El marxismo y el Estado. In: LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1986. Tomo 33. p. 127-311.

LENIN, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. Discurso pronunciado en la inauguración del monumento a Marx y Engels. 7 de noviembre de 1918. In: LENIN. V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1986. Tomo 37. p. 173-187.

LENIN, Vladimir Ilitch. [Vladímir Ilitch Uliánov]. *Que fazer: problemas candentes do nosso movimento*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LÊNIN. Vladímir Ilitch Uliánov. *Às portas da revolução: escritos de Lênin de 1917*. Prefácio, introdução e compilação de Slavoj Žižek. São Paulo: Boitempo, 2005.

LÊNIN. Vladímir Ilitch Uliánov. *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÊNIN. Vladímir Ilitch Uliánov. *Últimos Escritos: testamento político e diário das secretárias*. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979.

LÉNINE, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. Anarquismo e socialismo. In: LÉNINE. V. I. *Obras escolhidas em seis tomos*. Lisboa: Edições Avante!, 1984. Tomo 1. p. 36-37.

LÉNINE, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. Novas tarefas, novas forças. In: LÉNINE. V. I. *Obras escolhidas em seis tomos*. Lisboa: Edições Avante!, 1984. Tomo 1. p. 136-145.

LÉNINE, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. As divergências no movimento operário. In: LÉNINE. V. I. *Obras escolhidas em seis tomos*. Lisboa: Edições Avante!, 1984. Tomo 2. p. 39-43.

LÉNINE, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. Imperialismo: fase superior do capitalismo. In: LÉNINE, V. I. *Obras escolhidas em seis tomos*. Lisboa: Edições Avante!, 1984. Tomo 2. p. 291-404.

LÉNINE, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. Pobres do campo: explicação aos camponeses daquilo que querem os sociais-democratas. In: LÉNINE, V. I. *Obras escolhidas em seis tomos*. Lisboa: Edições Avante!, 1984. Tomo 1. p. 38-102.

LÉNINE, V. I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. Sobre democracia e ditadura. In: LÉNINE, V. I. *Obras escolhidas em seis tomos*. Lisboa: Edições Avante!, 1986. Tomo 4. p. 128-132.

LÉNINE. V.I. [Vladímir Ilitch Uliánov]. Sobre a dualidade de poderes. In: LÉNINE. V. I. *Obras escolhidas em seis tomos*. Lisboa: Edições Avante!, 1984. Tomo 3. p. 132-135.

LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES - QUARTA INTERNACIONAL – LIT-QI. [Fotografia de Lênin discursando no ato de 1º maio de 2019]. Disponível em: <https://litci.org/pt/especiais/opiniao/democracia-sem-centralismo-nao-tem-nada-a-ver-com-o-bolchevismo/attachment/lenin/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

LUKÁCS, György. *Entrevista: Lukács, democracia burguesa, democracia socialista e outras questões*. São Paulo: Editora e Livraria Escrita, 1981.

LUKÁCS, György. *Lenin: um estudo sobre a unidade do seu pensamento*. Tradução Rubens Enderle; apresentação e notas Miguel Vedda. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012. v. 1.

MARIE, Jean-Jacques. *Lênin: 1870-1924*. Madrid: POSI, 2008.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *O Congresso da Haia: relato feito na imprensa do discurso pronunciado na reunião de 8 de setembro de 1872 em Amsterdão*. [s.l.]: Editorial Avante, [s.d.]. Disponível em: [https://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/oe3\\_me\\_t2t22.pdf](https://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/oe3_me_t2t22.pdf). Acesso em 16 mar. 2020.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, Karl. A Nova Gazeta Renana. *Margem*, São Paulo, n. 14, p. 229-259, dez. 2002.

MARX, Karl. O processo de produção do capital. In: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. [Tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

MARX, Karl. *Sobre o indiferentismo político*. Concepção e organização, compilação e tradução de Emil Asturig von München. In: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DO MARXISMO REVOLUCIONÁRIO, fev. 2008. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/FundamentosMarxEngelsLuta18721873Indiferentismo.htm>. Acesso em 14 abr. 20.

MAZZEO, Antonio Carlos. Notas sobre Lenin e a Comuna. *Novos Temas*, v. 02, p. 103-115, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115203/ISSN21756279-2011-04-103-115.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 maio 2019.

MENEZES, Cynara. *Lenin e seu gato*, 27 jan. 2020. In: SOCIALISTA Morena: arte e política. Disponível em: <https://www.socialistamorena.com.br/marina-amaral-a->

brasileira-que-poe-cores-na-historia-em-pb-do-mundo/leningato2/. Acesso em: 14 set. 2020.

MORAES, Dênis de. *Lênin e a imprensa revolucionária*. In: BLOG DA BOITEMPO, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/29/lenin-e-a-imprensa-revolucionaria/>. Acesso em: 09 mar. 2019.

MUSEUMS\_IN\_RAZLIV. [*Complexo de museus em Razliv*], 21 ago. 2018a. Instagram: museums\_in\_razliv. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BmvJu6Wgp2F/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

MUSEUMS\_IN\_RAZLIV. [*Complexo de museus em Razliv*], 24 nov. 2018b. Instagram: museums\_in\_razliv. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BmvJu6Wgp2F/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

MUSEUMS\_IN\_RAZLIV. [*Em 26 de fevereiro de 1869 - 150 anos atrás, nasceu Nadezhda Konstantinovna Krupskaya...*], 26 fev. 2019. Instagram: museums\_in\_razliv. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BuViKkTnzjY/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

OLIVEIRA, Fernanda Márcia Carlos de Oliveira. *A política ambiental da indústria mineral: análise dos programas educacionais construídos para os trabalhadores da Vale na mina Brucutu*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - PCP. *Programa e Estatutos: uma democracia avançada, os valores de abril no futuro de Portugal*. Lisboa: Edições Avante!, 2013.

RAZLIV MUSEUM. *Выходные в музее! [Um fim de semana no museu!]*, [s.d.]. Disponível em: <http://www.razlivmuseum.spb.ru/news.html>. Acesso em: 05 ago. 2019.

RAZLIV MUSEUM. *Музей "Шалаш". [Museu "Shalash"]*, [s.d]a. Disponível em: <http://www.razlivmuseum.spb.ru/shalash.html>. Acesso em: 05 ago. 2019.

RAZLIV MUSEUM. *Музей "Сарай" [Museu Saray]*, [s.d.] b. Disponível em: <http://www.razlivmuseum.spb.ru/saray.html>. Acesso em: 03 abr. 2019.

RICCI, Francesco. *1871-1917: por que os bolcheviques estudaram a Comuna de Paris para fazer a revolução de outubro?* Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional – LIT/QI, Especial Revolução Russa, [2017]a. Disponível em: <https://litci.org/pt/especiais/especial-revolucao-russa/1871-1917-por-que-os-bolcheviques-estudaram-a-comuna-de-paris-para-fazer-a-revolucao-de-outubro/>. Acesso em: 06 mai. 2019.

RICCI, Francesco. *1917-2017: as Teses de Abril de Lênin*. Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional – LIT/QI, Especial Revolução Russa, [2017]b.

Disponível em: <https://litci.org/pt/especiais/especial-revolucao-russa/1917-2017-as-teses-de-abril-de-lenin/>. Acesso em: 01 mai. 2019.

SAGRA, Alicia. *História das internacionais socialistas*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

SILVA, Rafael Afonso da. *Dilemas da transição*: um estudo crítico da obra de Lenin de 1917-1923. Dissertação de mestrado, 2007.

TROTSKY, Leon. *O Conselho de Deputados Trabalhadores (Operários) e a Revolução*. Apresentação e tradução de Jean Menezes. In: TEORIA E REVOLUÇÃO, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/o-conselho-de-deputados-trabalhadores-operarios-e-a-revolucao/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

TROTSKY, Leon. Lênin. *Revista Margem Esquerda*: ensaios marxistas, nº 24. São Paulo, Boitempo, 2015.

V. LENIN'S HOUSE MUSEUM. Fotos enviadas por Елена em ago. 2018. Tripadvisor, *O que fazer em Ulyanovsk*. Disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/Attraction\\_Review-g298522-d6491437-Reviews-V\\_Lenin\\_s\\_House\\_Museum-Ulyanovsk\\_Ulyanovsk\\_Oblast\\_Volga\\_District.html#photos;aggregationId=101&albumId=101&filter=7&ff=336966005](https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g298522-d6491437-Reviews-V_Lenin_s_House_Museum-Ulyanovsk_Ulyanovsk_Oblast_Volga_District.html#photos;aggregationId=101&albumId=101&filter=7&ff=336966005). Acesso em: 13 mar. 2020.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Chauvinismo. In: SILVA, F. C. T.; MEDEIROS, S. E.; VIANNA, A. M (Orgs.). *Dicionário Crítico de Pensamento da Direita*: idéias [sic], instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ: 2000. p. 85.